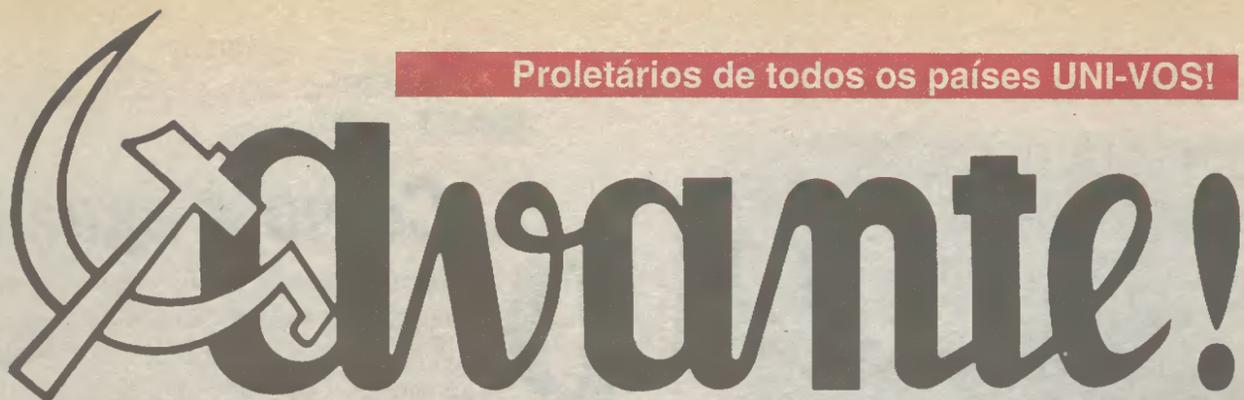


Olhando a «festa do euro»

É incontestável que a «festa do euro» fica como uma das mais impiedosas e desavergonhadas operações da verdadeira «engenharia das almas».



■ Vítor Dias Pág. 22



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Maio de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1275 • Director: José Casanova

Referendo sobre o aborto O PCP NA CAMPANHA SIM à despenalização

Págs. 7 e 8

COM O EURO VAI SER PIOR

«Sublinhamos e reafirmamos a perda de importantes instrumentos de intervenção do Estado na economia e as consequências particularmente gravosas que poderão resultar para o emprego e a qualidade de vida de muitos portugueses.» — Declaração de Carlos Carvalhas sobre a adesão à moeda única.

Págs. 5 e 6

Campanha Nacional do PCP

Pág. 32

VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES DEFENDER E CONCRETIZAR DIREITOS



Foto do 1º de Maio em Lisboa

0 1.º de Maio em Portugal e no mundo

Págs. 16, 17, 18, 19, 20 e 21

EDITORIAL

Como a água que corre

Parte dos comentadores e analistas que usam debruçar-se sobre o estado do PCP, balançam-se regra geral entre duas curiosas visões do Partido: ora o decretam moribundo ou, até, morto; ora criticam a sua imutabilidade, atrelando normalmente a essa crítica uma suculenta caldeirada de conselhos, recomendações e remédios. Conselhos, recomendações e remédios que, diga-se em abono da verdade, colocam o paciente perante a inelutável alternativa de ou morrer do mal ou morrer da cura. É justo, no entanto, sublinhar o à-vontade, a simplez com que esses comentadores contornam a incontornável contradição patente no facto de, numa semana, anunciarem a morte do paciente e, na semana seguinte, criticarem a irritante teimosia do «defunto» em se manter vivo, ou seja igual a si próprio.

O Director do «Expresso», José António Saraiva (JAS), é um desses taumaturgos de fim-de-semana. No dia 1 de Maio, na sua rubrica «Política à Portuguesa» (título carregado de reminiscências gastronómicas), JAS proclama não a morte do PCP, desta vez, mas a necessidade premente e ingente de ele se «refundar». Cumpre dizer desde já que o texto - quer pelo processo de inteligênciação que o deu à luz quer pela qualidade da prosa produzida - traz a marca inequívoca do autor. Os argumentos que sustentam essa necessidade «refundadora» são abundantes e de peso e podem resumir-se assim: «de 1974 para cá o mundo mudou muito», «Portugal também mudou muito» e «o Partido Comunista Português mudou igualmente muito», mas «o PCP continua a dizer exactamente o mesmo que dizia em 1974» ou seja, que «a esquerda deve votar nele». «Pasmese» - exclama JAS - «depois de convulsões que transformaram radicalmente a Europa e de mudanças tecnológicas que alteraram a vida dos homens e o modo de funcionamento das sociedades», como é que é possível o PCP continuar a apelar ao voto do «eleitorado de esquerda»? (voto esse que, ainda por cima, lhe é negado visto que «tem vindo sempre a perder eleitores»). Demos de barato a óbvia baralhação do autor: o PCP mudou mas não mudou pelo que é mister de mudar; mudar, não: renovar-se; renovar-se, não: refundar-se e procuremos acompanhar o seu raciocínio.

Decreta JAS que o PCP «precisa de uma refundação que mude o modo de se relacionar com os outros partidos e com a sociedade. Que mude o discurso e mude o estilo. Que mude as causas. Que não tenha medo de mudar os símbolos. Que possa mesmo mudar o nome». Assim mudado e refundado, o PCP preencheria então as necessárias condições para merecer o

apreço, o aplauso e a admiração de JAS (e talvez conseguisse até, sabe-se lá, aumentar a sua expressão eleitoral).

Claro que deixaria de ser o PCP. Claro que passaria a aceitar como bom um sistema que vive e se alimenta da exploração de uns homens por outros homens, que gera o desemprego e o trabalho infantil, a pobreza e a fome, a exploração e a opressão, a injustiça e o desprezo por direitos humanos essenciais, a violência e a criminalidade, o cinismo e a hipocrisia, o «vale tudo» e o «salve-se quem puder». Claro que, no quadro partidário nacional, deixaria de estar sozinho na luta por uma política de esquerda, na luta em defesa dos direitos, interesses e anseios dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, e passaria a estar mal acompanhado na aplicação ou na aceitação passiva da aplicação da política de direita que o PSD e o PS, em alternância, têm vindo a praticar.

Claro que, por tudo isso, veria a sua vida e a sua actividade consideravelmente facilitadas: talvez fosse, mesmo, durante uns dias, aplaudido por todos os que, hoje, o criticam e verberam; talvez ouvisse, até, rasgados elogios à sua entrada nos caminhos da «modernidade». Mas, ganhando tudo isso, perderia tudo, passando a ser isso deixaria de ser.

Pode JAS estar certo que o PCP tem a noção rigorosa das dificuldades que se lhe deparam, conhece o conteúdo e a dimensão dessas dificuldades, tem consciência da dureza da luta em que está empenhado. E que, mesmo assim, ao cómodo baixar de braços prefere continuar a lutar; ao cómodo deixar-se ir na onda forte do oportunismo, prefere continuar a nadar contra essa corrente e, com coerência, com determinação, com dignidade, assumir as nobres causas do passado do presente e do futuro.

Que tal postura seja de impossível compreensão para os que optaram por outros caminhos, é natural. Que esta persistência-resistência na defesa e na assunção de princípios, valores, características e objectivos (que constituem património inalienável de sucessivas gerações de comunistas e de outros cidadãos) se afigure insustentável aos que escolheram deixar-se emalhar nas redes da capitulação, da cobardia e do trocintismo, é também coisa natural. Para nós, comunistas, as coisas são, naturalmente, assim: simples como a água que corre.



O 1º de Maio foi comemorado em ambiente de luta

RESUMO

29

Quarta-feira

Os estudantes do Ensino Superior público cumprem greve, em protesto contra a Lei do Financiamento ■ O ministro da Economia vai ao Parlamento para responder às acusações do PSD sobre eventuais favorecimentos do Governo a grupos económicos ■ Os talibans e a oposição armada afegã chegam a acordo quanto à criação de uma comissão responsável pela solução pacífica do conflito ■ Na Guatemala, milhares de pessoas desfilam silenciosamente pelas ruas da capital em protesto contra o assassinio do bispo Gerardi ■ O presidente israelita apela ao seu primeiro-ministro que abra as portas ao diálogo com os palestinianos, durante a conferência de Londres.

30

Quinta-feira

A Assembleia da República aprova na generalidade a Lei da Televisão ■ Em plenário, o Tribunal de Contas queixa-se que não tem meios para cumprir as novas competências que lhe foram conferidas ■ Chega a Lisboa a delegação latino-americana da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil ■ Em Bruxelas, os funcionários da Comissão Europeia fazem greve para garantir o seu estatuto ■ Na Irlanda do Norte, o IRA considera que o acordo recentemente alcançado «marca um desenvolvimento significativo no processo de paz, mas falha em lançar bases sólidas para uma solução duradoura» ■ A ONU prolonga por dois meses o mandato dos observadores em Angola.

1

Sexta-feira

Comemora-se em todo o mundo o Dia do Trabalhador, registando-se confrontos entre manifestantes e as autoridades em alguns países ■ O ministro João Cravinho ordena a execução de um inquérito aos Correios devido a alegadas violações de correspondência por parte dos serviços de inspecção ■ Em Macau, horas depois de uma bomba ter destruído o carro do chefe da Judiciária, a polícia prende 15 pessoas suspeitas de ligações ao crime organizado ■ O Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia decide quais os países que integrarão o euro ■ O Senado americano ratifica o alargamento da Nato ao leste da Europa.

2

Sábado

O PCP reafirma a sua decisão de desenvolver uma campanha autónoma no referendo sobre o aborto ■ Os pilotos da TAP desconvocam a greve, depois de receberem contrapartidas da adminis-

tração ao nível das condições para a contratação de aviões estrangeiros ■ Realiza-se, em Bruxelas, a Cimeira do Euro ■ A Ordem de Orange rejeita o acordo de paz da Irlanda do Norte ■ O Paquistão condena oficialmente a Índia pelo massacre de 22 pessoas numa aldeia de Caxemira ocorrido na madrugada de 27 de Abril ■ Richard Holbrooke, enviado especial dos EUA, desloca-se a Chipre com o objectivo de relançar o processo de paz.

3

Domingo

O presidente da Associação Industrial Portuense, Ludgero Marques, ameaça sair em defesa dos empresários, se o PSD continuar a acusar o governo de favorecer grupos económicos ■ A Guarda Civil espanhola desmantela um comando da ETA em San Sebastian ■ Mais de mil soldados do exército mexicano dissolvem o município autónomo Tierra y Libertad, situado no município de Chiapas ■ É roubado um quadro de Camille Corot do Museu do Louvre, em Paris ■ O vaivém espacial norte-americano Columbia regressa a terra, depois de uma missão de 16 dias.

4

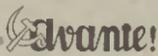
Segunda-feira

Tem lugar em Londres uma conferência sobre o processo de paz do Médio Oriente, com a participação da Autoridade Palestiniana, de Israel, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha ■ Em França, inicia-se o julgamento dos assassinos da deputada liberal Yanna Piat, morta em 1994 ■ Dois obuses de morteiro são disparados na direcção de uma esquadra de Belfast ■ Confrontos na Indonésia entre a polícia e estudantes provocam 40 feridos ■ Nos EUA, Theodore Kaczynski, o «Unabomber», é condenado a prisão perpétua ■ É assassinado, no Vaticano, Alois Estermann, de manhã designado pelo Papa comandante da Guarda Suíça.

5

Terça-feira

O Presidente da República, Jorge Sampaio, abre na Madeira o XV Congresso de Clínicos Gerais ■ O professor Machado Caetano alerta, em Coimbra, para o aumento de casos de Sida em Portugal ■ Inicia-se no Estoril a III Conferência Internacional de Doutrina Militar Terrestre... ■ ... e na Gulbenkian o Seminário Internacional Europa e Cultura ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, em visita ao recinto da Expo'98 com o corpo diplomático acreditado em Lisboa ■ Madeleine Albright anuncia disponibilidade de Bill Clinton para receber Netanyahu e Yasser Arafat num encontro dia 11 em Washington.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 791 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Tel.: (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel.: (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linb6 — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Raso — 2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Euroconfiança

Uma conhecida cadeia de hipermercados - cujo proprietário se encontra, como tem sido público e notório, entre os mais prendados pelo actual Governo - aproveitou o eurooptimismo avassalador dos últimos dias para titular assim a sua propaganda: "preços baixos também em Euro!".

Ficámos assim informados, por exemplo, que o quilograma da batata nova é vendido por 0,48 do Euro, que idêntica quantidade de goraz pequeno custa os olhos do Euro... desculpem, da cara - 10,71, nada menos - e que até o acesso a 75 centilitros de um branco da Bairrada nos vai obrigar a dispensar 1,96 da nova e preciosa moeda.

Como a inteligência é o bem que está mais bem distribuído por toda a gente e, felizmente, não depende da capacidade aquisitiva em qualquer hipermercado, é bom de ver que chegará o dia em que os portugueses passarão a avaliar os seus rendimentos - sejam eles os salários dos

trabalhadores ou as prestações da Segurança Social - através do inevitável Euro e a poder compará-los de uma forma directa, sem estar a fazer o câmbio do escudo por outras moedas, com os valores que são recebidos nos outros dez países da União Europeia que também vão utilizar a moeda única.

Antecipemos a consciência da profunda distância social que nos separa da generalidade dos países da União Europeia e a compreensão do papel da acção reivindicativa - como instrumento essencial para a modernização socioeconómica das sociedades e para a promoção da equidade - com dois factos simples e esclarecedores.

Notícia, por exemplo, o último *Expresso*, com base num estudo da Comissão Europeia, que "Portugal faz parte do grupo de países da União Europeia que menos dinheiro canalizou para as despesas sociais em 1995". E que, "no período em análise, a média comunitária

consagrada pelos Estados membros para despesas sociais é de 28.5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), mas em Portugal as verbas representam apenas 21 por cento do PIB".

Referem também as estatísticas europeias (Eurostat), relativamente a 1997, que o nível mensal dos salários mínimos nacionais nos sete países da União Europeia onde existe tal medida, varia entre os 334 ECU (a unidade monetária europeia que vai ser substituída pelo Euro) em Portugal e, por exemplo, os 469 ECU em Espanha, os 968 ECU em França e os 1141 ECU no Luxemburgo.

Quando se ouve o ministro da Educação afirmar, numa deslocação a uma escola do ensino básico, que o Euro vai "fazer parte dos programas em três áreas: História, Geografia e Matemática" - não há, pois, todas as razões para termos confiança no futuro?

■ Edgar Correia

Pelo Sim à despenalização

De acordo com notícias vindas a público, a hierarquia da Igreja decidiu participar no esforço de «esclarecer consciências» a propósito do referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. Não está em causa o direito cívico de cada cidadão, independentemente do credo, condição social ou função que exerça, defender os seus pontos de vista e expandir argumentos sobre esta ou outras matérias.

O que suscita legítimas apreensões é que daquela decisão decorra a transformação de um problema de natureza social, económica e jurídica numa questão religiosa.

A afirmação de um alto dignitário da Igreja a um jornal diário de que defende «a absolvição das mulheres que praticam o aborto sem o desejarem, pôr na lei é que não», é em si significativa.

Colocar o debate no pleno do estar a favor ou contra o aborto, estar a favor ou contra o carácter inviolável da vida é um exercício menos sério, que em vez de esclarecer contribui para viciar argumentos e turvar o debate.

Ninguém de bom senso pode intimamente acreditar que uma qualquer mulher opte por um acto que envolve sérios riscos físicos, dor interior e danos morais de forma leviana ou menos ponderada.

Ninguém seriamente pode ignorar a existência de gravidezes não desejadas e de motivos sociais, económicos e pessoais que não permitem levá-las até ao fim.

Estudos não contestados estimam que por ano se realizam cerca de 190 mil abortos, ou seja que, aproximadamente, por cada 1000 nados vivos existem 200 abortos clandestinos. Realizados em condições de saúde deploráveis e contribuindo para o florescimento de um negócio que se alimenta da hipocrisia e do preconceito, e que fazem com que aos hospitais acorram mais de 10 mil casos por ano decorrentes de complicações resultantes do aborto clandestino.

O que está em causa é a necessidade de proteger a saúde e a dignidade das mulheres.

O que está em causa é garantir às mulheres que, em situação de decisão extrema e sempre difícil, como é a de interromper uma gravidez, o possam fazer com segurança e sem ter que carregar consigo o ónus adicional do peso de um acto ilegal e punido por lei.

A questão é justamente de natureza material. É na lei que a questão terá de ser resolvida, é na lei que a mulher encontrará a sua vida protegida e defendida.

É integralmente digna de respeito a generosidade e o significado espiritual da absolvição.

Mas as mulheres que, todos os anos, empurradas pela lei, põem em risco a sua própria vida têm o direito à garantia de condições que salvaguardem a sua integridade e a sua vida.

■ Jorge Cordeiro



Foto: Jorge Caria

Despenalizar - A liberdade de decidir

Na festa-fiasco do EURO

No passado fim-de-semana o euro foi formalmente adoptado. Com a obediente cobertura do Parlamento Europeu e o apoio propagandístico da generalidade dos grande "media", o processo de integração conduzido pelas grandes potências e pelo grande capital deu mais um importante passo em frente. Por outro lado, o imbróglio surgido em torno da designação do presidente do Banco Central Europeu põe em evidência debilidades e contradições de um processo que, ao contrário do que pretendem os dogmas e a apologetica "europeísta", nada tem de inelutável. Fosse a conjuntura económica menos propícia e mais intensa e coordenada a luta popular, e outro poderia ter sido o resultado.

Mas sendo certo que o caminho em que a moeda única se insere não pode ser considerado irreversível, não é menos certo que a União Europeia acaba de conhecer um novo avanço na sua configuração como bloco económico - político - militar imperialista. Com o euro disputando ao dólar (e também ao iene) a supremacia. Com o euro como instrumento de competição e da guerra económica que invade todo o planeta. Com o euro a servir de pretexto para relançar o processo de uma União Política federalista, com a aceleração do PESC e a militarização da UE. As vozes neste sentido não faltam, como as do autorizado Delors na sua entrevista ao *El País* de 8.4.98. Tudo acompanhado com novas exigências de "disciplina financeira", de "contenção da despesa pública", de "moderação salarial", de "flexibilização laboral", de novas "reformas". Pelo sim pelo não, todos os que se felicitam pela entrada do nosso país no euro e se sentem "orgulhosos" por Portugal estar no "pelotão da frente", vão prevenindo quanto a "riscos" e "desafios" que se colocam a Portugal. E avisando que aos sacrifícios feitos para cumprir os critérios de convergência nominal para a moeda única é necessário afinal acrescentar novos sacrifícios, impostos pelo Pacto (dito) de Estabilidade.

Sacrifícios de quem e para quê? Das classes e camadas não monopolistas e em primeiro lugar do mundo do trabalho. Para que chegue e sobre para os grandes grupos económicos que entretanto se guerream pelas melhores postas possíveis. Em benefício do grande capital financeiro e das gigantescas transnacionais que têm determinado a natureza e orientação (de classe) do actual processo de integração. Em obediência às imposições das grandes potências, nomeadamente da França e da Alemanha, que entretanto disputam as mais influentes posições. Como agora em torno da Presidência do BCE, cuja apreçoada "independência" é uma treta com que se procura disfarçar a sua entrega directa ao poder económico do grande capital.

Neste contexto, e sem qualquer alarmismo, é oportuno alertar para uma realidade que, com mais ou menos objectividade, vem sendo evidenciada por observadores dos mais diversos quadrantes. Refiro-me às ambições da "Alemanha unificada", que não só quer impor um euro à imagem do marco alemão como pretende uma União Europeia e uma Europa à medida dos seus interesses de grande potência. Ambições tanto mais inquietantes quando se multiplicam episódios que fazem lembrar tempos de sinistra memória. Como actividades de natureza fascista na Bundeswehr ultimamente reveladas ou o espectacular avanço dos neonazis da D.V.U. (comando da Baviera) nas recentes eleições regionais de Saxónia-Anhalt, que Le Pen entusiasticamente saudou.

É verdade que a história não se repete, mas não devem esquecer-se as suas lições. Particularmente quando são os próprios camaradas do PDS alemão que corajosamente alertam para os perigos de uma "Europa alemã". Este um motivo mais para prosseguir com determinação a luta por outro rumo de construção europeia, para persistir na acção comum e convergente dos comunistas e outras forças de esquerda por uma Europa social, de bem-estar, de paz e de cooperação entre povos e países soberanos e iguais em direitos.

■ Albano Nunes

Acordo com pilotos «anula» greve na TAP

Na madrugada do passado sábado e após 13 horas de reunião, a administração da TAP e o sindicato dos pilotos (SPAC) estabelecem um acordo que afasta, para já, o espectro de uma greve na transportadora aérea nacional que os pilotos ameaçavam concretizar em plena EXPO'98. Num comunicado conjunto, pouco esclarecedor e algo

enigmático, ambas as partes afirmam que «ficam esgotadas todas as questões não abrangidas no processo de negociação do novo Acordo de Empresa, estando assim criadas as condições para o estabelecimento de um Acordo de Empresa num clima de paz social». Apesar de instada pelos jornalistas, a administração da TAP furtou-se a

revelar pormenores do acordo estabelecido com o SPAC. Recorde-se que a ameaça de greve por parte dos pilotos surgiu a pretexto da sua discordância de que a TAP fretasse aviões e tripulações de outras transportadoras aéreas no período da EXPO'98, com o objectivo de reforçar e garantir o transporte aéreo de e para a capital portuguesa neste período, que se prevê de intensa procura internacional. Afirmando-se satisfeito com o final de mais este conflito com origem em reivindicações dos pilotos da TAP, o ministro do Equipamento, João Cravinho, considerou que a greve decretada para o período da EXPO'98 seria «um crime para o País e para os restantes trabalhadores da empresa».



ONU pressiona Unita

O Conselho de Segurança da ONU exigiu «com firmeza» que a Unita deixe de atrasar o processo de paz em Angola, completando sem condições os acordos assinados.

Numa resolução votada na semana passada e elaborada pela comissão de observadores, aquele organismo das Nações Unidas defende a importância da efectiva aplicação das sanções em vigor contra o partido liderado por Jonas Savimbi, «de molde a obter-se o cumprimento pela Unita das suas obrigações aos

desempenho do movimento».

Por outro lado, a ONU exige o fim dos ataques da Unita contra estrangeiros, autoridades nacionais e elementos da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), bem como o desarmamento da população civil.

O texto apela ao Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (que inclui membros do MPLA e da Unita) que se

abstenha de «quaisquer acções, incluindo o uso excessivo da força, que poderão minar o processo de normalização da administração do Estado e levar ao recomeço das hostilidades».

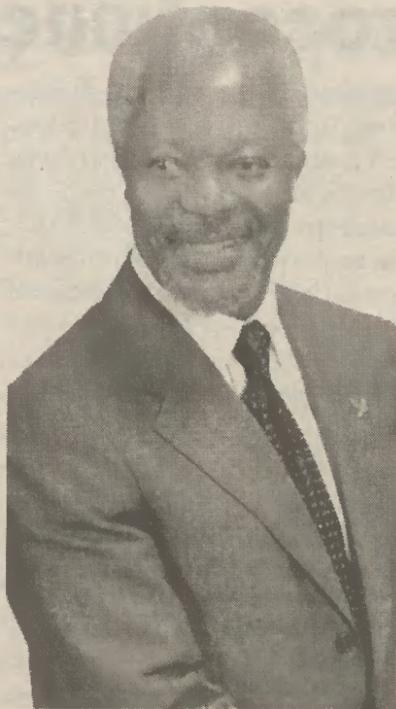
O Conselho de Segurança salienta que um encontro entre o presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi - adiado desde 1996 - «poderia facilitar a conclusão bem sucedida do processo de

paz e acelerar o processo de reconciliação nacional».

O mandato da MONUA foi recentemente prolongado por dois meses, contando com um reforço de 83 observadores de polícia. O pessoal militar internacional será retirado até ao dia 1 de Julho, à excepção de uma companhia de infantaria, de uma unidade helitransportada, das unidades de transmissões e de 90 observadores militares.

Kofi Annan acusado de não evitar massacre

Segundo a revista norte-americana *The New Yorker*, o actual secretário-geral da ONU, Kofi Annan, terá deixado passar a oportunidade de evitar o massacre de mais de meio milhão de pessoas no Ruanda em 1994, ao impedir os «capacetes azuis» da ONU ali estacionados de desarmarem o governo ruandês da altura, que se preparava para concretizar o extermínio da minoria tutsi. Afirma *The New Yorker* que «em 11 de Janeiro de 1994 (três meses antes do início do massacre de mais de 500 mil tutsis e hutus moderados), Annan recebeu um fax do então comandante das forças de paz da ONU no Ruanda, o general Romeo Dallaire, que informava sobre os planos da maioria hutu», propondo a Kofi Annan - que, na altura, era responsável pelas operações de paz da ONU - apreender as armas do governo ruandês para prevenir a sinistra operação. Todavia, ainda segundo a revista norte-americana, Kofi Annan terá ordenado ao general Romeo Dallaire que não tomasse a iniciativa de qualquer acção militar. O genocídio de mais de meio milhão de pessoas no Ruanda começou a 6 de Abril de 1994 e terminou cerca de três meses depois, desconhecendo-se, até hoje, quem na ONU fora responsável



pela rejeição da acção militar proposta pelo general Dallaire para prevenir o genocídio, proposta essa que já se tornara pública em 1995. Até ao momento, o secretário-geral da ONU ainda não respondeu a estas acusações da revista norte-americana.



Assassinado no Vaticano chefe da Guarda Suíça

Poucas horas depois de ter sido nomeado, pelo papa João Paulo II, comandante da Guarda Suíça (corpo de elite que monta a guarda no Vaticano), Alois Estermann é assassinado a tiro juntamente com a sua mulher, na própria residência onde habitavam na cidade do Vaticano. O presumível assassino foi um cabo da Guarda Suíça, de 23 anos, que se terá suicidado de seguida, sendo encontrado já morto, junto das vítimas e com uma arma perto de si. As autoridades ainda não deram qualquer explicação para o estranho crime. Alois Estermann fazia parte da Guarda Suíça desde 1980, sendo um dos poucos não-nobres a atingir o mais alto cargo na hierarquia deste corpo de elite de 100 homens criado pelo papa Giulio II em 1506. Na sua ascensão na Guarda do Vaticano, Estermann evidenciara-se ao ser o primeiro guarda a atirar-se sobre o corpo de João Paulo II para o proteger, quando o turco Ali Agca disparou contra o papa na Praça de S. Pedro.

Meio milhão de trabalhadores em greve na Dinamarca

A Dinamarca está semiparalisada desde segunda-feira passada devido a greves ou acções de «lock-out» por parte do patronato envolvendo cerca de meio milhão de trabalhadores. As reivindicações dos trabalhadores assentam, essencialmente, na exigência do alargamento do período de férias de cinco para as seis semanas remuneradas

e tiveram um início pacífico. O patronato do sector privado, nomeadamente da indústria de construção e de transportes, é que endureceu posições, rompeu com as negociações e entrou em acções de «lock out», argumentando que os representantes dos trabalhadores «é que avaliaram mal os interesses dos seus filiados» no acordo para

dois anos que estava a ser negociado entre os sindicatos e o patronato e cujos termos, na recta final das negociações, foram rejeitados por 56% dos trabalhadores sindicalizados. A greve está a afectar particularmente autocarros, «ferry-boats», companhias aéreas, bombas de gasolina e supermercados.



“No último Congresso do PSD, depois de ter passado dois dias a preparar o seu partido para uma coligação com a extrema-direita, [Marcelo Rebelo de Sousa] resolveu dar um arzinho de esquerda e atirou-se às relações entre o Governo e os grandes grupos económicos”

(Helena Sanches Osório, *A Capital*, 4.5.98)

“O que está em causa, e Marcelo por cobardia ou ignorância não quis mencionar, é o facto de António Manuel Moura Santos, mais conhecido por “Tó Mané”, cunhado do Primeiro-Ministro, ser dia a dia mais falado como sendo o homem que se encontra no centro de todos os negócios fora e dentro do Estado”

(idem, *ibidem*)

“Nós não temos grandes dificuldades em falar com os ministros ou com os secretários de Estado, mas grande parte das questões resolvem-se noutros patamares da máquina do Estado, e é aí que está o problema”

(Ludgero Marques, presidente da AIPortuense, *Jornal de Notícias*, 5.5.98)

“Novo código da estrada esqueceu pneus carecas”

(Título do *Expresso*, 1.5.98)

“O serviço público de televisão pode ter um papel decisivo na garantia do pluralismo, na preservação dos direitos das minorias, na formação do espírito cívico, na democratização da cultura, no estabelecimento de padrões de qualidade e de inovação que não devemos nem queremos abdicar”

(Presidente da República Jorge Sampaio, *Jornal de Notícias*, 5.5.98)

“Qualquer proposta tem de viver de projectos mobilizadores para o futuro. Não pode assentar num branqueamento ou numa desculpabilização do passado, como Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas parecem querer fazer. Para o PP, isso será fatal”

(Jorge Ferreira, ex-dirigente da direcção monteirista do PP, *Expresso*, 1.5.98)

“Qualquer governo-sombra que exclua o PP, em teoria, é uma sombra de governo”

(Paulo Portas, *Público*, 2.5.98)

“O 25 de Abril não é uma festa chique, é uma festa do que a direita chama a «plebe». E nesse dia a plebe passeia-se de cravo na mão, inchada de orgulho, antes que o dia acabe e voltem a ter vergonha dela, ou apareçam a pedir-lhe o voto e a vocação histrionica que dá emoção ao telejornal.”

(Clara Ferreira Alves, *Expresso/Revista*, 1.5.98)

“No 25 de Abril, vendo-os subir o Chiado, de braço dado, reconquistados, percebe-se que foram eles. Foram eles que mandámos ir nas caravelas(...). Que mandámos defender o Império. Que mandámos derrotar os exércitos de Napoleão. Que mandámos para a Índia e Timor. Que mandámos para Angola e Moçambique, Guiné e S. Tomé, Cabo Verde. Os que mandámos pelo mundo ganhar a vida como emigrantes(...). Foram eles sempre. Os dos Lusíadas.”

(idem *ibidem*)

Declaração de Carlos Carvalho

Se é certo que a moeda única serve os interesses do capital financeiro e das grandes potências europeias no confronto com os Estados Unidos e o Japão, já é duvidoso que a inclusão de Portugal no pelotão da frente possa servir os interesses da economia nacional - a mais frágil da Europa. Perda de competitividade das exportações, redução dos salários, aumento do desemprego e novos cortes nas políticas sociais do Estado são algumas das consequências que podem resultar da adesão ao euro. Foi este, em síntese, o alerta deixado por Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, na conferência de imprensa, realizada na passada segunda-feira, em que participaram, igualmente, Agostinho Lopes, da Comissão Política, e Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu. Citando a declaração de voto contra dos eurodeputados do PCP (ver página 14), Carvalho sublinhou que a posição dos comunistas portugueses «nada tem a ver com qualquer visão antieuropeia ou de autarcia económica ou política. Ela resulta de uma avaliação da situação objectiva do País».

1. A nossa crítica ao euro e à marcha acelerada e forçada para o atingir foi sempre uma contribuição de esquerda para o debate sobre as suas implicações sociais, sobre as consequências para a Europa e para o nosso país e sobre os caminhos da construção europeia.

Sempre defendemos e continuamos a defender uma Europa de paz e cooperação, solidária e dando primazia à dimensão social e à aproximação do nível de desenvolvimento real das economias.

De facto, a postura do PCP quanto à integração europeia tem sido, com toda a clareza, a de procurar com grande empenho minimizar os aspectos negativos, a de dinamizar tudo o que nos parece positivo e a de contribuir, através de propostas e de uma intervenção empenhada, nomeadamente no Parlamento Europeu, para potenciar o poder negocial de Portugal e defender os interesses nacionais.

Foi seguindo estas orientações que sempre nos batemos, com firmeza e coerência, pela concretização, através de políticas, medidas e meios financeiros do princípio da «coesão económica e social», pelo reforço dos fundos estruturais, nomeadamente os dirigidos aos países de economias mais frágeis; para que a coesão social do desenvolvimento e o emprego não fossem figuras de retórica. Sempre nos batemos para que a evolução da economia real e o nível de vida dos portugueses não fossem sacrificados aos critérios de convergência nominal.

Em várias intervenções e declarações chamámos vivamente a atenção para que o cumprimento dos critérios de Maastricht, condição para a participação na moeda única, com a sua lógica neoliberal, iria travar o normal e necessário crescimento económico, necessário para combater o desemprego, e que essa marcha forçada se iria traduzir em mais emprego precário, liquidação de empresas e mais dependência e subcontratação do aparelho produtivo nacional.

Tanto o PSD como o PS jogaram sempre nos factos consumados, recusaram primeiro um referendo sobre Maastricht, e agora sobre a moeda única e foram-se colando às sucessivas e dispendiosas campanhas de propaganda desencadeadas pela pesada máquina da Comissão sobre as virtudes do euro e dos critérios de Maastricht.



Euro é moeda de alto risco

Com o sacrifício da nossa agricultura, das nossas pescas e de importantes sectores industriais, e com um crescente número de trabalhadores com vínculos precários e um desemprego estrutural de cerca de meio milhão de trabalhadores, Portugal, à excepção da Suécia, Reino Unido, Grécia e Dinamarca, faz parte dos países que com alguma contabilidade criativa se constituíram em fundadores do euro.

Com os mais baixos salários, com o mais baixo salário mínimo, com as mais baixas reformas e com os mais elevados níveis de pobreza e de concentração da riqueza, Portugal entrou no clube do euro. É uma grande mudança que amarra o País a um banco central sem controlo, criado à imagem e semelhança do banco central alemão e a uma política monetária única.

Face a futuras dificuldades de competitividade das nossas exportações, a tendência e o pretexto serão o de pressionar ainda mais os salários e os despedimentos.

Por isso, aqueles que dogmaticamente e de forma tão absolutizada dizem que a inclusão de Portugal entre os fundadores do euro «corresponde inegavelmente aos interesses nacionais», talvez pudessem afirmar com mais verdade: que corresponde inegavelmente aos interesses das transnacionais e do capital financeiro.

E a verdade é que nem os festejos, nem a sua pompa e circunstância conseguiram apagar as contradições desta construção europeia nem a amplitude dos riscos que tem pela frente.

O euro teve um parto difícil, e só quem nestes Conselhos se apresenta habitualmente numa posição de aluno bem comportado, é que pode estranhar os «egoísmos nacionais» manifestados na maratona negocial para resolver a presidência do BCE.

É por isso que nos parece pouco realista o optimismo e a euforia manifestados pelo Governo e pelo bloco central pró-Maastricht, agora alargado ao PP, sem se ter em conta os alertas manifestados pelos analistas e economistas de diversos quadrantes, nomeadamente no domínio da democracia e do social.

2. A cooperação estreita e mutuamente vantajosa entre as nações europeias na base da igualdade, do respeito mútuo, da coesão económica e social, da partilha de conhecimentos, saberes, financiamentos e poderes é uma resposta progressista ao processo objectivo da integração europeia.

Devemos recordar que todos os passos visando a União Económica e Monetária — Acto Único, Tratado de Maastricht, Tratado de Amesterdão, ... —

e o desenvolvimento mais harmonioso.

Mas a orientação neoliberal e monetarista da «construção europeia» não vai nesse sentido.

A manter-se este rumo, é com apreensão que vemos o futuro de muitos sectores e importantes empresas da nossa economia. As vantagens anunciadas do euro — quebra de riscos cambiais no interior da «União Europeia» e a eventual descida das taxas de juro, que já não será muita — têm como reverso, tendo em conta as debilidades do nosso aparelho produtivo, os constrangimentos draconianos do Pacto de Estabilidade, do papel do Banco Central Europeu e da perda da soberania nacional sobre a política monetária, com as suas repercussões negativas no desemprego, na desregulamentação laboral, nos salários e nas funções sociais do Estado (segurança social, saúde, ensino, ...). O Presidente do *Bundesbank*, o director do Observatório Social Europeu, o FMI, entre outros, têm vindo a afirmá-lo com toda a clareza.

3. A decisão de concretizar a entrada de Portugal na União Económica e Monetária (UEM), com a substituição do escudo pelo euro a partir de 2002, embora previsível, reveste-se de uma irrecusável dimensão política para o futuro do País. As suas consequências em todos os planos da nossa vida nacional exigem que o PCP, com a autoridade que lhe advém de ser uma força política nacional e responsável, firmemente determinada na defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses, e em particular dos interesses dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas, explicita com clareza, neste momento, o seu posicionamento.

● Contestamos em primeiro lugar que uma decisão de tão relevante significado político, económico e social para o futuro dos portugueses, tenha sido tomada e concretizada sem o necessário debate público e nacional, e sem que os portugueses se tivessem pronunciado por referendo sobre a troca da sua moeda nacional pelo euro, como o PCP reclamou

● Denunciamos a grave abdicação de soberania que representa a substituição da moeda nacional, e a sujeição da política orçamental ao Pacto de Estabilidade e da política monetária ao Banco Central Europeu (BCE). Abdicação de soberania que significa despojar o Estado português de importantes prerrogativas na condução da política económica, conforme os interesses nacionais decididos e defini-



► Declaração de Carlos Carvalhas

dos pelo voto democrático dos portugueses. Abdição de soberania que significa, assim, esvaziar perigosamente a democracia portuguesa da capacidade de escolher as opções que decidem do nosso futuro colectivo.

● **Reafirmamos** — o que reputados e respeitáveis economistas dos mais diversos quadrantes políticos e ideológicos, e diversas escolas económicas subscrevem — **que esta inserção «administrativa e artificial» de uma moeda única sobre a real diversidade do conjunto das economias europeias — estruturas e especializações produtivas, níveis de produtividade, normas fiscais, recursos materiais e humanos,...** — arrastará inevitavelmente choques incompatíveis para as economias mais frágeis, menos produtivas, mais periféricas. Reafirmamos que essas consequências serão particularmente graves para Portugal face ao prosseguimento da liberalização do comércio internacional, no quadro das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao processo de alargamento da União Europeia a Leste, de que decorrem novos constrangimentos ao nível dos fundos estruturais e da política agrícola comum, bem como uma intensificação da concorrência com a produção nacional no interior da Comunidade.

● **Sublinhamos e reafirmamos a perda de importantes instrumentos de intervenção do Estado na economia e as consequências particularmente gravosas que poderão resultar para o emprego e a qualidade de vida de muitos portugueses.** Com importantes instrumentos de intervenção do Estado na economia transferidos para o BCE ou fortemente condicionados pelo Pacto de Estabilidade, restarão como variáveis de ajustamento o emprego, os salários, as despesas públicas com a saúde, segurança social e o ensino, e a carga fiscal. Aliás, o próprio caminho para a moeda única é disso uma ilustração flagrante com a convergência nominal a ser alcançada à custa dos sacrifícios dos assalariados, reformados e pequenos e médios empresários portugueses, bem como com as receitas da privatização do importante património público das principais empresas nacionais.

● **Consideramos que a moeda única é, neste processo, uma peça da construção neoliberal da Europa, apoiada pelo capital transnacional, pela Mesa-Redonda dos Grandes Industriais e pelas associações do grande patronato europeu, uma moeda para a guerra competitiva e económica.** Visa servir os interesses do capital financeiro e das grandes potências europeias nas suas rivalidades económicas, políticas e militares, com os outros dois pólos do capitalismo mundial. Não é a cooperação e o desenvolvimento equilibrado e sustentável de todos os povos do planeta que se pretende, mas fortalecer a capacidade dos mais poderosos para impor as suas leis, para continuar a rapina dos recursos e intensificar a troca desigual, com a manutenção de um mundo de famintos e excluídos, inclusive dentro dos países desenvolvidos.

4. O PCP quer deixar claro que a sua posição nada tem a ver com uma qualquer visão anti-europeia ou de autarcia económica ou política. Ela resulta de uma avaliação da situação objectiva do País, dos interesses dos portugueses, das suas posições de solidariedade internacionalista face à interdependência e a internacionalização objectivas dos processos económicos, sociais e culturais neste findar do século XX. Não é, também, como sublinharam na sua declaração de voto os deputados comunistas no Parlamento Europeu, «um voto contra a estabilidade dos preços, o equilíbrio orçamental, o controlo da dívida, os mecanismos e instrumentos»; mas «um voto contra este projecto, o modo como foi conduzido e os interesses que serve»; «um voto (...) que impõe estratégias que concentram riqueza, agravam desemprego, agudizam assimetrias e desigualdades, criam maior e nova pobreza e exclusão social, diminuem a soberania nacional e aumentam défices democráticos»; «um voto contra a formação de um «núcleo duro» para a Comissão Executiva do BCE, privilegiando zonas geográfico-monetárias e partilhando influência entre grandes «famílias» partidárias, numa evidente polarização do poder na instituição que condicionará todas as políticas dos Estados-membros».

5. O PCP, recusando o processo, recusando a falsa alternativa entre a moeda única ou o caos, vai continuar a empenhar-se, conjuntamente com outras forças de esquerda e progressistas, por um outro rumo para a construção europeia

● Para a concretização, com meios e medidas calendarizadas, do princípio da coesão económica e social e a convergência real das economias;

● para que o período de transição de três anos, em que ainda se vai fazer a circulação da moeda nacional, com uma paridade fixa ancorada no euro, sirva para reponderar o nosso posicionamento e esclarecer os problemas que advirão para o País, sirva para arrear caminho e encontrar outras vias para a cooperação, inclusive monetária, entre os povos da Europa;

● para evitar que este processo se transforme na antecâmara do federalismo político, retirando toda e qualquer capacidade de decisão aos portugueses, transformando o Estado português, no dizer de um avisado analista, numa enorme Junta de Freguesia;

● para procurar que os previsíveis e elevados custos de mudança de moeda, sejam suportados pelo orçamento comunitário e pelo capital financeiro, e não como tudo aponta, pelos consumidores e pequenos e médios empresários;

● para defender políticas nacionais que, nos diversos domínios e no quadro de um estreito campo de manobra decorrente da moeda única, possam minorar as consequências negativas para os trabalhadores e o País. Para defender, ao nível das instituições comunitárias, que seja renegociado, alterado e flexibilizado o Pacto de Estabilidade — que não fazia parte do Tratado de Maastricht, nem nunca foi ratificado —, e fortemente incrementado o orçamento comunitário por forma a que os previsíveis choques assimétricos possam ter respostas suficientes, sem sacrifício dos países menos desenvolvidos da União Europeia. Em particular, as propostas contidas na Agenda 2000 deverão ter em conta os novos constrangimentos para a economia portuguesa decorrentes da introdução da moeda única;

● para que o horário de trabalho (35 horas) em toda a União Europeia entre em vigor de forma faseada, tendo em conta os níveis da produtividade dos diversos países e dos diversos sectores produtivo;

● para que se avance na taxaço do movimento de capitais;

● para que se verifique uma reorientação do papel do Banco Europeu de Investimentos, colocando-o ao serviço da criação de empregos, nomeadamente pelo acréscimo substancial dos créditos bonificados às pequenas e médias empresas.

O PCP reafirma a sua decisão de continuar a lutar pela defesa dos interesses nacionais e uma mudança de rumo na construção europeia. Lutar por uma Europa de países soberanos, cooperando entre si pelo emprego e bem-estar dos povos, pelo seu mútuo desenvolvimento. Uma construção europeia diferente da estabelecida em Maastricht, que possa explorar vias de cooperação monetária que sejam instrumentos para a cooperação e a convergência económica e social entre todos os países.

A Europa social e o combate ao desemprego não podem ser uma figura de retórica para deixar passar uma Europa comandada pelos interesses dos mercados financeiros.

Os trabalhadores e os povos não estão condenados a «adaptar-se» a uma União Europeia neoliberal, com o crescimento económico cada vez mais concentrado, lado a lado com o cortejo do desemprego, da precariedade no emprego, da pobreza, das exclusões e violência urbanas.

Pela nossa parte, juntamos a nossa voz e a nossa luta à de diversas forças de esquerda e progressistas que, na Europa, combatendo a construção neoliberal da União Europeia, apontam novos rumos para essa «construção», lutando numa perspectiva de esquerda, por uma Europa social, de bem-estar, de paz e de cooperação.



Aldeiadávila População contra cemitério nuclear

A intenção do Governo espanhol de Aznar de instalar um cemitério de resíduos nucleares junto à fronteira portuguesa, em Aldeiadávila, a concretizar-se, representaria uma grave ameaça para a saúde pública, para a preservação do meio ambiente e para a economia nacional e da região, nomeadamente produção agrícola e potencialidades turísticas, afirma a Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP, em nota à comunicação social.

Já em 1987, o Governo de Felipe González havia tentado o mesmo, lembra a DORBA, só que a luta então desenvolvida pelas populações portuguesa e espanhola — com o apoio e empenhamento dos partidos políticos, com destaque para o PCP — fez abortar essas pretensões.

«O Nordeste Transmontano e o Douro já se encontram ameaçados», quer pela «pretensão (não completamente abandonada) de Espanha em construir uma Central de Energia Nuclear em Sayago», quer pelo Plano Hidrológico Espanhol, dizem os comunistas. São, assim, de lamentar as declarações da ministra do Ambiente e do secretário de Estado dos

Recursos Naturais quando, instados a comentar as notícias, se «refugiaram» na desculpa de que «não possuíam suficientes informações», em vez de tomarem uma «posição firme de repúdio».

Mantém-se também válida, para o PCP, a proposta de resolução apresentada em Maio de 1987 pelo seu deputado Joaquim Miranda, no sentido de considerar que a construção de um depósito de detritos nucleares naquela zona, «infringe normas internacionais por se situar a menos de 100 quilómetros da fronteira» e que os estudos técnicos já realizados «admi-

tem que os detritos nucleares que ali viessem a ser depositados poderiam originar fugas radioactivas e contaminação na sequência de eventuais sismos».

Face à gravidade da situação, a Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP fez-se representar na manifestação realizada no passado dia 26, em Aldeiadávila, contra a instalação do cemitério nuclear, e apoia a criação pela Assembleia Municipal de uma comissão para o desenvolvimento de iniciativas com esse objectivo.

Segurança Social em debate

Com a presença de meia centena de participantes, a Direcção da Organização Regional de Bragança realizou uma conferência/debate, moderada por Lídio Correia, Coordenador da Inspeção da Segurança Social de Bragança, subordinada ao tema «Segurança Social em Portugal - que futuro?».

Carlos Chilão, oficial do CRSS de Vila Real que analisou a situação da Segurança Social em Trás-os-Montes, denunciou

a injustiça existente a nível da agricultura, pelas elevadas quantias que o pequeno agricultor tem de descontar — as mesmas que os latifundiários do Ribatejo e Alentejo —, e defendeu uma percentagem de desconto à volta de 16 por cento do Salário Mínimo para o sector.

Felicidade Ferreira, técnica superior do Serviço Social do Porto referiu-se, por sua vez, à situação na área da Assistência Social e ao balanço da experiência do Rendimento Mínimo Garantido, lembrando ter sido o PCP o primeiro partido a propor este rendimento.

Por fim, Manuel Ramos, membro da Comissão Nacional para os Assuntos da Segurança Social do PCP, desenvolveu e apresentou as propostas do PCP, sublinhando a determinada altura que «são os trabalhadores que suportam o sistema e não o Estado como às vezes se quer fazer crer».

A ideia principal que ressaltou do debate foi a necessidade de proceder a uma reforma da Segurança Social, que não retire direitos aos trabalhadores nem privilegie as Seguradoras, e de uma mais justa política de rendimentos e solidariedade.



PCP recebe FRELIMO

Uma delegação do PCP, integrando o Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável pela Secção Internacional, encontrou-se no passado dia 30 de Abril, no CT Soeiro Pereira Gomes, com o Secretário-geral do Partido Frelimo, Manuel Tomé.

Odete Santos acerca do referendo sobre o aborto em entrevista ao "Avante!"

Garantir a liberdade de decidir



No dia 28 de Junho - de acordo com o anúncio feito pelo Presidente da República na passada semana -, realiza-se o referendo sobre o regime legal que deve enquadrar a interrupção voluntária da gravidez (IVG). Pela primeira vez, ao abrigo deste instituto de consulta popular, os portugueses vão ser chamados a pronunciar-se. A sua resposta - optando pelo Sim ou pelo Não à despenalização do aborto - será decisiva numa matéria que, não obstante tocar em primeiro lugar à mulher, diz respeito a todos os cidadãos.

Tratando-se de um problema de saúde pública, em causa está, naturalmente, a própria saúde da Mulher. Mas também o respeito por uma decisão que é do seu foro íntimo. E o seu direito ao planeamento familiar, bem como o direito a viver a sua sexualidade sem medo. Embora numa fase ainda incipiente, a campanha para o referendo está já no terreno. Grupos de cidadãos organizam-se, afinam-se estratégias, apuram-se argumentos. Nas próximas semanas, seguramente, este vai ser um dos temas fortes do debate político. Trata-se de uma batalha que, para os comunistas, não é nova. Em vários planos, sobretudo na frente parlamentar, coube-lhes serem pioneiros. À inovação e à iniciativa política juntaram, como é seu hábito, a coerência. Fidelidade a princípios que associaram a um corpo consistente e estruturado de ideias. Como adiante se verá.

É, pois, em torno deste tema que se centra a conversa com a deputada comunista Odete Santos, uma das mulheres que mais se tem destacado na luta pela despenalização do aborto.

O referendo realiza-se após um processo legislativo que teve o seu desfecho na aprovação de uma lei que despenaliza o aborto. O resultado da consulta popular pode, por conse-

guinte, conflitar com a decisão aprovada pelo Parlamento. Não estamos perante uma contradição que de alguma maneira fragiliza a autoridade do órgão máximo da nossa democracia representativa?

O referendo, depois da aprovação na generalidade de um projecto de lei, põe efectivamente em causa a democracia representativa. Coloca dúvidas sobre a legitimidade da deliberação dos deputados. A consulta popular - uma forma da democracia participativa - só não conflitua com a democracia representativa quando se realiza antes da aprovação na generalidade de uma iniciativa legislativa. O PCP denunciou isto repetidamente. Imediatamente após a negociação celebrada entre o PS e o PSD.

Neste contexto, uma grave responsabilidade cabe ao PS que, depois de aprovar a lei, em menos de 24 horas, volta atrás e dá o dito por não dito...

De facto, o referendo realiza-se porque o PS sobrepôs aos problemas das mulheres - aos graves problemas de saúde pública resultantes do aborto clandestino - os seus interesses partidários. O seu interesse em resolver o problema da constituição do Tribunal Constitucional, criado por ele mesmo, PS. O seu interesse - igual ao do PSD - em não tomar posição como Partido, na despenalização do aborto. Escudando-se na consulta popular, para esconder às mulheres portuguesas que o Partido Socialista não tem resposta para as graves consequências resultantes dos milhares de abortos clandestinos.

Estes cerca de dois meses que nos separam do referendo constituem, entretanto, uma excelente oportunidade para aprofundar o esclarecimento sobre esta matéria. Esclarecer, por exemplo - porque há ainda quem pense assim -, que a Lei aprovada em 4 de Fevereiro não obriga a mulher a fazer um aborto.



Os que, como o PCP, lutam pelo Sim na campanha do referendo, defendem uma lei que não obrigará ninguém a fazer um aborto. A Lei irá garantir a liberdade de decidir, quando a mulher é confrontada com uma gravidez não desejada. Os que defendem o Não querem obrigar as mulheres a recorrer ao aborto clandestino. Apesar de afirmarem que os abortos não vão nunca acabar, querem a lei que ameaça as mulheres com penas de prisão. Querem a clandestinidade. Não se importam com a morte, os riscos de morte e as doenças das mulheres. Mesmo

sabendo que a lei também não defende o embrião e o feto. Porque, apesar dela, os abortos fazem-se.

“O referendo realiza-se porque o PS sobrepôs aos problemas das mulheres - aos graves problemas de saúde pública resultantes do aborto clandestino - os seus interesses partidários”

Aborto como último recurso

Um dos argumentos invocados pelos que se opõem à despenalização é o

de que o planeamento familiar poderia resolver o problema. Julgo não ser essa a tua opinião.

A interrupção voluntária da gravidez não é um método contraceptivo. Porque assim o entende, o PCP, em 1982, apresentou para além do seu primeiro Projecto de Lei sobre despenalização da interrupção voluntária da gravidez, mais dois Projectos: um relativo à protecção da maternidade e um outro sobre educação sexual e planeamento familiar. E, por isso mesmo, nos seus Projectos sobre o aborto sempre inseriu um artigo estabelecendo que as mulheres que recorressem à IVG teriam uma consulta de planeamento familiar nos 7 dias seguintes à intervenção cirúrgica. Mas a verdade é que não há métodos contraceptivos infalíveis. E assim o aborto será, como acontece em todos os países civilizados, o último recurso. Aliás, convém recordar que aqueles que agora enchem tanto a boca com a necessidade do planeamento familiar, foram os que mais o combateram, admitindo apenas os métodos naturais. Os métodos que causam a maior taxa de abortos clandestinos.

Referido é também o facto de a despenalização conduzir inevitavelmente ao aumento do número de abortos.

Essa afirmação carece de fundamento. É a própria Organização Mundial de Saúde que o refere num documento divulgado no passado dia 7 de Abril, de que passo a transcrever um excerto: “Contrariamente ao que se pensa geralmente, a legalização do aborto não acarreta necessariamente um aumento da taxa de abortos voluntários. Na Holanda, por exemplo, onde a legislação sobre o aborto não tem restrições, onde os contraceptivos são acessíveis e onde a interrupção voluntária da gravidez se faz gratuitamente, regista-se a taxa mais baixa do mundo - 5,5 abortos por cada mil mulheres em idade de procriar, por ano. O Canadá, a Tunísia, a Turquia, Barbados, modificaram a legislação por forma a ampliar a legalização, sem que o número de abortos aumente em consequência.”

Conhecem-se os dados de outros países. As estatísticas oficiais da Itália - que os utilizadores da Internet podem consultar na página <http://petra.istat.it/oggi/ivg1.html> - dizem-nos que depois da despenalização conseguida em 1978 após um referendo, o número de abortos passou de 209.000 no ano de 1980 para 136.000 em 1994, 134.000 em 1995 e 129.000 em 1996. Neste período tam-

PCP na batalha pelo Sim

No quadro da realização do referendo sobre o regime legal do aborto, o PCP irá participar não apenas nos movimentos cívicos como também, de forma autónoma, com uma campanha própria. Esta, uma das decisões tomadas na reunião nacional de quadros e militantes comunistas realizada no passado dia 2, na Soeiro Pereira Gomes, destinada ao apuramento das grandes linhas que orientarão a campanha de mobilização e esclarecimento até ao próximo dia 28 de Junho.

Com a presença de cerca de 120 camaradas, entre membros das organizações regionais, quadros que intervêm em organizações sociais, e quadros da JCP, a reunião decorreu de forma viva e participada, marcando o arranque do trabalho do Partido para esta batalha.

Com a decisão de participar autonomamente na campanha pelo Sim, como revelou ao "Avante!" Fernanda Mateus, membro da Comissão Política, o PCP entende exercer todos os direitos que a Lei atribui às forças políticas neste capítulo, preten-

dendo “intervir activamente no esclarecimento dos eleitores”.

Simultaneamente, adianta, os militantes, quadros e dirigentes do PCP irão apoiar e integrar os movimentos cívicos e populares que se estão a constituir com vista a uma intervenção na campanha do referendo.

“Pela nossa parte tudo faremos para que neste movimento haja leal cooperação e convergência de esforços quer com os cidadãos independentes quer com os cidadãos que tenham outro posicionamento partidário”, sublinha, entendendo que o grande objectivo que se coloca a esses movimentos cívicos é contribuir para a vitória do Sim.

Considerando que esta batalha “deve envolver todo o Partido”, Fernanda Mateus observa que a acção do PCP deve ser pautada por uma “enorme serenidade, rigor e seriedade”, visando um “grande esclarecimento e clarificação do que vai estar em causa no dia 28 de Junho”.

A este respeito, sublinha, o que verda-

deiramente estará em causa “não é saber quem é contra ou a favor do aborto - todos estamos seguramente contra o aborto e a favor da vida -, mas, diferentemente, dar um sim ou um não à despenalização do aborto em determinadas circunstâncias explicitadas na pergunta”.

Por outras palavras, trata-se, no fundo, de clarificar a posição entre quem está disponível para “continuar a fechar os olhos à realidade social do aborto clandestino - um flagelo da saúde pública e um atentado à dignidade das mulheres -, que alimenta um negócio altamente lucrativo” e aqueles que, estando porventura pessoalmente contra, não pretendem ajuizar nem penalizar as mulheres que têm que decidir realizar uma IVG, assumindo, por conseguinte, “uma postura solidária e activa no sentido de contribuir para a despenalização do aborto, possibilitando um último recurso à mulher que, tendo decidido nesse sentido, o possa fazer com acompanhamento e segurança médica”.

➤ Odete Santos Garantir a liberdade de decidir

bém diminuiu o número de abortos clandestinos que passou de cerca de 100.000 em 1983 para 85.000 em 1987 e cerca de 50.000 no ano de 1994. Sendo certo que o fenómeno do aborto clandestino se concentra na Itália meridional e insular.

Se quisermos passar agora para o outro lado, para os casos em que da despenalização se passou à proibição, temos o triste exemplo da Roménia, desde 1966 até 1989. Segundo revela a Organização Mundial de Saúde, o número de mortes maternas passou de cerca de 80 por 100.000 nados vivos para cerca de 140/100.000 no ano de 1989. Ano em que se passou a uma lei menos restritiva. A partir deste ano a taxa tem vindo a decrescer situando-se em cerca de 20/100.000.

Depois disto, não se compreende como pode usar-se contra a legalização o desesperado argumento de que os hospitais portugueses não têm capacidade para dar resposta às solicitações. E há mesmo quem se indigne com a utilização dos impostos para garantir a IVG em hospitais.

A verdade é que, como se sublinha no recente relatório da Organização Mundial de Saúde atrás referido, "o tratamento das complicações de um aborto exige frequentemente vários dias de hospitalização, a assistência do pessoal do hospital, transfusões de sangue, antibióticos, analgésicos e outros medicamentos (...). Em certos países em vias de desenvolvimento, quase 50% dos orçamentos dos hospitais são consagrados ao tratamento de complicações do aborto clandestino".

O que não se passa com os abortos legais, que só excepcionalmente determinam internamentos.

E se países frequentemente citados como mais atrasados do que o nosso, como a Grécia, organizaram os hospitais por forma a que no primeiro ano de despenalização se fizessem os mesmos 130.000 abortos, por que motivo não terão os hospitais portugueses capacidade para dar cumprimento ao direito constitucional à saúde?

A ineficácia da Lei Penal

Entretanto, a Lei Penal tem-se revelado totalmente ineficaz para combater este flagelo...

De facto, todos reconhecem que há milhares de abortos por ano. Mesmo os que se opõem à despenalização. Não há estatísticas da clandestinidade. Mas pelo número de mulheres que são atendidas nas urgências dos hospitais, pelo número de mulheres portuguesas que são atendidas em clínicas espanholas, sabe-se que se fazem milhares de abortos clandestinos. Uma tese de mestrado apresentada pela Dr.ª Teresa Tomé na Faculdade de Medicina de Coimbra apresenta uma prospecção de 192.618 abortos/ano, a partir de uma amostra trabalhada na região de Coimbra.

Tem de concluir-se que a lei penal não consegue impedir a prática do aborto.

A par disso, constatamos, ao analisarmos as estatísticas da Justiça, que um número muito ínfimo de processos chega aos Tribunais. As últimas estatísticas apontavam para uma pendência de 10 processos no País inteiro.

Temos, assim, uma lei penal que não é cumprida. Que não consegue atingir os objectivos. Que não consegue impedir os males que diz querer evitar. E que provoca maiores males. Provoca mor-

Manifesto pela tolerância

"A despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez na lei, não obrigando ninguém à sua prática, constitui a única forma de enfrentar, sem hipocrisia, os graves problemas sociais e humanos associados ao aborto clandestino, segunda causa de morte materna e a primeira entre os adolescentes", lê-se no Manifesto do Movimento "Sim pela Tolerância".

Surgido na sequência da decisão de realizar o referendo, este movimento de intervenção cívica é constituído por cidadãos que, independentemente da sua posição quanto à interrupção voluntária da gravidez, entendem "não poder julgar e condenar quem tenha a necessidade de a realizar".

No texto do Manifesto, que está a ser distribuído por todo o País, os seus subscritores defendem que a "decisão de interromper uma

gravidez deve ser ponderada em consciência pela mulher e pelo homem, tendo em conta a realidade das suas vidas e perante dados que os outros não conhecem nem podem avaliar".

Pretendendo intervir activamente na campanha para o referendo, os cidadãos que integram este Movimento pensam ainda que a mulher que decide interromper uma gravidez, quaisquer que sejam as razões - por falta de condições económicas, afectivas, familiares, de saúde ou outras -, "não pode ser tida como uma criminosa".

"É um movimento de quem, em nome da tolerância, apela ao Sim à despenalização da IVG, realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado", conclui o Manifesto.

tes e doenças nas mulheres. Provoca a exploração de mulheres nos meandros do aborto clandestino.

Trata-se de uma lei que adopta um determinado Código moral que impõe a toda a sociedade. E uma lei penal não pode ser uma lei de imposição de códigos morais únicos.

O PCP defende a despenalização do aborto até às 12 semanas a pedido da mulher e em determinadas condições. Porque este prazo e não as 10 semanas como defende a JS?

É nas primeiras 12 semanas que a saúde da mulher corre menos riscos. Corre mesmo menos riscos que no parto. Por isso, o PCP propôs as 12

semanas. Depois desse prazo, dado que os riscos crescem, apenas nas condições determinadas na lei (risco de morte, risco de doença física e psíquica, malformações ou doenças graves do feto) pode ser interrompida a gravidez. Nenhuma razão há para que se recue até às 10 semanas. Aliás, o Projecto de lei aprovado representa um recuo relativamente ao apresentado no ano anterior pelos mesmos subscritores, que propunham as 12 semanas.

As concepções existentes quanto ao início da vida pesam cer-

que o sistema respiratório continue a funcionar (podendo a partir daquela morte do tronco cerebral proceder-se à extracção de órgãos), por que motivo situam o início da vida quando ainda não há nada do sistema nervoso?

A formação do tronco cerebral fetal apenas se inicia no 6º dia após a concepção (8ª semana) e as sinapses nervosas de que depende a função cerebral só estão completas a partir da 12ª semana, decorrendo ainda, após tal facto biológico, o processo de ultimate do sistema nervoso.

Há outros que defendem que o início da vida se situa nas 24 semanas de gravidez, quando o feto já tem sistema pulmonar e já tem vida autónoma.

Na filosofia muitos defendem que vida humana começa com o nascimento, quando, autonomamente, se começa a adquirir a racionalidade - característica fundamental do ser humano.

Entre todas estas concepções há ainda posições matizadas. Os que consideram que a vida humana começa quando o zigoto chega ao útero materno - 6 ou 8 dias após a concepção, isto é, no momento em que a mulher fica grávida.

Perante estas diferentes concepções, a lei Portuguesa considerou haver vida humana só a partir do parto (veja-se a tipificação do crime de infanticídio no Código Penal).

Antes disso, a lei penal chama ao embrião e ao feto vida intra-uterina, concedendo-lhe protecção inferior à vida humana.

Perante isto, a lei penal não pode tomar posição erigindo em dogma posições não consensuais, e impondo-a a todos os cidadãos, mesmo aos que, a esse respeito, têm convicções diversas. Vivemos numa sociedade pluralista.

Assim, o legislador, tem de resolver o problema a partir da constatação de que seja qual for a solução filosófica ou científica, a lei penal actual não defende o embrião nem o feto, pois os abortos fazem-se e ninguém exige (salvo alguns desesperados fundamentalistas) que as mulheres vão para a cadeia. Será, portanto, hipócrita manter uma lei relativamente à qual ninguém exige o seu cumprimento.

Quais vão ser as principais linhas de intervenção na campanha de esclarecimento a levar a cabo daqui por diante?

Desenvolver todos os argumentos que levaram a esmagadora maioria dos países Europeus (com excepção da Irlanda) à despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Sendo o mais importante o que diz respeito à saúde das mulheres.

"A solução para o problema do aborto clandestino e para as taxas de mortalidade das mulheres dele decorrentes passa por leis e políticas que protejam a saúde reprodutiva das mulheres"

É esse argumento que consta dos documentos finais das Conferências do Cairo sobre População e Desenvolvimento (1994) e de Pequim sobre a Situação das Mulheres no Mundo (1995).

E é porque se trata de um problema de saúde pública que a Organização Mundial de Saúde no documento que divulgou no dia 7 de Abril de 1998, dedicado à Maternidade sem riscos, destaca em capítulo próprio, o problema do aborto clandestino e as taxas de mortalidade das mulheres decorrentes do mesmo. Apondo, como solução para o problema, a necessidade de modificar as leis e as políticas com vista a proteger a saúde reprodutiva das mulheres.



"Os que defendem o Não querem obrigar as mulheres a recorrer ao aborto clandestino (...), querem a lei que ameaça as mulheres com penas de prisão. Querem a clandestinidade. Não se importam com a morte, os riscos de morte e as doenças das mulheres"



Cidadãos intervêm na campanha

Milhares de cidadãos subscreveram já o abaixo-assinado com vista à constituição de "grupo de cidadãos eleitores" que desejam intervir na campanha do referendo, ao abrigo da lei orgânica que o define. Nos dois documentos que circulam pelo País - tendo como primeiros subscritores, num caso, Abílio Fernandes, no outro, Adélia Pinhão - os signatários pronunciam-se pelo Sim à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, realizada, por opção da mulher, nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado.

Entre as muitas personalidades que subscree-

vem os documentos, ligadas aos mais diversos sectores da vida nacional, encontram-se nomes como Boaventura de Sousa Santos, Diana Andringa, Eduardo Prado Coelho, Elisa Damiano, Heloísa Apolónia, João Moreira, José Borges Coelho, Fernanda Mestrinho, Fernanda Mateus, Fernando Gomes, Graça Mexia, Ivan Nunes, João Fiadeiro, José Goulão, Luísa Amorim, Margarida Pinto Correia, Maria Antónia Palla, Maria Antónia Fiadeiro, Mário Tomé, Miguel Portas, Natércia Salgueiro Maia, Nuno Teotónio Pereira, Odete Santos, Vasco Lourenço, Vital Moreira.



Opções do Governo sacrificam justiça social

As relações entre o poder político e os grupos económicos dominaram a semana parlamentar. Em causa, concretamente, o favorecimento de alguns grupos económicos por parte do Executivo. Depois de já ter feito subir a temperatura na véspera, com o ministro da Economia a tentar defender a honra do Governo perante suspeitas de ligações perigosas que lhe são atribuídas, o tema voltou a aquecer o plenário, faz hoje oito dias, na interpelação promovida pelo PSD.

Em tom que algumas vezes ultrapassou a desejável vivacidade para se situar quase no plano do insulto, no centro do debate estiveram sobretudo cinco casos de favorecimento denunciado pelo PSD. Calúnias, responderam os membros do Governo, argumentando com a tese de que as acusações são irresponsáveis e procurando ripostar qualquer suspeita de compadrio através de aturadas explicações. A bancada do PSD não se impressionou e avançou com novas acusações. "O Governo escusa de se pôr atrás dos grupos económicos para se esconder", afirmou Marques Mendes. O PSD não chegou, todavia, a aceitar o repto para apresentar queixa ao Procurador-Geral da República lançado no final pelo ministro Jaime Gama. Ficou-se pelo anúncio de um pedido de inquérito parlamentar.

Urgem respostas claras

O Grupo Parlamentar do PCP, pela sua parte, através dos deputados Octávio Teixeira, João Amaral e Lino de Carvalho, posicionou-se no debate de modo muito crítico em relação ao PS e PSD, pondo em evidência o modo como ambos estão comprometidos nesta matéria.

Questionado por João Amaral foi o facto de o PSD pretender agora zurrir na falta de transparência do Governo do PS nos

seus negócios com os grandes grupos económicos escamoteando, simultaneamente, que ele próprio teve idêntica prática durante os governos de Cavaco Silva. Glosando a falta de sinceridade política do PSD nesta sua aparente cruzada pela transparência, o deputado comunista não deixou, porém, de chamar a atenção para a gravidade das insinuações/acusações que o PSD fez ao Governo do PS, exigindo a necessidade de respostas cabais e claras por parte deste.

Lino de Carvalho, por seu turno, confrontou o Governo do PS com uma relação significativa de situações de favorecimento dos grandes grupos económicos, desde os Mellos aos Espírito Santo e Belmiro de Azevedo. E colocou em paralelo os favorecimentos actuais por parte do Governo socialista com idênticos favorecimentos dos governos do PSD aos mesmos grupos económicos. Quer no âmbito do processo de privatizações quer na concessão de apoios directos. E deu exemplos como o que se passou e passa com a Lisnave, a Quimigal, a Tabaqueira, a Petrogal, a Torralta, a TAP, a EPAC, entre outras.

Demarcação esquerda/direita

O líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, começou por chamar a atenção para o facto de, no dia anterior, o ministro da Eco-

nomia não ter respondido a uma questão central neste contexto - se o ministro era capaz de garantir que no período de governação do PS a influência dos grandes grupos económicos sobre o poder político não tinha aumentado.

Para Octávio Teixeira, a não resposta àquela questão revestia-se de enorme significado, porquanto, sublinhou, "a questão da subordinação do poder económico ao poder político, para além de um princípio constitucional, é um elemento essencial da demarcação entre um posicionamento de esquerda e um posicionamento de direita".

Esta é, com efeito, uma questão que, manifestamente, separa o PCP do Governo do PS. "O PCP entende que a subordinação do poder económico ao poder político deve ser inquestionável, nas palavras e nos actos", assinalou o presidente da formação comunista, para logo a seguir fundamentar a sua afirmação: "Porque não é possível conduzir uma política de esquerda, se o poder económico for determinante nas orientações do poder político. Porque não é possível orientar uma política pela esquerda se o Governo coloca a sua autoridade e vontade políticas na

dependência e ao sabor dos lobbies e dos grupos de interesses."

E a verdade é que o comportamento do Governo tem sido contrário àquele entendimento. O Governo - e é o próprio ministro da Economia que o afirma em entrevistas recentes -, "faz uma aposta clara" no reforço e apoio aos grandes grupos económicos.

Octávio Teixeira tratou de o lembrar no decorrer do debate, observando que ao tomar esta opção, o Governo sabe que, simultaneamente, "está a prejudicar a generalidade dos cidadãos, e em particular os trabalhadores, está a sacrificar a justiça social".

"O Governo não pode esquecer que os interesses dos grandes grupos económicos, dos lobbies e dos grupos de interesses, são conflitantes com o interesse geral dos portugueses e dos trabalhadores", frisou, citando, entre outros, o exemplo da reforma fiscal: "A reforma fiscal prometida pelo PS e pelo Governo, afinal, já não se fará nesta legislatura. Porquê? Porque os grupos económicos e os lobbies das profissões liberais não querem perder privilégios fiscais ilegítimos, não querem a moralidade e a justiça fiscais.

Octávio Teixeira concluiu afirmando que a principal causa

Amanhã, em Santarém Jornadas Parlamentares do PCP

Têm início amanhã, prolongando-se pela manhã de Sábado, em Santarém, as Jornadas Parlamentares do PCP. A sessão de abertura, prevista para as 11.00 horas, contará com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário Geral do PCP.

Após um encontro marcado para as 11.30 horas com uma delegação da União dos Sindicatos de Santarém, de quem receberá um dossier relativo aos problemas da segurança social no distrito, os trabalhos do Grupo Parlamentar retomarão o seu curso no Hotel Alfageme.

À tarde, como habitualmente sucede nas Jornadas Parlamentares do PCP, os deputados comunistas estabelecem um conjunto de visitas e encontros com as mais variadas entidades e organizações sociais com vista a aprofundar o conhecimento sobre a realidade do distrito e seus problemas.

O fim da tarde de sexta-feira, tal como a manhã de sábado, serão preenchidos com reuniões de trabalho. As conclusões das Jornadas serão dadas a conhecer aos jornalistas em conferência de imprensa marcada para as 12.30 horas de sábado.

Entretanto, ainda no quadro das Jornadas Parlamentares, realiza-se hoje, às 21.30 horas, um debate que tem por tema: "Interrupção Voluntária da Gravidez - Direito de Decidir".

Com encontro marcado para o Centro Cultural Scalabitano (Rua Maestro Luis da Silveira), no debate participarão os deputados Octávio Teixeira, Luisa Mesquita e Bernardino Soares.

da degradação da vida política é o facto de "os dois maiores partidos do espectro político português se apresentarem, na prática política e governativa, como meras alternâncias de poder mas não como alternativas políticas e de políticas".

Fábrica Renault e Lisnave comprovam As complicitades com o grande capital

O Governo continua a revelar sinais de forte complicitade com o grupo económicos com vista a restringir os direitos dos trabalhadores e a proporcionar acrescidos aumentos das taxas de lucro e da reprodução do capital à custa do agravamento da exploração do mundo do trabalho. Na semana transacta, em intervenção no período antes da ordem do dia, o deputado comunista Joaquim

Matias voltou a demonstrar que assim é, levando a plenário a este propósito os casos da Fábrica da Renault em Setúbal e do sector da construção e reparação naval.

Qualquer deles, de um modo muito simples, testemunha aquela realidade, pondo em evidência não apenas a trama de ligações entre o Governo e o grande capital, como também a sua sujeição aos interesses do poder económico e o modo como as suas opções são determinadas por este favorecimento em detrimento dos trabalhadores.

No que se refere à Fábrica da Renault, em Setúbal, agora denominada Sodía, o que está em causa é nem mais nem menos do que o despedimento colectivo de cerca de 600 trabalhadores. Notificados nesse sentido na passada semana pela administração da empresa, que invoca o encerramento da fábrica em 31 de Julho próximo, os trabalhadores, com uma profissão especializada, com família e com compromissos sociais, vêem-se assim confrontados com um futuro de total insegurança devido à actuação irresponsável do Executivo.

Mais grave ainda, como assinalou Joaquim Matias, este desfecho contraria todas as expectativas criadas e todo os compromissos assumidos pelo Governo. Com efeito, aquando das negociações com a empresa francesa, o Governo afirmou que "o negócio entre o Estado e a Renault visa viabilizar

a empresa", tendo acrescentado que "neste processo os empregos de uma ou de outra forma estarão sempre assegurados".

Recorde-se que este compromisso foi assumido na quadro das negociações então entabuladas pelo Governo com a Renault nos termos das quais esta última foi desresponsabilizada dos seus compromissos contratuais e o Estado português desistiu da acção que lhe movera no Tribunal de Geneve por incumprimento desses mesmos compromissos, ao abrigo dos quais a multinacional francesa obtivera benefícios fiscais e fundos comunitários.

"Como pode o Governo desresponsabilizar-se e desresponsabilizar a multinacional Renault de encontrar uma solução que assegure o futuro da fábrica e os postos de trabalho? Como pode o Governo não honrar os compromissos que assumiu perante os trabalhadores?", interrogou-se Joaquim Matias.

Para o deputado comunista torna-se ainda evidente que o Executivo agiu de má-fé em todo este processo, uma vez que só muito tarde - e porque instado a fazê-lo - é que admitiu em comissão parlamentar não terem fundamento as notícias que apontavam a venda daquela unidade fabril a construtores japoneses, depois americanos e por fim coreanos.

A verdade é que "nunca houve qualquer hipótese credível de venda da fábrica", acusou Joaquim

Matias, convicto, do mesmo modo, que o Governo também "não possuía como não possui" respostas para perguntas fundamentais, como a de saber quantos empregos tem para atribuição aos cerca de 600 trabalhadores da Sodía ou como são garantidos os seus direitos individuais e contratuais.

O recrutamento de 400 a 500 trabalhadores estrangeiros para trabalhar de Junho e Setembro na Lisnave foi, por sua vez, o motivo próximo que levou Joaquim Matias a considerar que qualquer coisa de anómalo, servindo interesses obscuros, está em preparação.

Depois de recordar o modo como se processou o último plano de reestruturação da Lisnave - negociata concretizada em Fevereiro do ano passado entre o Governo e o Grupo Mello que lesou gravemente não apenas as populações (Almada e Península de Setúbal) e os trabalhadores da Lisnave, como também os interesses do sector de construção e reparação naval e os interesses nacionais -, Joaquim Matias perguntou como é possível que da aplicação desse plano, que conferiu benesses financeiras ao Grupo Mello e decidiu pelo encerramento a curto prazo do mais equipado estaleiro português (Margueira), tenha resultado o despedimento de mais de 2500 trabalhadores, ao mesmo tempo que se recorre a centenas de subempregados e ao recrutamento de pessoal estrangeiro para cumprir as encomendas.

Lei da Televisão

A Lei da Televisão foi aprovada na generalidade na Assembleia da República. Apreciada na semana transacta, a proposta de lei obteve os votos favoráveis do PS e PP. Os restantes partidos com assento parlamentar optaram pela abstenção. O diploma baixou à comissão especializada.

Apresentado pelo secretário de Estado, Arons de Carvalho, o texto legislativo foi objecto de várias críticas. As mais agudas partiram da bancada comunista. Sem deixar de reconhecer alguns aspectos positivos no seu articulado, António Filipe manifestou-se preocupado, desde logo, com a eliminação de quaisquer limitações à participação no capital social dos operadores de televisão.

Com o fim destas restrições, alertou, "ficarão escancaradas as portas para uma maior concentração da televisão nas mãos de uns poucos grupos económicos", que assim terão "acrescidos poderes de controlo social, com todas as consequências nefastas daí decorren-

tes para o funcionamento da democracia e para o direito à informação".

Verberado por António Filipe foi, por outro lado, o que considerou ser o enorme acréscimo de poderes conferido na proposta de lei à Alta Autoridade para a Comunicação Social. "Com a composição que resultou da última revisão - observou -, não reúne as garantias de independência necessárias para o exercício isento dos amplos poderes que lhe são atribuídos."

No centro do debate esteve também a proposta do PSD no sentido da privatização dos dois canais públicos de televisão. "Atitude irresponsável", assim a classificou o secretário de Estado da Comunicação Social. Pelo lado da bancada comunista, pela voz de António Filipe, a resposta não foi menos dura: "Aqueles que hoje exigem a liquidação da RTP são os mesmos que, no Governo, se encarregaram de a desmantelar, desprestigiar e degradar, pondo em causa as condições de prestação do serviço público de televisão."

ÉVORA

PS e PSD contra idosos

A gestão da CDU na Câmara Municipal de Évora sempre teve como critério apoiar, quer em termos técnicos e humanos quer em termos financeiros, as instituições com objectivos de carácter social, cultural, desportivo e humanitário, importantes para a população.

Apesar da alteração da correlação de forças na Câmara, os vereadores da CDU têm mantido os mesmos critérios e dado todo o seu apoio aos agentes do concelho.

Assim, na reunião realizada no passado dia 22 de Abril, a CDU propôs a atribuição de subsídios para apoio à construção de Centros de Dia nas freguesias de Torre dos Coelheiros (4.500 contos) de N.º Sr.ª de Machede (3.500 contos) e Vendinha (3.500 contos).

«Surpreendentemente», os vereadores do PS e do PSD levantaram as maiores dúvidas, acabando por votar contra a atribuição desses subsídios, impossibilitando assim a construção desses Centros de Dia.

A denúncia cabe à Comissão Concelhia de Évora do PCP que, repudiando tal atitude, se solidariza com os reformados e pensionistas que iriam ser beneficiados com essa medida.

COIMBRA

Homenagem a Luís Albuquerque

Coimbra homenageou, no passado dia 25 de Abril, o Professor Luís de Albuquerque, «insigne matemático, historiador e professor universitário». A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, que se associou a esta homenagem, diz que Luís Albuquerque foi «igualmente um exemplo de cidadania, de democrata, de lutador antifascista».

Na homenagem, o PCP esteve representado por Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, Jorge Gouveia Monteiro e Alberto Vilaça.

OVAR

Deputado visita lugar da Marinha

O deputado comunista João Amaral esteve na semana passada em Ovar onde, acompanhado por dirigentes regionais e locais do PCP, visitou o lugar da Marinha, observando as obras de dragagem da Ria que, pela maneira como têm sido conduzidas, têm levantado alguma polémica.

Aí, um grupo de agricultores teve oportunidade de lhe expor as grandes dificuldades que enfrentam na sua actividade: terrenos que perdem constantemente capacidade de cultivo, devido à sua salinização; falta de cumprimento das promessas de regularização das obras, principalmente no que diz respeito ao aumento da cota dos terrenos ribeirinhos e à criação de barreiras eficazes entre a Ria e os terrenos de cultura.

João Amaral, que se encontrou ainda com a comissão de defesa da Maternidade do Hospital de Ovar e tomou conhecimento das preocupações sobre o assunto e do abaixo-assinado que envolveu milhares de pessoas, comprometeu-se a intervir na AR, no sentido de estes problemas serem resolvidos de forma satisfatória.

CHAVES

Câmara não respeita 25 de Abril

A Comissão Concelhia de Chaves do PCP, indignada, protestou publicamente contra a autorização da abertura do comércio no feriado do 25 de Abril, aprovada em executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Abril. O 25 de Abril «não se vende a miseráveis interesses dos agentes económicos», lembram os comunistas, condenando a atitude do PS e do PSD que nas grandes questões se encontram sempre «enfreados ao pensamento neoliberal». Para a Concelhia de Chaves, também a ACISAT (Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Agrícola do Alto-Tâmega) esteve mal neste caso. Com a sua proposta, não cuidou dos pequenos e médios comerciantes (a maioria do comércio tradicional não abriu as portas) e esqueceu os trabalhadores, apenas favorecendo as grandes superfícies.

ALCOCHETE

Boletim informa e esclarece

O 24.º aniversário do 25 de Abril e o 1.º de Maio, a luta dos trabalhadores da administração local, a situação social na ORMIS, a luta dos agricultores e dos utentes da Portugal Telecom contra a taxa de activação, as obras do Centro de Trabalho do PCP são os temas tratados pela Comissão Concelhia de Alcochete no seu Boletim Informativo de Abril. Trata-se de um Boletim que pretende dar a conhecer à organização as tarefas partidárias e as principais lutas em curso e, de alguma forma, suprir as «falhas» da comunicação social. «Junta-se ao PCP na exigência de uma nova política! Apoie o PCP para uma política de esquerda» é o apelo final deste boletim, cuja continuidade a organização certamente desejará.

Assembleia de Valongo elege concelhia

Após a reunião do Comité Central, de 14 e 15 de Fevereiro, que alertou para a necessidade de um novo impulso na organização do Partido, as várias direcções regionais têm promovido a realização de assembleias para a discussão das medidas a tomar com esse objectivo.

Com a presença de 55 delegados e 20 convidados, entre os quais se encontrava uma delegação da JCP e João Fonseca, da DORP e do CC, a 4.ª Assembleia de Valongo decorreu num ambiente de discussão franca, com intervenções de vários delegados sobre questões relacionadas com a necessidade de um reforço da organização partidária e de uma maior intervenção e actividade do Partido no concelho.

Na intervenção de abertura, a Comissão Concelhia cessante fez o balanço ao trabalho realizado, realçou as dificuldades existentes e a necessidade do

reforço da organização. Por outro lado, chamou a atenção para o facto de não obstante os resultados desfavoráveis das eleições autárquicas, a CDU continuar a ser uma importante força política, num concelho como Valongo onde a média de idade da população não atinge os 30 anos.

Da Resolução Política - aprovada por unanimidade -, constam medidas como a reactivação da discussão interna, de forma a definir objectivos e a integrar mais camaradas nas várias frentes de trabalho; a recuperação dos organismos existentes e sua criação onde

não existam e se entendam necessários; a criação de formas de contacto sistemático com os militantes.

A nova Comissão Concelhia é constituída por 22 membros, sete dos quais membros da JCP e nove integrando pela primeira vez um organismo concelhio.

Faro

Entretanto, a recém-eleita Comissão Concelhia de Faro considera que a realização da 6.ª Assembleia de Organização e a Resolução Política aí aprovada permitem ao PCP em Faro ver «reforçada a sua capacidade de intervenção em defesa dos interesses dos trabalhadores» e por uma «alter-

nativa de esquerda» à política do PS.

A Concelhia do PCP decidiu intervir activamente na campanha «pelo SIM à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)» e no combate «à hipocrisia e à discriminação», apelando a todos os que partilham destes objectivos no sentido de se empenharem também nesta luta com vista ao referendo de 28 de Junho.

Por fim, depois de considerar «inaceitável» o comportamento da maioria socialista da Câmara Municipal na preparação das comemorações do 25 de Abril, saudou a luta dos trabalhadores da Torres Pinto em defesa dos seus postos de trabalho e dos estudantes universitários contra a Lei do Financiamento do Ensino Superior.

Vila Nova da Barquinha Deputada do PCP visita concelho

No passado sábado, a deputada comunista eleita por Santarém, Luísa Mesquita, acompanhada de dirigentes regionais e locais do PCP, visitou as freguesias de Madalena de Tomar e Praia do Ribatejo em Vila Nova da Barquinha.

Na sequência da luta desenvolvida pela população de Cem Soldos contra a ameaça de encerramento do Centro de Saúde e das diligências já desenvolvidas pelo Grupo Parlamentar do PCP, a deputada encontrou-se com elementos da Comissão de Luta, tendo seguidamente visitado as instalações onde funciona actualmente o Centro de Saúde. Registe-se que as despesas com a manutenção das instalações onde funciona aquela unidade são no essencial suportadas pela Associação Cultural e Operária de Cem Soldos. A esta associação, que desenvolve uma intensa actividade cultural, desportiva e recreativa e cujas instalações foram igualmente visitadas, foi reiterado o empenhamento do PCP no apoio à legítima luta da população da freguesia da Madalena e da localidade de Cem Soldos em particular.

Uma pouco mais tarde, já em Vila Nova da Barquinha, realizou-se um encontro na Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo com a autarquia e a Comissão de Luta contra a extração de areias no rio Tejo, a que se seguiu uma visita à frente ribeirinha onde de uma forma desordenada se tem feito a exploração de areias com impactos negativos na margem do rio.

A convite do Centro Cultural e Desportivo da Praia do Ribatejo, a visita terminou nas suas instalações onde foi dado conhecimento da actividade daquela associação e de alguns dos problemas com que se confronta, designadamente dificuldades de expansão do respectivo parque desportivo.

Viana do Castelo PCP ouve trabalhadores dos Estaleiros

Uma delegação do PCP, composta por Jorge Pires, da Comissão Política, José Calçada, deputado, e Vicente Merendas, do CC e da Coordenadora da Indústria Naval, deslocou-se a Viana do Castelo, no passado dia 30 de Abril, onde se encontrou com a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Esta deslocação visou reafirmar aos trabalhadores dos ENVC a solidariedade do PCP na sua luta e ouvir as suas preocupações face às notícias sobre uma Resolução do Conselho de Ministros que estabelece as bases do plano de reestruturação da empresa, visando «assegurar o equilíbrio económico-financeiro» de forma a permitir a sua privatização «a curto prazo», através «da entrada de um parceiro estratégico na sua gestão».

A Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo,

em conferência de imprensa realizada no fim da visita, afirmou ter a delegação do PCP constatado que os trabalhadores dos Estaleiros Navais «estão dispostos a enfrentar mais este desafio», ainda que a responsabilidade pela situação que se vive na empresa se deva a erros de gestão e sejam, portanto, da responsabilidade do Governo que reconduziu em Abril do ano passado todos os membros da administração.

Por outro lado, os trabalhadores lamentam o comportamento do Conselho de Administração que, tendo negado conhecer as medidas preconizadas pelo Governo, veio dias depois assumir o conhecimento de todo o plano, em perfeita sintonia com o Governo, como aliás a delegação do PCP pôde verificar no encontro que também com ele manteve.

Nesta deslocação, a delegação comunista encontrou-se ainda com o vereador da Câmara Municipal, José Maria, em substituição do presidente, e com o Governador Civil de Viana do Castelo.

Da parte do vereador, foi manifestada disponibilidade da Câmara para se empenhar na defesa da empresa e dos seus postos de trabalho, enquanto o Governador Civil, reconhecendo a importância dos Estaleiros Navais para o desenvolvimento socioeconómico da região e o seu papel na criação de postos de trabalho, comprometeu-se a fazer chegar ao Governo as preocupações dos trabalhadores e o sentimento da população de Viana do Castelo.

Pela sua parte, o PCP não deixará de questionar o Governo pela ausência dos ENVC na reestruturação da Marinha Mercante portuguesa, medida que, por «estranha» aos interesses dos trabalhadores e da região, «ninguém compreenderá».

FESTA

Palcos “Novos Valores” e “Arraial” Festa aceita propostas em Maio

Até ao próximo dia 25 de Maio, a organização da Festa do «Avante!» aceita propostas de participação para os palcos «Novos Valores» e «Arraial».

No caso do Palco «Novos Valores», vocacionado para a promoção de novos artistas em diversas áreas: música popular, rock, mímica, etc., as propostas de participação devem incluir uma cassete ou CD das músicas que pretendem cantar, número de participantes, nome, morada e telefone.

O Palco «Arraial», à semelhança dos anos anteriores, procura reflectir a riquíssima realidade nacional na área dos ranchos folclóricos, bandas de música e de baile. As formações interessadas devem juntar às suas propostas uma cassete ou CD, nome do grupo, morada, telefone, número de elementos e condições de participação.

Todas as propostas devem ser enviadas para Festa do «Avante!» - Quinta da Atalaia, Amora 2840 Seixal, com indicação do palco a que se referem.

TRABALHADORES

«Gorilas»

A Federação da Função Pública condenou as afirmações de Veiga Simão no Jornal da Noite da Sic, em que tentando desculpabilizar-se de ter sido responsável antes do 25 de Abril pela introdução dos vigilantes («gorilas») na Universidade, afirmou que actualmente também compete ao pessoal auxiliar semelhantes funções.

A Federação sindical sublinha que «os gorilas foram um corpo especial de repressão e delação dos estudantes, instituído por Veiga Simão, directamente responsável por agressões, espancamentos e prisões de inúmeros estudantes».

A FP considera inadmissível que Veiga Simão «compare os seus gorilas aos funcionários auxiliares do ensino, a quem competem funções fundamentais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino» e «repudia publicamente, por ofensivas da dignidade profissional de trabalhadores que merecem o maior respeito de toda a comunidade escolar, as afirmações despidoras do ex-ministro do regime fascista».

Torraltá

Desde que a SONAE/IMOAREIA assumiu a administração da Torralta «cerca de 70 trabalhadores já abandonaram a empresa e o clima social é cada vez mais opressivo», sendo «evidente a inclinação autoritária, ostensiva e de desprezo para com os direitos dos trabalhadores», afirma um comunicado das ORT's na empresa.

Nomeadamente no Algarve, mais de uma dezena de trabalhadores estão ilegalmente sem funções, sofrendo pressões da administração para aceitarem a rescisão. No passado dia 30 de Abril, os trabalhadores foram ameaçados com uma deslocação forçada para as instalações de Tróia e, em caso de recusa, com o despedimento com justa causa.

Segurança Social

Cerca de duzentos delegados provenientes dos serviços de Segurança Social de todo o País estiveram reunidos em Encontro Nacional, que aprovou um caderno reivindicativo e exigiu a abertura a curto prazo de negociações. Em causa está a reestruturação das carreiras, designadamente as administrativas, auxiliares e as carreiras específicas de acção social.

O Encontro considerou ainda que a descapitalização e redução de direitos dos beneficiários da Segurança Social, com a entrega das partes mais rentáveis ao grande capital financeiro, põem em causa os princípios fundamentais do sistema e têm repercussões na estabilidade de emprego daqueles que garantem o seu funcionamento. Deste modo, este sector propõe-se lutar com mais empenho contra a proposta de reforma apresentada pelo Governo.

Sector em luta recorrem à greve

No passado dia 30 de Abril, a emblemática cervejaria lisboeta Portugália encerrou as suas portas. Motivo: os trabalhadores entraram em greve exigindo aumentos salariais e a regulamentação do prémio de produtividade. A adesão foi de 100 por cento.

Tal como noutras empresas e sectores, os trabalhadores da Portugália acusam a administração de falta de resposta às suas reivindicações e, «conscientes da justiça das suas pretensões», não hesitaram em fechar o estabelecimento.

Exigindo a reabertura do processo negocial, também os trabalhadores da EPAL cumpriram na passada terça-feira uma greve de 24 horas, que teve uma adesão de 90 por cento.

Recordando que a EPAL fechou as portas em 1997 com seis milhões de contos de lucros e que cada trabalhador contribuiu com mais de 12 mil contos para o aumento de produtividade, os Sindicatos das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas insiste em aumentos na massa salarial global de 6 por cento, onde se inclui a criação de um novo escalão em Julho de 1998, a extinção do grau 5 da tabela salarial, e a passagem a principal de todos os trabalhadores com mais de 10 anos de antiguidade na categoria profissional.

Admitindo o «endurecimento da luta» no caso de inflexibilidade da empresa, o SIESI constata ainda que do sector da água, electricidade e gás, os trabalhadores da EPAL são aqueles que auferem salários mais baixos.

Azai e Sonalur

Os trabalhadores da fábrica Azai, com instalações na Azambuja, iniciaram ontem uma greve de três dias reivindicando aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho.

Pelos mesmos motivos, nos dias 27 e 30 de Abril, foi cumprida uma greve na Sonalur, que tem instalações contíguas

à Azai e pertence ao mesmo grupo económico - o norte-americano Exide, proprietário da Tudor. As empresas Azai e Sonalur são complementares da fábrica de baterias Tudor, de Castanheira do Ribatejo; contudo, as condições laborais e remuneratórias são bastante inferiores.



A greve de quinta-feira encerrou as portas da Portugália

Petrogal

As organizações sindicais da Petrogal, reunidas no passado dia 30 de Abril, aprovaram por unanimidade uma conjunto de reivindicações que constarão do pré-aviso de greve a entregar à administração e ao Ministério do Trabalho.

A paralisação geral está marcada para a próxima terça-feira, dia 14, sendo que na refinaria do Porto terá início dia 13 às 22 horas. Entretanto, a partir de segunda-feira, 11, até domingo, 17, os trabalhadores fazem greve ao trabalho extraordinário.

Entre o vasto conjunto de questões que querem ver resolvidas, os Sindicatos colocam a tónica no fim da destruição dos postos de trabalho e recolocação e admissão de trabalhadores; fim às discriminações salariais e a aproximação aos valores médios da tabela salarial aprovada; aplicação do chamado bônus de um mês de vencimento a todos os trabalhadores; a redução e reorganização dos horários de trabalhos; negociação de carreiras profissionais e evolução salarial; atribuição do subsídio de perigosidade e penosidade; investimentos no âmbito da segurança no trabalho

ou alterar a contagem anual do tempo de trabalho em turnos, obter correcções e maior evolução nas carreiras profissionais, a redução dos tempos de trabalho suplementar e a reposição das dotações mínimas das equipas de turnos.

Facmil em Lisboa

Os trabalhadores da Facmil decidiram vir ontem a Lisboa reclamar a intervenção do Conselho de Gerência da empresa na resolução do conflito laboral na fábrica.

e reforço do quadro de manutenção própria da empresa; e retoma do relacionamento com a Comissão Central de Trabalhadores.

EDP

Por seu lado, os trabalhadores de turnos dos departamentos de condução de instalações das Centrais Termoeléctricas de Sines, Setúbal e Barreiro, desde o passado dia 28 de Abril que entraram em greve no turno das zero às oito horas. Esta luta que irá durar até ao próximo dia 28 de Junho, tem como objecti-

Denunciando falta de resposta às suas reivindicações, contestam ainda a brusca alteração do preço da refeição, aplicada na sequência da luta que desencadearam para exigir o aumento dos salários que não são actualizados desde 1992.

Os trabalhadores consideram esta medida ilegal, já que só se aplica aos grevistas, e recordam que «já no tempo da escravatura se utilizava a comida como forma de coacção para vergar os escravos e isso não os impediu de se libertarem das correntes e amarras».

Ruptura nas IPSS

A Fenprof denuncia a ruptura das negociações do contrato colectivo de trabalho para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e afirma que vai recorrer a conciliação ao Ministério do Trabalho. A Federação acusa a União das IPSS de não dar resposta às suas propostas de CTT, ou seja a introdução do subsídio de refeição e o reenquadramento dos educadores de infância na actual grelha salarial em vigor para os equipar a outros trabalhadores do sector com as mesmas exigências habilitacionais.

Por outro lado, a Fenprof recusa-se a apoiar as entidades patronais nas suas exigências de mais verbas do Orçamento do Estado e reafirma a sua posição de que a expansão da rede pré-escolar deve ser feita através da rede pública, como única forma de o Estado garantir o direito gratuito de todas as crianças à frequência da educação. O comunicado salienta ainda que as propostas sindicais não exigem mais verbas do Orçamento de Estado, que já consagrou um aumento das participações em seis por cento.

Julgamento

Vai hoje a julgamento o processo instaurado por instrumentistas e cantores do Teatro Nacional de S. Carlos, EP contra esta intuição, a Fundação do mesmo nome e o Estado Português. O caso que se arrasta desde 1992 denuncia o encerramento do Teatro, o fim da companhia residente e o despedimento colectivo de todos os trabalhadores. A Fundação D. Carlos, cujos fundos são do Estado e de empresas públicas, reintegrou o pessoal administrativo e os técnicos sem concurso e deixou sem trabalho os instrumentistas e cantores.

Hipers ao domingo

O Governo prepara-se para permitir que os hipermercados abram de novo ao domingo durante todo o dia, denuncia o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte, citando o Gabinete do Secretário de Estado. Segundo o CESNorte, a decisão tem como pretexto a realização da Expo'98, argumento que o sindicato considera falso, sublinhando que «ninguém acredita que as pessoas que vão à Exposição precisem que os hipermercados estejam abertos ao domingo». O sindicato vê esta medida como mais uma cedência do governo às pressões dos grandes grupos económicos, contra os interesses de quem trabalha e do comércio tradicional. Para além de solicitar uma reunião com o Governo e com os grupos parlamentares, o CES vai lançar um abaixo-assinado exigindo a manutenção do encerramento do comércio ao domingo à tarde.

Hoje em Espinho Cordoaria exige as 40 horas

Os trabalhadores da cordoaria e redes continuam a lutar pelas 40 horas semanais de trabalho, pelo fim do trabalho ao sábado e pelo direito aos intervalos de 30 minutos. Desprezando a lei vigente e o contrato negociado pela Federação e os sindicatos e a associação patronal, em 27 de Março deste ano, o sector continua a primar pela ilegalidade, mantendo o período de trabalho nas 42.30 horas.

A Federação dos Têxteis e Lanifícios considera que, face à indiferença do Governo, os trabalhadores têm de responder com a luta e recusar trabalhar ao sábado, à semelhança do que sucede na CORFI em greve há 16 meses.

A acção de hoje conta com a participação de Carvalho da Silva e é dirigida a todos os trabalhadores da cordoaria que terminam o turno até às 15.30 horas nas empresas mais próximas de Espinho, e outros que farão greve, nomeadamente os da CORFI e COTESI.

Os manifestantes concentram-se pelas 13.30 juntos das instalações da COTESI, pelas 14.30 na CORFI donde saem uma hora mais tarde em direcção à Câmara Municipal de Espinho.

Concentração no Ministério da Saúde

Também hoje, quinta-feira, os trabalhadores do Apoio Geral dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Saúde (hos-

pitais e centros de saúde) concentram-se pelas 14.30 horas, em frente da Secretaria de Estado da Administração Pública, para exigir o desbloqueamento do processo de aprovação do diploma legal que visa revalorizar as suas carreiras profissionais.

Desde Dezembro de 1996 que estes trabalhadores aguardam a concretização da reestruturação das carreiras prometida num documento assinado entre Sindicatos e Governo. Contudo, em Abril do ano passado, a ministra da Saúde remeteu-o para apreciação da Direcção Geral da Administração Pública que sete meses depois informou não poder dar parecer, alegando esta matéria estava a ser negociada na Mesa 3 do Acordo de médio e longo prazo celebrado com os Sindicatos da Função Pública.

No entender da Federação sindical este argumento para além de desprezar os trabalhadores não é válido uma vez que à data do início dos trabalhos da Mesa 3 já estava concluída a negociação no Ministério da Saúde. Ou seja, a Direcção Geral da Administração Pública tem em sua posse um documento já negociado sobre o qual deve dar parecer.

Deste modo, exige que o processo siga os trâmites normais para aprovação do diploma legal segundo os princípios acordados.

Lixeira nuclear ameaça Douro

As profundas interdependências, que ressaltam em todas as questões ambientais, afirmam-se agora, de forma bem palpável para todos nós, num momento em que a criação de um cemitério de resíduos nucleares em Espanha poderá pôr em causa a bacia do rio Douro ou o desastre de Doñana ameaçar as águas algarvias.

Num primeiro alerta, o Partido Ecologista "Os Verdes" apresentou um requerimento ao governo português, solicitando informação sobre as notícias vindas a público segundo as quais o Estado espanhol teria retomado o seu projecto de 1987 de construção de um cemitério nuclear em Aldeadavila, junto à fronteira portuguesa.

No requerimento, "Os Verdes" sublinham "as gravíssimas consequências no plano ambiental, social e económico deste projecto, já tão contestado no passado" e que "a sua concretização iria constituir uma permanente ameaça e risco para toda a Região, assim definitivamente condenada no futuro".

"Os Verdes" perguntam sobre a informação, na posse do governo português, relativa à "instalação junto à fronteira portuguesa de um cemitério para armazenamento de resíduos nucleares de alta densidade, pela empresa ENRESA" e sobre quais as medidas tomadas no plano diplomático.

O protesto contra este projecto tem vindo entretanto a afirmar-se na região ameaçada. A Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro promove a 17 de Maio, na margem portuguesa do Douro Internacional, uma marcha a pé contra a eventual instalação de uma lixeira nuclear em Aldeadavila.

A associação de municípios elaborou, numa reunião realizada em Moncorvo na véspera do 25 de Abril, um comunicado em que se repudia "qualquer hipótese de instalação de uma lixeira nuclear na zona de um parque natural internacional".

A posição assumida pelos autarcas surgiu na sequência de uma denúncia feita pelo Comité Antinuclear e Ambientalista de Salamanca, de que "a ameaça nuclear regressou a Aldeadavila", na zona fronteiriça.

As razões de uma suspeita

A suspeita do grupo ambientalista baseia-se num anteprojecto, em discussão no Senado espanhol, no

sentido de se propor ao governo a aprovação de uma lei que daria plenos poderes à ENRESA, empresa estatal responsável pelos resíduos nucleares, para impor a localização de um cemitério nuclear.

O documento provocou a reacção da Coordenadora Antinuclear do Baixo Douro, que convocou de im-

por, enquanto, por outro lado, se registam atrasos na criação de uma área protegida no Douro Internacional, do lado de Espanha.

Em Portugal aguarda-se apenas pela publicação em Diário da República do regulamento, enquanto em Espanha o projecto continua em fase de idealização.

A ameaça nuclear volta assim a ser denunciada, onze anos depois da primeira tentativa espanhola para a instalação da lixeira naquela zona, o que, na altura, gerou grande revolta e levou a manifestações das populações da zona.

vaco Prokes, "não se pode ter uma certeza absoluta num domínio onde as consequências das decisões tomadas se fazem sentir durante milhares de anos".

Alerta no Algarve

O grande desastre ecológico de Doñana, na Andaluzia, poderá vir a afectar a costa algarvia. Uma ameaça cuja eventual concretização está dependente das correntes marítimas e da orientação dos ventos.

A própria responsável regional do Ambiente, corroborando aliás a opinião dos pescadores da zona, admite que, se se levantarem ventos de levante durante um período de tempo prolongado, o Algarve poderá vir a ser afectado.

Uma possibilidade também dependente das correntes marítimas e do grau de diluição dos poluentes em Doñana, ou de uma possível contaminação por via da mobilidade das aves. Questões a que haverá que acrescentar o problema da pesca na foz do Guadalquivir, tomando possível a entrada de peixe contamina-

do na cadeia alimentar. Recorde-se que no passado dia 25 de Abril, cinco milhões de litros de águas altamente contaminadas por metais pesados avançaram pelo rio Guadiana em direcção a Doñana, a maior reserva natural e ecológica da Europa. Calcula-se que o parque demorará algumas décadas a recuperar, assim como os 5.000 hectares de terras de cultivo próximas invadidas pelos lodos contaminados.

O desastre de Doñana é considerado pelos especialistas como um dos maiores desastres ecológicos das últimas décadas em Espanha.



Região do Douro, que ficaria ameaçada pela instalação de um cemitério nuclear junto à fronteira

diato uma acção de protesto em Aldeadavila, temendo que aquela zona seja novamente considerada privilegiada para a instalação da lixeira nuclear.

De notar que os técnicos da empresa ENRESA não consideram a implantação de tal lixeira como incompatível com o facto de estar em causa um parque natu-

Em 1995, a ENRESA publicou um mapa das áreas geologicamente favoráveis para enterrar resíduos de alta radioactividade, onde constavam Aldeadavile, Hombralles e outras zonas fronteiriças.

Uma questão cuja importância se poderá sintetizar com a afirmação do autor do relatório da UE sobre gestão de resíduos nucleares, o eslo-

Emigrantes portugueses comemoram 25 de Abril

O 25 de Abril foi assinalado pelos emigrantes portugueses em várias partes do mundo, com encontros e iniciativas diversas.

Em São Paulo, Brasil, na Casa de Portugal, cerca de uma centena de pessoas assistiram a um acto comemorativo do aniversário da revolução e do Centro Cultural 25 de Abril, que nomeadamente contou com a presença do Cônsul Geral de Portugal nesta cidade.

A intervenção final coube a Miguel Urbano Rodrigues, que ressaltou a importância do 25 de Abril para o povo português, cujo espírito se mantém apontando para a criação de uma sociedade verdadeiramente democrática em Portugal.

O sociólogo brasileiro Sérgio Silveira apresentou o projecto "América unida por Timor", iniciativa com que se pretende que diversas viaturas automóveis atravessem as Américas do Sul, Centro e Norte até ao Canadá, numa acção de divulgação da luta do povo *maubere*.

Também no Rio de Janeiro o 25 de Abril foi lembrado num almoço comemorativo, realizado no Clube Português de Niteroi, em que estiveram presentes várias dezenas de pessoas, entre elas o Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro e o Cônsul Honorário de Portugal em Niteroi.

Juventude trabalhadora Debate na Póvoa do Varzim

"A Juventude Trabalhadora - perspectivas de futuro" foi tema de um debate promovido pelo JCP na Póvoa do Varzim, no passado dia 30 de Abril.

Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do CC do PCP, que interveio como convidado, destacou em particular a elevada taxa de desemprego, as profundas diferenças na distribuição da riqueza, a apologia das livres leis do mercado, o drama do trabalho infantil.

"Segundo um recente relatório da ONU, 52 donos das multinacionais possuem mais riqueza que 120 milhões de pessoas" referiu Jerónimo de Sousa, que sublinhou que a lei dos contratos a prazo, viabilizada pelo primeiro governo do PS, mais não veio que facilitar os despedimentos, coartando qualquer possibilidade de intervenção do Estado. Uma realidade de que, ao longo da própria sessão, foram surgindo vários exemplos de situações e pessoas concretas. "O governo fez uma opção política, sem dimensão humana", considerou o dirigente comunista.

O ponto de partida para inverter a situação actual, disse Jerónimo de Sousa, é a informação dos trabalhadores, pois se "as gerações mais jovens entrarem no mundo do trabalho sem conhecerem os seus direitos haverão, inevitavelmente, um corte geracional". E sublinhou: "Nós, comunistas, não temos apenas uma visão utópica, temos um projecto para alteração da realidade."

A sessão concluiu com a ideia dominante de que é preciso *Lutar contra a exploração quem se sente explorado*.

Mulheres deputadas são discriminadas

A representação feminina na Assembleia da República, não passa, na presente legislatura, dos 12 por cento. Um facto que se repete nos diferentes órgãos políticos, representativos dos cidadãos e que, como salientaram "Os Verdes" em conferência de imprensa realizada dia 30 de Abril, é "muito pouco significativo".

"Os Verdes", tal como a generalidade das ONG's, defendem que "é preciso criar todas as condições para fomentar a participação das mulheres, o que passa necessariamente pela implementação de medidas positivas favoráveis a essa participação, de modo a garantir que as mulheres não percam direitos pelo facto de participarem politicamente".

Não se trata, entretanto, de criar meios artificiais de representação feminina. Trata-se, sim, de garantir direitos.

"Os Verdes" referem, como exemplo, que "as mulheres deputadas à Assembleia da República não gozam do direito a licença por maternidade".

Mais ainda, quando a deputada, por motivo de maternidade, é substituída temporariamente, perde todos os direitos - quer a remuneração, quer a contagem de tempo de serviço, "o que é de todo inaceitável".

Neste quadro, o partido ecologista decidiu apresentar um projecto de lei que altera o Estatuto dos deputados, prevendo que se atribua todos os direitos inerentes à maternidade e à paternidade, nomeadamente em caso de suspensão de mandato.

"Os Verdes" sublinham que a atribuição destes direitos "é a garantia de um direito que favorece a participação das mulheres no Parlamento".

Greve contra Lei do Financiamento mobiliza a maioria dos estudantes

A greve dos estudantes do ensino superior público contra a Lei do Financiamento, dia 29 de Abril, registou níveis de adesão que oscilam entre os 80 e os 100 por cento. Um êxito incontornável que testemunha da frontal recusa desta lei pela maioria dos estudantes.

Os primeiros números divulgados relativamente à adesão à greve de dia 29 de Abril, são particularmente elucidativos. No Porto, as faculdades de Direito, Letras, Economia, Belas-Artes e Psicologia registaram uma adesão da ordem dos 100 por cento. Em Coimbra, a adesão andou à roda de 90 por cento dos estudantes e, em Lisboa, os valores são muito próximos dos registados no Porto e Coimbra.

De par das três grandes academias, os índices de adesão são particularmente elevados na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (99 por cento) e Évora (90 por cento). No Minho, cerca de metade dos 15 mil alunos da Universidade fez greve às aulas nos pólos de Braga e de Guimarães, enquanto o Instituto Politécnico de Barcelos paralisou a 100 por cento. Os estudantes da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima aderiram a 100 por cento. No Algarve, aderiram 80 por cento dos estudantes e a maioria das salas de aula encontravam-se vazias. Em Setúbal, três escolas superiores – de Educação, Tecnologia e Ciências Empresariais – aderi-

ram à greve, em solidariedade com a greve nacional.

Face à dimensão que as lutas estudantis têm vindo a assumir, os dirigentes académicos de Lisboa, Porto e Coimbra – em comentário ao apelo do ministro da Educação para as associações de estudantes se assumirem como “parceiros responsáveis” na abordagem e na procura de soluções para os problemas do ensino superior – sublinharam que o governo já os deveria encarar como parceiros efectivos.

O reitor da Universidade de Coimbra elogiou os estudantes pela forma como concretizaram uma greve que suscitou uma “larga adesão” e inviabilizou a quase totalidade das aulas.

Professores solidários

O êxito da greve do ensino superior público vem mostrar – afirma a Fenprof em saudação à luta estudantil – que “os estudantes no seu conjunto, através da acção determinada das suas organizações representativas – as Associações de Estudantes – compreenderam o objectivo

real da Lei do Financiamento: a prossecução da política de desresponsabilização do Estado pelo ensino superior, de que entre a introdução de propinas de valor significativo e a sua subtracção aos orçamentos das instituições não vai mais do que um passo”.

A Fenprof considera que a luta para travar e inverter esta política “deve ser o objectivo de todos os interessados no ensino superior”.

Luta vai continuar

Os estudantes do ensino superior mostraram no passado dia 29 de Abril, mais uma vez, o seu empenhamento na defesa do ensino superior público e na luta contra a Lei do Financiamento.

Num espaço de dois meses, os estudantes realizaram duas grandes acções de contestação que mostraram o enorme poder de mobilização do movimento estudantil na luta contra a Lei do Financiamento.

Se no dia 25 de Março foram mais de 10.000 os estudantes que estiveram em Lisboa, no passado dia 29 de Abril foram muitos mais os que aderiram à greve nacional decretada em uníssono pelas associações de estudantes do ensino superior público. À palavra de ordem nacional “greve geral” responderam estudantes de todo o país desde a Universidade do Algarve até à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro passando por Évora, Lisboa, Coimbra, Porto, Beira Interior... resposta esta que, na maioria das escolas, ultrapassou os 90% de adesão transformando-se assim esta greve numa das maiores (se não a maior) greves de estudantes do ensino superior desde o 25 de Abril. A mobilização é difícil de contabilizar mas certamente envolveu muito mais do que uma centena de milhar de estudantes.



Vamos ver se o ministro tem agora a coragem e o desprante de continuar a dizer que são uma minoria de estudantes que contestam a sua política e que não discute financiamento com os estudantes quando é a sua política e mais especialmente a política de financiamento do ensino superior que é a responsável pelo maior movimento social de contestação à política de direita do governo PS actualmente.

Mas não foi só a greve que marcou mais esta jornada de luta dos estudantes do ensino superior. Várias foram as acções promovidas por diversas associações em torno da greve nacional. Desde concertos pela educação, a inauguração de cantinas virtuais, a enormes “febradas” nas escolas, passando pela realização de RGA’s e Assembleias Gerais, tudo serviu para mais uma vez pôr a nu os problemas que os diferentes estabelecimentos têm e que resultam das políticas erradas deste e doutros ministérios da Educação.

A manifestação provou e a greve corroborou a verdade inegável: os estudantes estiveram, estão e vão continuar a estar em luta contra esta Lei de Financiamento, contra esta política do Ministério da Educação.

■ Ângelo Alves

Escolas isoladas e desertificação

Professores do 1º ciclo do Alentejo e do Algarve manifestaram, em encontro realizado em Serpa dia 29 de Abril, a sua preocupação com a desertificação em algumas zonas das duas regiões.

Mostrar a realidade das escolas isoladas do Alentejo e do Algarve e reflectir sobre a sua importância no seio das comunidades rurais foram os objectivos deste seminário de professores, organizado pelo Sindicato de Professores da Zona Sul.

Sob o tema “Escolas isoladas em comunidades rurais”, professores e sindicalistas partilharam experiências e preocupações em relação a escolas que, condenadas a ter poucos alunos, devido à crescente desertificação no interior do país, tendem a existir cada vez menos.

Paulo Sucena, secretário-geral da Federação Nacional de Professores (Fenprof), apontou a “falta de condições” que os professores das escolas isoladas sentem, destacando “não só os apoios monetários para alojamento, transporte e refeições, como ainda equipamento nos lugares em que trabalham”.

“Não podemos apenas pensar nos incentivos monetários, pois não é de esquecer que o maior incentivo que o professor tem é ver a escola onde trabalha bem apetrechada do ponto de vista pedagógico-didáctico”, realçou.

Paulo Sucena sublinhou as responsabilidades do Ministério da Educação nesta situação de isolamento das escolas rurais, pois que “promete há dois anos regulamentação para o sector e não passa das palavras aos actos”.

“É impossível fixar um professor de qualidade nas escolas isoladas e levar a cabo um projecto educativo a médio prazo, porque, sem incentivos, os professores não leccionam nessas escolas mais do que um ano”, concluiu o sindicalista.

Encontro em Lisboa sobre autarquias e a educação

“As autarquias e a educação: competências e práticas”, foi tema de um encontro que decorreu no Centro de Congressos da FIL, nos dois últimos dias de Abril. Uma iniciativa que se insere no Fórum das Experiências Educativas da Cidade de Lisboa, que a Câmara de Lisboa tem vindo a promover nos últimos anos, e que desta vez se desdobra entre este encontro e as “Histórias a Descobrir”, no final de Maio.

Nestes Fóruns têm vindo a ser apresentadas as experiências pedagógicas e o trabalho das escolas, da Câmara, das Juntas de Freguesia, das Associações de Pais, numa perspectiva – como sublinhou o vereador António Abreu na sessão de abertura – de “estreitar os laços de cooperação entre os diferentes parceiros do processo educativo e de aumentar a visibilidade social do que as nossas escolas fazem – e que frequentemente é esquecido face ao peso que têm na opinião pública as imagens de actos de vandalismo e outras situações de sinal negativo”.

Os trabalhos desenvolveram-se em três painéis: *O lugar da educação nas políticas locais; Autonomia e gestão escolar; O desenvolvimento local – que desafios?*

No primeiro painel pretendeu-se fazer um breve levantamento de como tem evoluído o **envolvimento das autarquias na educação** e a necessidade de aprofundar este processo, num verdadeiro quadro de descentralização.

Valorizando o papel das autarquias, num quadro em que entretanto se impôs a necessidade de acautelar as condições para o exercício de novas competências, António Abreu sublinhou: “nós queremos elevar a nossa resposta. Foi com esse ânimo que no ano passado elevámos em 47% o número de salas da rede pública do pré-escolar. É com esse ânimo que estamos com investimentos em mais de um milhão de contos em obras. Que realizamos em vasto conjunto de programas e as marchas infantis. Que vamos começar no início do próximo ano lectivo um programa de colocação nas escolas do 1º ciclo e jardins de infância de computadores com ligação à Internet, de instalação de alarmes, de reequipamento do material didáctico, de instalação de parques infantis e de um maior tratamento dos espaços exteriores das escolas”.

Uma experiência de trabalho que terá contribuído para a decisão da Associação

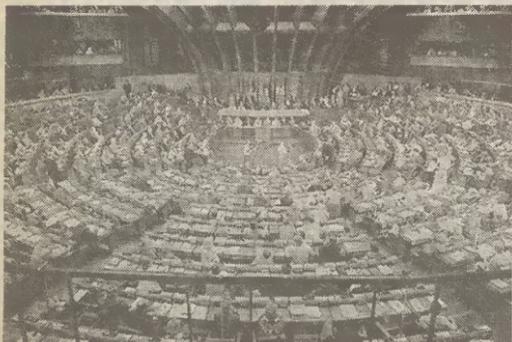
Internacional das Cidades Educadoras de encarregar Lisboa da organização do seu Congresso do ano 2000.

No segundo painel, **Autonomia e gestão escolar**, foram apresentadas experiências e práticas de gestão a partir de escolas de três concelhos integrados em TEIP’s, generalizando o debate sobre um tema particularmente actual em que se avolumam receios de que se esteja a caminhar para um modelo empresarial de escola.

O painel **O desenvolvimento local – que desafios?** permitiu a análise de experiências de trabalho partilhadas com a comunidade. Uma abordagem – como considerou António Abreu – “que valorize as experiências de desenvolvimento local, de solidariedade e interdependência, a diversidade como recurso da Cidade e da escola, de novos modelos de participação e cidadania, de relações com o lazer e o emprego, da apropriação do espaço urbano pelas pessoas, da memória e identidade da Cidade – todos os elementos integrantes do conceito de cidade educadora”.

As conclusões dos painéis foram apresentadas na sessão de encerramento.

COMUNIDADE EUROPEIA



Votação do euro no PE Descobrir novos factos no seio da euforia

Perante a aprovação pelo Parlamento Europeu da recomendação sobre a adopção a moeda única - com 467 votos a favor, 65 contra e 24 abstenções -, conclusões apressadas foram divulgadas pelos jornalistas, unidos na «euforia do euro».

O Parlamento Europeu aprovou, no passado sábado, a recomendação do Conselho da Europa que propunha a adopção da moeda única por 11 países da União Europeia. A decisão parlamentar foi tomada no meio da maior euforia e solenidade, concretizando festejos que vinham sendo preparados desde há meses.

A importância do dia e do seu «carácter histórico» foi devidamente entronizada e ampliada pela presença em Bruxelas de cerca de quatro milhares de jornalistas, cem dos quais provenientes de Portugal. Assim, tudo foi devidamente contado e transmitido. Afinal, como um jornalista radiofónico não se coibiu de afirmar, esta foi, «trinta anos depois da revolução de Maio de 68, a revolução de Maio de 98, a revolução do euro».

Com a afirmações destas, não será de estranhar que, entre tanto entusiasmo, alguma objectividade se tenha perdido e alguns aspectos tenham passado um pouco despercebidos. Nomeadamente aspectos relacionados com o processo de emissão de parecer pelo parlamento e respectiva votação.

Parecer não vinculativo

O parecer emitido pelo PE não é vinculativo. Quer isto dizer que, mesmo que o parlamento se pronunciasse contra o desenrolar do processo da União Económica e Monetária, tal não seria suficiente para o parar.

Mais importante do que isso, ao entregar-se «de corpo e alma» à «consagração do euro» - nomeadamente ao alterar a sua agenda e ao realizar uma sessão extraordinária no dia da decisão do conselho, certamente com o objectivo de não ficar para trás -, o PE perdeu uma excelente oportunidade de realizar um debate sério e responsável, e ganhar desta forma uma maior credibilidade aos olhos da opinião pública.

Refira-se que o PE se pronunciou no sábado de manhã sobre um documento de cerca de 30 páginas aprovado pelos ministros das Finanças na sexta-feira à tarde. Esta ginástica foi motivada pelo desejo de encaixar o seu parecer antes da decisão do conselho na tarde do mesmo dia.

Alguns esclarecimentos

Tal como foi sobejamente dito e comentado, a recomendação do conselho foi aprovada com 467 votos a favor, 65 contra e 24 abstenções. Perante tão esclarecedores números, muitos não se deram ao trabalho de aprofundar um pouco o seu significado, ficando-se por conclusões tão óbvias quanto especulativas a até mesmo abusadoras e incorrectas. Entre outras, as ideias mais repetidas foram as que realçaram «a quebra da sintonia nacional» pelo PCP e o seu isolamento, «apenas acompanhado pela extrema-direita de Le Pen».

Por isso há alguns dados que interessam sublinhar. Em primeiro lugar, o facto de, contra algumas expectativas, o número de deputados que votaram contra ou se abstiveram ascender a 89. Ou seja, quase uma centena de eurodeputados não aderiu à «consagração do euro», o que no meio da «alegria contentinha» e das trombetas triunfais não deixa de ser significativo.

Outro aspecto prende-se com o facto de, entre os 65 votos contra, se encontrarem deputados de oito dos nove grupos políticos existentes no Parlamento Europeu, entre os quais comunistas, socialistas, liberais, verdes, populares e não-inscritos, o que põe seriamente em causa a tentativa de diminuir o significado e a amplitude do voto contra, reduzindo-o à «extrema-esquerda e extrema-direita» parlamentares.

Entre esquecimento, distração, falta de vontade ou até mesmo má-vontade, as causas deste facilitismo podem ser muitas. Para mais quando quem tenta a coragem de dizer não o faz no meio de um unanimismo um tanto ou quanto forçado, a que se quer dar contornos de desígnio nacional.

PCP no Congresso do PS Búlgaro

O 43.º Congresso do Partido Socialista Búlgaro teve lugar nos dias 1, 2 e 3 de Maio, em Sófia. O PCP foi representado por Aurélio Santos, membro do Comité Central e da Comissão Central de Controlo.

Como é sublinhado no texto da saudação aos congressistas, os laços de solidariedade entre os dois partidos «têm raízes profundas no passado, fortalecidas na luta contra o fascismo e reforçadas pelo empenho comum na causa do povo trabalhador, da democracia, da paz e do socialismo».

Novo massacre na Argélia

Mais de 40 civis argelinos foram degolados por um grupo de fundamentalistas islâmicos, durante a noite do passado dia 28, naquele que foi considerado o massacre mais sangrento do último mês. A União Europeia condenou este acto e afirmou que continuará «a apoiar os esforços do governo argelino para proteger os cidadãos contra o terrorismo, na medida em que eles coincidem com as leis vigentes e o respeito pelos direitos humanos».

Japão assina acordo de Quioto

As autoridades japonesas assinaram, na semana passada, o protocolo saído da Conferência Ambiental de Quioto, que prevê uma redução média de 5,2 por cento das emissões de gás que provocam o sobreaquecimento do planeta para os principais países industrializados em relação aos níveis de 1990. O tratado foi adoptado por 160 países durante a iniciativa, realizada no fim de 1997, e 14 países já o ratificaram. O Japão é a primeira nação mais industrializada a assinar o documento.

Acordo no Afeganistão

As forças em conflito no Afeganistão deram o primeiro passo para a resolução da situação no país, durante a cimeira que decorreu na semana passada em Islamabad. Os talibans - no poder - e as facções da oposição armada chegaram a acordo sobre a formação de uma comissão encarregada de encontrar uma solução política, composta unicamente por religiosos. Segundo a agência Lusa, os trabalhos e as decisões da comissão serão

INTERNACIONAL

Conflitos em África não são inevitáveis

«Como em todo o mundo (os conflitos em África) são obra de acções humanas e pode-se pôr-lhes fim com acções humanas», defende o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, numa carta publicada no jornal norte-americano «Washington Post» em que refuta a ideia de que os conflitos são inevitáveis em África. A carta surge na sequência de um relatório ao Conselho de Segurança da ONU, particularmente crítico, onde Annan afirma que depois de 40 anos de programas de assistência técnica e uma média anual de 12.000 milhões de dólares gastos, 90 por cento dessa ajuda ainda é consumida no pagamento a técnicos estrangeiros.

Na sua missiva, publicada no final da semana passada, Kofi Annan apela à comunidade internacional para que contribua para o desenvolvimento do continente africano.

«O tempo em que se podia alegar ignorância sobre o que se passava em África ou sobre o que era necessário para fazer progressos acabou há muito», afirma Annan, sublinhando que a realidade sobre o passado violento deste continente demonstra que «não foi feito o suficiente» para atacar as causas dos conflitos, para assegurar uma paz duradoura ou para

apresentado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas um relatório sobre «As Causas de Conflito e a Promoção da Paz Duradoura e Desenvolvimento Sustentado em África».

O grande problema é a dívida externa

O relatório, apresentado no passado dia 16, sublinha que «desde 1970, houve no continente africano mais de 30 guerras, na sua maioria provocadas por conflitos internos».

de programas de assistência técnica e uma média anual de 12.000 milhões de dólares gastos, 90 por cento dessa ajuda ainda é consumida no pagamento a técnicos estrangeiros, «a despeito de haver já especialistas nacionais em muitas áreas».

O grande problema, sublinha Annan, é que África vive actualmente afundada em dívidas e sem meios para enfrentar necessidades básicas. Em 1995, a dívida externa global era de 328.900 milhões de dólares, 45 por cento de créditos bilaterais de outros países, 30 por cento a fontes multilaterais e 25 por cento a credores comerciais.

Só o serviço da dívida externa africana (86.300 milhões de dólares) equivale a mais de 60 por cento dos 142.300 milhões de dólares que os países do continente exportam. Na realidade, só pagou 17 por cento do serviço da dívida, ficando com atrasados acumulados de 60.900 milhões de dólares.

O périplo africano de Annan teve início na Etiópia, onde visitou a sede da Organização da Unidade Africana (OUA) em



A África vive afundada em dívidas e sem meios para enfrentar necessidades básicas

criar as condições de um desenvolvimento viável.

Pela primeira vez, «há entre os africanos um crescente reconhecimento do facto de que o continente deve olhar para além do seu passado colonial para (encontrar) as causas e as soluções para os seus conflitos actuais», afirma o secretário-geral da ONU.

Da reflexão de Annan sobre África resultam várias recomendações concretas sobre o caminho a seguir, que vão desde a redução da despesa total com a compra de armamento a 1,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), à criação de um mecanismo internacional para «garantir a neutralidade e o desarmamento dos campos de refugiados», passando por sessões bi-anuais do Conselho de Segurança da ONU consagradas a África.

A publicação da carta do secretário-geral da ONU coincidiu com o início de uma visita de Kofi Annan a oito países da África central e oriental, e surge pouco depois de Kofi Annan ter

Segundo o documento, só em 1996 registaram-se conflitos armados em 14 dos 53 países de África, que fizeram mais de metade dos mortos em guerras a nível mundial e oito milhões de refugiados, repatriados e deslocados.

No seu balanço, Annan destaca que África foi o fulcro das operações de paz da ONU, com 13 das 32 organizadas desde 1989. O ponto de partida foi Angola e Namíbia, na situação de desequilíbrio pós-guerra fria, passando pelo fracasso da Somália e a «dura experiência» da Jugoslávia.

Na opinião do secretário-geral da ONU, a subsequente relutância internacional em suportar operações de paz tem efeito particularmente negativo em África, com «o preço» pago pelo Ruanda e a marginalização que os próprios africanos tentam fazer das intervenções multinacionais, como nos Grandes Lagos.

No seu relatório particularmente crítico da situação, Annan denuncia que, depois de 40 anos

Addis Abeba, partindo depois para o Djibuti, Quênia, Tanzânia, Burundi, Ruanda, Uganda e Eritreia. De fora ficou a República Democrática do Congo (RDC, ex-Zaire), devido à disputa entre a ONU e as autoridades de Kinshasa sobre a missão de inquérito aos alegados massacres de refugiados hutus pelas forças de Laurent Désiré Kabila, quando tomaram o poder em Maio de 1997.

Segundo uma fonte das Nações Unidas citada pela Lusa, «de momento, Annan decidiu adiar a visita à RDCongo, mas isso não quer dizer que se recuse a ir a Kinshasa, ou não queira falar com Kabila», tanto mais que é ponto assente que a resolução da crise dos Grandes Lagos passa por Kinshasa.

Segundo a mesma fonte, a visita ao Ruanda visa «dissipar» os malentendidos que estiveram na origem da retirada dos capacetes azuis daquele país, quando os dirigentes tutsis acusaram as Nações Unidas de terem permitido um verdadeiro genocídio entre Abril e Julho de 1994.

Palestinianos e israelitas em Londres

A conferência do pessimismo

Segunda e terça-feira, Yasser Arafat e Benjamin Netanyahu estiveram em Londres para participar em reuniões bilaterais com o primeiro-ministro britânico e a secretária de Estado norte-americana. À hora do fecho da nossa edição, o desânimo reinava entre todas as partes envolvidas. A intransigência israelita ficou patente em mais uma tentativa de relançamento do processo de paz.

«O processo está a passar por grandes dificuldades como resultado das acções de Netanyahu contra a paz», acusou o presidente da Autoridade Palestiniana, no fim-de-semana. Por seu lado, o primeiro-ministro israelita afirmou que «haverá acordo», sublinhando que «o realismo me leva a dizer que para tal é preciso que haja flexibilidade».

As palavras de Benjamin Netanyahu parecem estar em contradição com as suas decisões

políticas. Enquanto os palestinianos se mostraram dispostos a pôr temporariamente de lado os acordos de Oslo e a aceitar uma proposta dos EUA que previa uma retirada militar judaica de 13 por cento, o governo israelita mantém a sua posição de se retirar apenas 9 por cento do território ocupado da Cisjordânia. Recorde-se que as autoridades de ambos os países assinaram um acordo sobre uma retirada de 30 por cento.

«Não temos provas definitivas

de que possamos resolver estas diferenças», admitiu o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, James Rubin. De facto, assim parece.

Arafat responsabiliza Netanyahu das «consequências e do caos» de um possível colapso do processo de paz. «Temos de pagar a intransigência das posições do governo israelita, que se nega a implementar os acordos assinados», acrescentou o líder palestiniano depois de se encontrar com o primeiro-ministro britânico, Tony Blair.

Afif Safeyeh, representante palestiniano em Londres, considerou que o primeiro-ministro hebraico é «um pirómano num paiol». «A opinião pública internacional, os líderes políticos e os interlocutores americanos vêm cada vez mais o senhor Netanyahu como uma doença, um proble-

ma para os seus amigos», afirmou numa entrevista televisiva.

Netanyahu não deixa de exigir novas medidas de segurança por parte das autoridades palestinianas: «Não se trata apenas de retiradas, mas também de segurança. Precisamos de um esforço por parte de Arafat.»

O líder israelita insiste na sua posição, pressionado pelos ultra-ortodoxos. Os colonos judeus e os partidos religiosos, reunidos em Jerusalém no início da semana, ameaçaram fazer cair o primeiro-ministro se as tropas forem retiradas da Cisjordânia.

«Não ameaçamos gratuitamente. Logo que Netanyahu modifique as fronteiras deixará de ser primeiro-ministro. Encontraremos ocasião de o derrubar», anunciaram os dirigentes do Conselho de Assentamentos Judeus e os líderes dos partidos extremis-

tas religiosos, após adoptarem uma estratégia política a aplicar no caso de as autoridades judeus fazerem concessões.

Por outro lado, vários elementos do Likud - o partido de Netanyahu - mostram-se cada vez mais descontentes com o impasse em que caiu o processo de paz. De tal forma que o presidente da Câmara de Tel Aviv, Roni Milo, anunciou, na segunda-feira, que iria fundar um novo partido.

Apesar das divisões internas, Benjamin Netanyahu insiste em não respeitar os acordos assinados, nem tão-pouco a fazer algumas concessões às suas propostas iniciais. A incógnita sobre o futuro do processo paira sobre as partes envolvidas - israelitas, palestinianos e americanos. O pessimismo é o sentimento que prevalece. A esperança foi quase totalmente posta de lado.

«conduzidos e aplicados de acordo com a lei islâmica». Ainda à espera de uma resolução estão assuntos como o estabelecimento do cessar-fogo, a libertação dos prisioneiros e o levantamento do bloqueio à ajuda humanitária.

EUA sanciona países que colaborem com Cuba

O Senado dos EUA aprovou, no início da semana passada, uma lei que proíbe ajudas aos países que concedam petróleo a Cuba ou colaborem na construção da central nuclear de Jurugua. O texto foi aprovado por uma margem mínima (com 51 senadores a votarem a favor e 49 contra) e prevê a informação anual sobre essas nações, bem como investigações regulares sobre a eventualidade de empresas que operem nos Estados Unidos negociarem com Cuba propriedades de actuais cidadãos dos EUA. Os analistas consideram que a lei será vetada pela Casa Branca.

Manifestação no Zimbabwe contesta presidente

No passado dia 29, teve lugar uma nova manifestação no Zimbabwe contra o presidente Robert Mugabe, no poder há 18 anos. Cinco mil estudantes percorreram as ruas da capital, recebendo o apoio espontâneo da população. «Mugabe, debes ir», lia-se num cartaz. Esta manifestação foi a última de uma série de acções de protesto contra o governo, que se iniciou há um ano com a publicação de uma lista de responsáveis do governo e do partido presidencial que teriam desviado milhões de dólares de fundos de apoio às vítimas da guerra de libertação.

Sem-terra assassinado no Brasil

António Vicente da Silva, membro do Movimento dos Sem-Terra, foi morto pelas costas com um tiro de caçadeira, na presença dos seus dois filhos. O assassinato teve lugar na quinta-feira passada, no Estado do Pará, e o MST relaciona-o com o facto de António Silva ser uma das testemunhas do homicídio de dois líderes da organização ocorrido no passado dia 26 de Março. Os Sem-Terra requereram já a protecção especial para as outras testemunhas do caso.

Alemanha

Extrema-direita domina atenções políticas

Após as eleições da Saxónia, isolar a extrema-direita tornou-se na preocupação central da generalidade dos políticos alemães, apostados em impedir que o fenómeno chegue até às eleições gerais de Setembro. Uma iniciativa que corre o risco de ser mal sucedida, tendo em conta a gravidade dos confrontos registados no 1º de Maio em Leipzig e Berlim, e o facto de as principais forças políticas não apresentarem medidas concretas para responder à dramática situação provocada pelo crescente desemprego no país.

Para Wolfgang Schäuble, líder parlamentar da CDU/CSU no Bundestag, «o pior que a Alemanha poderia fazer seria deixar crescer a xenofobia», como afirmou à cadeia de televisão N-TV. Já o vice-presidente do SPD, Wolfgang Thierse, em declarações ao diário Die Welt, desaconselhou tanto a utilização da cartada nacionalista como uma maior dureza nas questões relacionadas com os estrangeiros. Por seu turno, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, alertou para a necessidade de impedir que os argumentos da extrema-direita invadam a campanha eleitoral.

Posições que se coadunam com a manifesta permissividade das autoridades face às organizações neonazis e suas manifestações, como mais uma vez ficou demonstrado nos graves incidentes do 1º de Maio. Em Leipzig, cerca de seis mil polícias foram destacados para «proteger» a concentração promovida pelo Partido Nacional Alemão (PND), acabando por se envolver em violentos con-

frontos com contramanifestantes de esquerda.

Os distúrbios de Leipzig deram origem, durante a noite, a novos confrontos em Berlim, que terminaram com o assalto a estabelecimentos comerciais. Os incidentes saldaram-se por dezenas de feridos e inúmeras detenções.

De acordo com um relatório do Departamento de Defesa da Constituição, datado de Setembro de 1997, o extremismo de direita na Alemanha caracteriza-se pela sua heterogeneidade, já que agrupa neonazis, nacionalistas e grupos religiosos de diversa índole. Segundo o documento, em 1996 existiam na Alemanha 45.300 pessoas filiadas em 106 organizações de extrema-direita.

Um outro estudo sobre a extrema-direita na ex-RDA revela que o fenómeno é ali mais acentuado do que na parte Ocidental, o que para muitos observadores não pode ser dissociado do abismo crescente que se verifica entre os níveis de vida e condições de trabalho

e/ou falta dele entre as duas partes do país. No Leste, de acordo com o estudo levado a cabo pelo Centro Berlinense de Cultura Democrática, a extrema-direita criou uma cultura que passa pela perseguição das forças de esquerda, o ódio aos estrangeiros em geral e aos turcos em particular, e a crítica permanente à política de Bona.

Aparentemente mais preocupado com a construção europeia à medida dos desejos do capital e com a implementação do euro, o governo do chanceler Helmut Kohl não encontra resposta para os problemas internos, em particular no respeitante ao desemprego que não pára de crescer, e procura desvalorizar as manifestações neonazis que se registam na Alemanha. Também o PSD não parece ter ideias nesta matéria, advogando uma política económica em que em nada se distingue da prosseguida pela CDU de Kohl. A manter-se esta situação, tudo leva a crer que a tensão vai continuar a crescer até Setembro.



Em Leipzig, cerca de seis mil polícias foram destacados para «proteger» a concentração promovida pelo Partido Nacional Alemão, acabando por se envolver em violentos confrontos com contramanifestantes de esquerda

França

Esquerda vence Frente Nacional em Toulon

De punho levantado e ao som da «Marselhesa», militantes e simpatizantes de esquerda comemoraram no domingo a vitória da candidata da esquerda pluralista, Odette Casanova, sobre Cendrine Le Chevallier, da Frente Nacional, nas eleições legislativas parciais realizadas em Toulon.

De acordo com os resultados disponíveis, Odette Casanova recolheu 51 por cento dos votos, conseguindo assim, nas suas próprias palavras, «devolver a Toulon a confiança, dignidade e ambição». Para a candidata da esquerda, os resultados têm um forte simbolismo, pois demonstram a vontade de Toulon de «se juntar à força nacional impulsionada por Lionel Jospin e o seu governo».

As eleições registaram uma maior afluência em relação à primeira volta - mais quatro por cento -, e segundo os analistas verificou-se

uma deslocação de cerca de 20 por cento dos votos, o que significa que «funcionou o apelo à mobilização da esquerda e que uma parte não negligenciável da direita republicana cerrou fileiras contra a Frente Nacional».

Recorda-se que Cendrine Le Chevallier está a contas com a Justiça, acusada de «discriminação baseada em opiniões políticas». A 6 de Abril, o Procurador da República pediu para Chevallier uma pena de três meses de prisão e multa de 50.000 francos, sem no entanto reclamar a sua inelegibilidade. Na origem da acusação está uma carta enviada em Dezembro de 1997 por Cendrine Le Chevallier ao responsável da Associação Juventude de Toulon, a propósito da ocupação de um lugar, «recheada de convicções racistas, xenófobas e legitimistas orientadas para uma verdadeira hegemonia política».

CGTP parte para «nova etapa de uma luta secular»

Do 1.º de Maio para as 35 horas

Em mais de 60 localidades, incluindo as ilhas das regiões autónomas, muitos milhares de pessoas festejaram o Dia Mundial do Trabalhador e saudaram a exigência de nova redução progressiva do horário máximo semanal, sem perda de salários nem de direitos. Foi também lançado um forte alerta contra a ofensiva legislativa que o Governo está a preparar.

A exigência das 35 horas semanais foi vigorosamente aplaudida na Alameda da Cidade Universitária, em Lisboa, onde terminou a manifestação do distrito de Lisboa e dos concelhos do Norte do distrito de Setúbal, que desfilaram desde o Campo Pequeno. Ao iniciar a sua intervenção, Carvalho da Silva sublinhou que os trabalhadores e o movimento sindical unitário festejam o Dia do Trabalhador deste ano com a consciência do trabalho feito e dos resultados alcançados, mas também com a confiança em que outros objectivos serão atingidos com a unidade e a luta firme.

Voltados para o futuro

O coordenador da CGTP - num discurso cujas principais linhas foram retomadas nas intervenções de outros dirigentes da central e nas resoluções aprovadas nas iniciativas levadas a cabo pela *Inter* neste 1º de Maio - defendeu que «o País precisa de um rumo voltado para o futuro, que ponha de lado o velho proteccionismo do Estado aos capitalistas, aos ricos e poderosos e aposte no desenvolvimento qualitativo da

política que assente no crescimento do investimento e da produtividade, uma política que garanta o aumento do poder de compra, do consumo interno». «É assim que se pode criar emprego e uma das formas de o conseguir é reduzir os horários de trabalho», sublinhou.

Carvalho da Silva salientou que, além de justa, a redução do horário de trabalho é possível e necessária. «É possível, sem redução de salários; é necessária, para assegurar uma melhor distribuição dos ganhos de produtividade, para incentivar a introdução negociada das novas tecnologias e para permitir uma organização do trabalho mais moderna e eficaz, sustentando o aumento da produtividade e da competitividade das empresas.»

Depois de lembrar que a reivindicação das 40 horas semanais foi lançada no 1º de Maio de 1989 e que, «com muita luta e determinação fomos conseguindo impor esse nosso objectivo», o dirigente da CGTP reafirmou que «temos de continuar a lutar pelo cumprimento efectivo da redução para as 40 horas e temos de travar uma luta sem tréguas para que os horários contratuais sejam efectivamente praticados».

Reivindicação justa e realista

Face a tal quadro, a CGTP afirma ser necessária «uma

política que assente no crescimento do investimento e da produtividade, uma política que garanta o aumento do poder de compra, do consumo interno». «É assim que se pode criar emprego e uma das formas de o conseguir é reduzir os horários de trabalho», sublinhou.

Carvalho da Silva salientou que, além de justa, a redução do horário de trabalho é possível e necessária. «É possível, sem redução de salários; é necessária, para assegurar uma melhor distribuição dos ganhos de produtividade, para incentivar a introdução negociada das novas tecnologias e para permitir uma organização do trabalho mais moderna e eficaz, sustentando o aumento da produtividade e da competitividade das empresas.»

Depois de lembrar que a reivindicação das 40 horas semanais foi lançada no 1º de Maio de 1989 e que, «com muita luta e determinação fomos conseguindo impor esse nosso objectivo», o dirigente da CGTP reafirmou que «temos de continuar a lutar pelo cumprimento efectivo da redução para as 40 horas e temos de travar uma luta sem tréguas para que os horários contratuais sejam efectivamente praticados».

Neste 1º de Maio de 1998, «partimos para uma nova etapa desta luta secular, que nos une aos restantes trabalhadores europeus, propondo em Portugal a redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais, em cinco dias, sem redução de salário nem de direitos dos trabalhadores», declarou, explicando após a vibrante reacção dos milhares de pessoas presentes na Cidade Universitária, que a CGTP defende «a redução da duração do trabalho através da negociação colectiva nos sectores e nas empresas, tendo em conta os horários praticados a nível de produtividade e outras condições para a sua efectivação».

Dos partidos políticos, da AR e do Governo, a central espera «iniciativas legislativas com vista a generalizar os progressos alcançados, por forma a que todos os trabalhadores venham a ter, a prazo e sem deixar de ter em conta a produtividade, uma semana máxima de 35 horas».



Já basta de sacrifícios!

«Vivemos, hoje, no nosso país, duas realidades de sinal contrário. Uma delas, marcada positivamente pelo crescimento económico e aumentos da produtividade e dos lucros, pela baixa das taxas de juro e da inflação e, também, por um conjunto de acontecimentos e realizações de grande relevo e impacto mediático, com projecção dentro e fora do País, como é o caso da Expo e outros acontecimentos políticos.

«Olhando apenas esta realidade, devíamos concluir que estamos no bom caminho, que todos devíamos estar felizes e contentes.

«Há, porém, uma outra realidade que infelizmente não acompanha esta euforia. É aquela que atinge a grande maioria dos trabalhadores. Continuamos a ter um elevado número de desempregados, à volta do meio milhão. O trabalho precário é muito e continua a crescer. Não melhora significativamente a qualidade do emprego. Mantêm-se os baixos salários e temos os mais elevados horários de trabalho da UE. Muitas reestruturações de empresas estão por fazer, ameaçando o emprego. As reformas estruturais anunciadas e prometidas estão por fazer ou estão mal iniciadas, como a da Segurança Social. Aumentam os desequilíbrios da repartição do rendimento e as desigualdades sociais.

«A CGTP-IN tem denunciado a dualidade destas realidades e afirmado que os trabalhadores têm direito a usufruir da melhoria da situação económica.

«Os trabalhadores têm interiorizado este apelo da CGTP com coragem, confiança e muita determinação, conseguindo resultados pontuais significativos, e comprovando, assim, o sempre renovado ensinamento da acção sindical de que vale a pena lutar!»

(...)

«Em nome do Tratado de Maastricht e fruto por via do excesso de zelo dos governos (do PSD primeiro e do PS agora), na aplicação dos critérios de convergência nominal, a agricultura, as pescas e os sectores tradicionais da indústria estão em crise, um valiosíssimo património do Estado foi vendido ao desbarato, muitos empregos ficaram por criar e são defraudadas muitas expectativas, quando tínhamos direito a melhor protecção social, melhor ensino e melhor saúde.

«Não nos venham agora exigir ainda mais sacrifícios, em nome de "pactos de estabilidade", do abaixamento da dívida pública ou de incógnitos futuros longínquos nunca confirmados.

«É tempo de convergência real. É tempo dos sacrifícios feitos serem recompensados. A riqueza tem de ser melhor distribuída.

«Precisamos de colocar a riqueza do País ao serviço das necessidades do povo, ao serviço da saúde, da segurança social, do ensino, da criação de emprego e da melhor retribuição do trabalho.»

(Da intervenção de Carvalho da Silva em Lisboa)



Interjovem exige legalidade e salários justos

A organização de juventude da CGTP exige a melhoria dos salários reais, de acordo com as qualificações profissionais e as habilitações escolares. Na intervenção feita no 1º de Maio em Lisboa, Rui Silva reclamou ainda a inscrição na Segurança Social de todos os jovens que ingressam no mercado de trabalho e a intervenção eficaz da Inspeção do Trabalho na reposição da legalidade laboral nas empresas.

O dirigente da Interjovem - que falou antes de Adéora Silva, participante brasileira da Marcha Global contra o trabalho infantil (ver págs. 20 e 21), e do coordenador da CGTP - começou por saudar os estudantes e a sua luta

pela acção social escolar, contra as propinas, pela dignificação do ensino e por medidas que permitam a inserção no mercado de trabalho. Afirmando que «não é rasca uma geração que luta assim», Rui Silva dirigiu também uma saudação aos jovens trabalhadores e ao seu importante contributo para as lutas em várias empresas e sectores.

A Interjovem declarou-se disponível para continuar a intervir nas movimentações laborais, designadamente contra a precariedade, os baixos salários e os horários excessivos, e contra a anunciada ofensiva do Governo tendente a alterar a legislação do trabalho.



Manifestação no Porto

Uma grande manifestação, com participação combativa de trabalhadores de muitas empresas, designadamente dos sectores de serviços, comércio, Administração Pública, ensino e banca, bem como dos jovens da Interjovem, assinalou o 1º de Maio no Porto.

Foi recebida com especial calor a mensagem de uma criança brasileira, participante na Marcha Global contra o trabalho infantil.

Na intervenção de fundo do coordenador da União dos Sindicatos do Porto foram particularmente criticadas as medidas políticas que o Governo inclui nas grandes reformas e que consubstanciam os compromissos com o patronato (como a entrega, ao capital privado, de empresas e da gestão de património e serviços públicos rentáveis; a redução de impostos e a concessão de outros benefícios às empresas, sem contrapartida de real criação de emprego; a revogação ou enfraquecimento de direitos

dos trabalhadores consagrados nos contratos colectivos de trabalho).

João Torres repudiou as propostas legislativas que o Governo se propõe aprovar até Junho, acusando o executivo de António Guterres de ceder às pretensões da CIP. Contra tais objectivos, «uma resposta combativa e crescente dos trabalhadores tem inevitavelmente que ser ouvida e tida em conta pelo patronato e pelo Governo», exigiu, e «o Governo PS terá de abandonar os compromissos de retrocesso que estabeleceu com o patronato e procurar compromissos de progresso com os trabalhadores».

Na resolução aprovada refere-se a realização de uma sessão pública, no dia 28 de Maio, e uma concentração, no dia 20 de Junho, como medidas de esclarecimento, mobilização e luta contra as propostas governamentais que se prendem com a Segurança Social.



Linhas de intervenção para os próximos meses

Nas comemorações do Dia do Trabalhador, a CGTP voltou a afirmar que «a força do movimento sindical e a perspectiva de resolução dos problemas dos trabalhadores passam, cada vez mais, por uma prática de solidariedade e desenvolvimento da unidade na acção, em cada empresa e serviço, dentro de cada país e no plano internacional».

«Maio tem que ser um mês de muitas reivindicações, lutas e manifestações, que unam os esforços de todos os que nas empresas, sectores e regiões lutam pelos seus direitos e justas reclamações», salientou Carvalho da Silva, ao apresentar as linhas de intervenção do movimento sindical unitário para os próximos tempos.

A CGTP tem pronta para discussão uma proposta sobre a **reforma da Segurança Social**; no dia 6 de Junho vai realizar uma conferência para sua apreciação final e aprovação.

A central considerou como um escândalo o adiamento da **reforma fiscal**, anunciado em declarações de governantes, e reafirmou que vai continuar a exigir a redução da carga fiscal

sobre os rendimentos do trabalho e o seu aumento sobre a especulação financeira, sobre o luxo e a riqueza.

Outro objectivo de luta sindical vai ser um **serviço nacional de saúde** de qualidade e mais acessível, com a aplicação do princípio da gratuitidade tendencial do sistema. Opondo-se à privatização, a CGTP reafirma que a assistência e o tratamento da doença não podem ser feitos segundo a lógica do lucro.

No **ensino**, a *Inter* exige uma escola de qualidade, serviços sociais dignos e combate à discriminação social gerada pelo conceito de escolas de primeira e escolas de segunda. Reclama medidas urgentes para apoiar o ensino pré-escolar e o ensino básico.

A central vai empenhar-se numa reflexão profunda, em consciência, e uma intervenção forte no **referendo sobre o aborto**, contribuindo para impedir e anular as concepções retrógradas e para viabilizar as leis que garantem o direito à vida com dignidade.

Não se irá alhear, igualmente, do **referendo sobre a regionalização**, dado o seu impacto nas opções do desenvolvimento regional.

Por vida melhor

Reafirmando o direito e a possibilidade real de os trabalhadores viverem melhor, o coordenador da CGTP reclamou que a riqueza, criada com o crescimento económico e o aumento da produtividade, reverta para o aumento dos salários e das pensões, para o apoio aos desempregados e para a criação de emprego.

Assim, a CGTP vai bater-se por **aumentos salariais** que aproximem progressivamente os salários dos trabalhadores

portugueses da média dos salários europeus; pela concretização imediata da reivindicação de 61 mil escudos para o **salário mínimo** nacional; por um aumento intercalar das **pensões mínimas** de reforma, no valor de 2 mil escudos; pelo prolongamento do **subsídio de desemprego** para os desempregados de longa duração com mais de 50 anos.

Vai ainda exigir o **respeito pelos direitos dos trabalhadores e pela negociação colectiva** nas empresas e aos outros níveis, como «condições-chave para que a economia portuguesa possa fazer face com êxito aos desafios do presente e do futuro e contribuir para valorizar e dignificar o trabalho».

Festa em Bragança

As comemorações do Dia do Trabalhador em Bragança decorreram na Praça 1º de Maio/Cavaleiro Ferreira, onde de manhã houve música de intervenção e onde actuou, de tarde, o grupo de música popular portuguesa «Sete Mares».

No decorrer do espectáculo, refere uma nota da União dos Sindicatos de Bragança, David

Garrido realçou as «raízes profundas do 1º de Maio na luta por um mundo melhor, isento de exploração e opressão». O dirigente da USB e do Sindicato Nacional de Telecomunicações e Audiovisual criticou o Governo do PS «pelos seus compromissos pelo patronato» e repudiou «também energeticamente a demagogia populista de Marcelo e Portas».

Desfile em Guimarães

«Milhares de operários, intelectuais, empregados, desempregados, reformados, mulheres e jovens desfilaram pelas ruas da cidade de Guimarães» no dia 1 de Maio, informou a União dos Sindicatos do Distrito de Braga. O desfile partiu do Jardim da Alameda, onde actuaram «Os Boémios» e interveio o coor-

denador da USB, Adão Mendes.

No final do desfile, que regressou ao Jardim da Alameda depois de percorrer as ruas de Santo António, de Gil Vicente e de Paio Galvão, foi aprovada por unanimidade e aclamação uma moção expressando «total solidariedade e disponibilidade» para futuras

formas de luta contra as tentativas do Governo de alterar a legislação laboral e em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. Ainda em Maio, terá lugar um plenário distrital «para debater toda a ofensiva contra a Segurança Social e decidir formas de luta», refere a nota divulgada pela USB.



Que não passem de anteprojectos

Para a CGTP, «não são inevitáveis as opções económicas geradoras do desemprego, da precariedade e desregulamentação do trabalho», como as contidas nas propostas mais recentes do Governo para a área laboral, as quais Carvalho da Silva desejou «que não passem de anteprojectos», afirmando a determinação de mobilizar os trabalhadores para que as modificações pretendidas não ganhem força de lei.

A alteração pretendida do regime de **trabalho a tempo parcial**, tal como está apresentada, «é inaceitável, porque assenta na filosofia da chamada partilha do emprego com redução do salário», correspondendo à «reclamação, pura e simples, de dirigentes da CIP e do patronato mais retrógrado».

Tal proposta, considerou o coordenador da *Inter* no comício de Lisboa, visa pôr em causa o que há de essencial no emprego e «pretende instituir uma panóplia de benesses e incentivos financeiros aos empresários que admitam trabalhadores a tempo parcial, nomeadamente isenção de descontos para a Segurança Social, descapitalizando-a», e pretende ainda, «promover a passagem de trabalhadores efectivos a tempo completo para tempo parcial, criando uma precarização generalizada».

Antes de mais, a CGTP exige que seja combatido o falso trabalho a tempo parcial, extremamente mal pago, que abrange «dezenas e dezenas de milhar de jovens» nas grandes cadeias de supermercados, na banca, nos seguros e noutras empresas e serviços, e «regulamentar, através da contratação colectiva, este tipo de trabalho, garantindo o seu carácter voluntário e reversível para os trabalhadores que por ele optarem».

Quanto à **retribuição do trabalho**, o Governo pretende «alterar o seu conceito, subtraindo do seu âmbito determinadas prestações, tais como os prémios de produtividade e de assiduidade, o que se traduziria, na prática, numa diminuição salarial e numa retirada de direitos», com redução da base de cálculo para os subsídios de Natal, de férias, de pagamento de feriados, folgas e para as prestações sociais.

A CGTP previne Governo e patrões que «não se iludam», pois «terão os trabalhadores mobilizados contra estas pretensões e outras já anunciadas, como as relativas ao **regime de férias**, alargamento do período dos **contratos a prazo**, **trabalho nocturno**, **contrato de trabalho individualizado** na Administração Pública».

Carvalho da Silva alertou para o facto de o Governo se preparar para servir as propostas de alteração da legislação laboral «em fatias, entremeadas de doce/amargo, e, se nos distrairmos, o que nos é servido é um pacote de veneno». Em contrapartida, o dirigente da Intersindical Nacional exigiu «que as leis existentes e os contratos colectivos sejam cumpridos, completando-se com regulamentação áreas que estejam desprotegidas, a fim de que não exista qualquer forma de prestação de trabalho que se situe à margem da necessária protecção legal».



Na Bélgica, a exigência de uma Europa social está na ordem do dia

1.º de Maio no mundo em defesa do emprego

A luta pelo emprego esteve no centro das manifestações que assinalaram o 1º de Maio em todo o mundo. Mas também a luta pela democracia e pelo respeito dos mais elementares direitos sociais marcaram uma jornada onde a violência voltou a sair à rua, fruto de cargas policiais sobre os trabalhadores, como em Istambul e em Seul, e dos confrontos provocados pela extrema-direita, como na Alemanha. Numa época em que se vive o ascenso do neoliberalismo e do fascismo, Maio é cada vez mais o símbolo da luta de classes que tantos anunciaram ter chegado ao fim.

Alemanha - Mais de meio milhão de pessoas saíram à rua exigindo uma política de efectivo combate ao desemprego e medidas contra o ascenso do neonazismo. Em Leipzig, onde milhares de pessoas responderam ao apelo do Partido Nacional Democrático (PND) para a maior manifestação da extrema-direita alemã desde a II Guerra Mundial, registaram-se violentos confrontos entre contramanifestantes de esquerda e os cerca de seis mil polícias mobilizados para proteger os neonazis. Da batalha campal resultaram vários feridos e detidos.

Áustria - Cerca de 50 mil austríacos manifestaram-se em Viena contra o desemprego, considerado pelo chanceler Viktor Klima, chefe do Partido Social-Democrata, «a maior injustiça social». Discursando perante os manifestantes, Klima afirmou desejar ser um «chanceler do emprego».

Bélgica - Os escândalos que envolvem a Justiça belga no respeitante aos casos de pedofilia - em particular a recente fuga do pedófilo Marc Dutroux - estiveram presentes em todas as manifestações e desfiles realizados no país, a par das exigências em defesa do emprego. Em regiões onde o desemprego ultrapassa já os 30 por cento da população activa, uma nova palavra de ordem foi lançada: jornada de trabalho de 32 horas semanais.

Camboja - Oito horas de trabalho diário e um dia de descanso semanal é a exigência dos trabalhadores cambojanos. Em Phom Penh, milhares de trabalhadores - em especial mulheres que trabalham no sector têxtil - denunciaram as suas difíceis condições de trabalho, em jornadas de doze horas por dia, sete dias por semana.

Coreia - Respondendo ao apelo da Confederação Coreana dos Sindicatos (KCTU), milhares de trabalhadores saíram à rua em protesto contra os despedimentos em massa e o aumento do desemprego. Os manifestantes foram violentamente reprimidos pela polícia com granadas lacrimogéneas quando convergiam para o parque de onde tradicionalmente parte o desfile do 1º de Maio em direcção à catedral de Myongdong.

Cuba - Uma verdadeira massa humana desfilou nas ruas de Havana, concentrando-se na Praça da Revolução. O comício, em que participou o Presidente Fidel Castro, contou com a presença de mais de 900 convidados estrangeiros, representando 139 organizações sindicais de 41 países.

Dinamarca - O 1º de Maio culmina uma semana de greve no sector privado que está a paralisar o país, e recoloca no centro dos debates a polémica sobre o Tratado de Amesterdão, que os dinamarqueses vão referendar a 28 de Maio. O primeiro-ministro, Poul Rasmussen, apelou ao voto positivo, considerando que «se o resultado for não, será um retrocesso para a Dinamarca».

Espanha - O ponto alto das comemorações registou-se em Madrid, onde 40.000 pessoas desfilaram exigindo a defesa do emprego e a jornada de trabalho de 35 horas semanais.

França - Por todo o país, dezenas de milhar de pessoas desfilaram sob a palavra de ordem «união, acção pelas 35 horas semanais, emprego e solidariedade». Na «Festa do Trabalho», empregados e desempregados juntaram esforços no combate ao desemprego, e anunciaram a acção franco-alemã que a 8 de Maio leva a Estrasburgo as associações de desempregados para exigir da União Europeia medidas em prol da Europa social. Paris assistiu ainda a mais uma mascarada da Frente Nacional, de Jean-Marie Le Pen, cujos apoiantes saíram à rua disfarçados de cavaleiros, evocando Joana d'Arc e seus escudeiros.

Grécia - Se o plano de austeridade de dezoito meses lançado pelo Governo reúne a contestação generalizada das organizações sindicais, nem por isso os gregos conseguiram conjugar esforços para a unidade na acção durante o 1º de Maio. Atenas assistiu a três desfiles separados com lemas comuns: contra a política de austeridade e contra a xenofobia.

Pela primeira vez, a Igreja Ortodoxa, pela voz do seu dirigente máximo, divulgou uma mensagem saudando o Dia do Trabalhador.

Indonésia - Uma manifestação de estudantes na ilha de Sumatra é violentamente reprimida pela polícia de Suharto, com recurso a carros blindados, granadas lacrimogéneas, balas de borracha e canhões de água. Também em Java se realizaram manifestações contra o regime de Suharto.

Israel - A única manifestação do 1º de Maio realizada em Israel



Os confrontos marcaram o 1º de Maio em Seul



Os franceses arvoram já a bandeira das 35 horas de trabalho semanal

teve lugar em Nazaré, organizada pelo Haddash (Frente democrática para a paz e igualdade, que inclui o Partido Comunista) e pelos comunistas da Histadrou, a central sindical israelita, devido aos problemas com que se debate o movimento sindical. Num país onde existe uma «estreita ligação entre a paz e o pão», nas palavras de Benjamin Gonen, da Histadrou, o principal problema com que se debatem hoje os trabalhadores israelitas é o desemprego, agravado pela política de implantação de novos colonatos, que absorve todo o dinheiro do Estado. Os sectores do turismo, têxtil e outras indústrias são os mais afectados, prevendo-se para os próximos meses 250.000 desempregados.

Itália - Cerca de 40.000 pessoas manifestaram-se em Reggio Emilia, no norte do país, numa iniciativa unitária para exigir uma «Europa social» e o relançamento do emprego. A luta pelo emprego marca igualmente outras iniciativas por todo o país.

Japão - Dois milhões de japoneses, segundo fontes sindicais, manifestaram-se em todo o país exigindo o combate ao desemprego crescente e à precarização das condições de trabalho. Em Tóquio, duas manifestações mobilizaram cerca de 200.000 pessoas.

México - Milhares de pessoas respondem ao apelo do recém-criado sindicato UNT, protestando contra a política do Presidente Zedillo.

Moçambique - O 1º de Maio, que culminou uma semana de comemorações, ficou assinalado pela decisão do Governo de aumentar o salário mínimo 13,5 por cento, que passa para 358 mil metcaís. O Parlamento aprovou ainda a revisão da Lei do Trabalho, que prevê, entre outras coisas, a livre contratação.

Polónia - As comemorações em Varsóvia foram ensombradas pela acção de algumas dezenas de jovens militantes do partido de direita RDP, que provocaram confrontos com os participantes no desfile convocado pelo Partido Social Democrata e pelos sindicatos de esquerda. Confrontos entre manifestantes de esquerda e de direita registaram-se ainda em Cracóvia, no Sul, e em Gdansk, no Norte.

Rússia - Cerca de um milhão de pessoas saíram à rua em todo o país, em resposta ao apelo dos sindicatos e das forças de esquerda. Em Moscovo registaram-se três manifestações separadas, convocadas, respectivamente, pelos sindicatos, Partido Comunista e outras forças de «esquerda moderada».

Turquia - Confrontos entre manifestantes de extrema-direita e a polícia provocaram mais de meia centena de feridos em Istambul, incluindo 28 polícias.

■ Isabel Araújo Branco

Marcha Global Contra o Trabalho Infantil

Velúcio Leão, 11 anos, Velúcia Leão, 13 anos, e Adébora Silva, 15 anos, são três jovens brasileiros vítimas da exploração da mão-de-obra das crianças. Chegaram a Portugal na quinta-feira passada, integrados na rota da América Latina da Marcha Global contra a Exploração do Trabalho Infantil, que está a percorrer o planeta desde Janeiro e tem como destino final a Suíça. Durante quatro dias, permaneceram no país partilhando a sua experiência.

Velúcio e Velúcia são irmãos. Ambos trabalharam nos campos de sisal de Tirolândia, no Estado da Baía, uma das zonas mais carenciadas do Brasil. Hoje frequentam o programa bolsa-escola, que paga às crianças um salário, enquanto estudam.

Adébora é do Estado do Paraná, também do Brasil. Desde os oito anos que trabalha, mas nunca deixou de ir à escola. As aulas seguem-se a 8, 9, 10 horas de trabalho diário. (Ver caixa)

Os três jovens andam a percorrer o mundo com um objectivo bem claro: mobilizar esforços para que os direitos da criança sejam respeitados, em especial o direito à educação gratuita e adequada, e o direito a viver a sua infância livre da exploração económica.

Foi isso que Velúcio disse, usando as palavras de menino de 11 anos que é, na conferência de imprensa, aquando da chegada da sua delegação a Lisboa, na semana passada: «Estou aqui para tirar todas as crianças do trabalho infantil, porque o lugar das crianças é na escola, brincando, estudando, para que a criança não vá no trabalho. Só estudar... e brincar, fazer coisa boa, porque a criança não deve ir ao trabalho. O trabalho é muito duro, até os adultos acham ruim...»

Os três jovens participaram nas comemorações do 1º de Maio de Lisboa e do Porto, acompanhados pelos outros elementos da delegação latino-americana: Jorge Arthur Floriani, um psicólogo que trabalha com crianças de rua, Reinaldo Bicudo, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, e Luiz Gonzaga de Araújo, membro da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.

No sábado, estiveram em Braga - provavelmente o epicentro do trabalho infantil em Portugal - onde participaram num encontro com jovens.

Três exemplos num mar de 250 milhões

Velúcio, Velúcia e Adébora são três casos em 250 milhões espalhados por todas as latitudes do globo. Uma em cada quatro

«O trabalho é muito duro, até os adultos acham ruim»



A delegação latino-americana à chegada a Lisboa

crianças com idades entre os 5 e os 14 anos trabalha. Na Ásia encontram-se 61 por cento das situações e em África 32 por cento. Neste continente há 80 milhões de crianças trabalhadoras e, segundo uma previsão do Bureau Internacional do Trabalho, no ano 2015 haverá 100 milhões. Mas talvez a Índia seja o país onde a situação ganhe contornos mais assustadores: 90 milhões de casos de trabalho infantil.

Estes dados são por si só terríveis (mesmo se os valores bai-

xassem para metade, um terço ou um quarto...), mas tornam-se ainda piores se pensarmos que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que os números pecam por defeito.

Em Portugal calcula-se que existam 63 mil casos de trabalho infantil com crianças de idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos (6,7 por cento do grupo etário).

A Inspeção-Geral do Trabalho detectou 86 casos nos primeiros oito meses de 1997. Em Setembro do mesmo ano, num só dia encontrou 16 situações, o que revela que, com uma maior fiscalização, mais casos seriam descobertos. As indústrias de vestuário e confecções são as maiores empregadoras da mão-de-obra de crianças portuguesas (38 por cento), seguindo-se a hotelaria.

Recentemente, este fenómeno tem sido alvo de maior atenção da sociedade. A preocupação dos cidadãos, dos sindicatos e de outras organizações tem-se reflectido na legislação sobre o tema. Em Janeiro de 1997, a idade mínima de admissão num emprego passou dos 15 para os 16 anos e há pouco tempo o ónus da prova foi invertido. Isto quer dizer que, quando uma empresa é acusada de empregar ilegalmente crianças, já não se limita a negar, tem de provar que tal não acontece.

Criança pobre, adulto pobre

Mas, se a opinião pública começa a estar alertada para estas situações, o fim do trabalho infantil está muito distante, numa perspectiva real.

A pobreza é a principal causa da exploração das crianças, mas há que levar igualmente em conta o desemprego, a má distribuição da terra e a exploração sem escrúpulos.

O salário das crianças - mesmo sendo consideravelmente reduzido em comparação ao de um adulto com o mesmo emprego e que trabalhe as mesmas horas - contribui com uma parte importante para o rendimento familiar de muitos agregados.

Paralelamente às necessidades, há que considerar um outro factor: o facto de o mercado e os empresários preferirem a mão-de-obra infantil. Porque é mais barata e maleável. Uma criança tem menos possibilidades de reagir e obedece mais facilmente às ordens dos patrões sem contestar.

Sendo importante para o orçamento familiar, o trabalho infantil contribui para perpetu-

Marcha Global: de Manila a Geneve

A ideia da realização da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil nasceu em Haia, em Fevereiro de 1997, durante um encontro em que participaram 26 organizações não-governamentais de 17 países. Agora que o projecto se tornou realidade, conta com o apoio de 700 organizações de 100 países. Cinquenta instituições portuguesas fazem parte desta lista.

A marcha é composta por três rotas, e chegará, no início de Junho, a Geneve, na Suíça, onde terá lugar a Conferência Internacional do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho.

A rota da Ásia partiu de Manila, nas Filipinas, no dia 17 de Janeiro, tendo passado pelo Vietname, Camboja, Malásia, Bangladesh, Indonésia e Irão. Segundo os organizadores, «este evento tem sido bem recebido em todos os países por onde vai passando», à excepção da Indonésia, «onde a polícia carregou sobre um grupo de marchantes, tendo feito várias detenções», entre as quais 13 crianças, algumas com 5 anos.

A rota de África teve início no dia 21 de Março, na Cidade do Cabo, a capital sul-africana. Actualmente está na Tanzânia, depois de ter percorrido o Togo, a Zâmbia, o Zimbabwe e a Mauritânia.



A rota da América Latina foi inaugurada a 25 de Fevereiro na cidade brasileira de São Paulo. Depois de visitar outras cidades do Brasil, a marcha passou pelo Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Honduras, Panamá, Nicarágua e El Salvador.

Eis alguns objectivos dos organizadores e dos participantes desta iniciativa:

- sensibilizar a opinião pública contra o trabalho infantil;
- exigir a eliminação imediata das formas mais opressivas de trabalho infantil (escravidão e trabalho infantil);
- incentivar novas políticas de cooperação e desenvolvimento;
- mobilizar o máximo de recursos, a nível mundial, para a educação das crianças;
- melhorar as condições da escolaridade obrigatória e torná-la efectiva para todos;
- combater o abandono escolar através da melhoria das condições de vida das famílias mais carenciadas.



Adébora Silva

A pensar no dia de amanhã

A história de Adébora é igual à história da vida de muitas crianças em muitas partes do globo. Eis um testemunho que não passa de um exemplo num mar de casos semelhantes. Só no Brasil há 4500 mil situações de trabalho infantil, facto denunciado pela delegação latino-americana da Marcha Global.

Adébora Silva e Velúcia Leão são amigas. Não importa há quanto tempo se conhecem, apenas que agora estão unidas por um passado e por uma luta comuns.

Durante quase toda a conferência de imprensa estiveram de mãos dadas. De vez em quando, Velúcia apalpava as calosidades das mãos de Adébora e comparava-as com as suas. Não as mostraram aos jornalistas que se juntaram na sala VIP do Aeroporto de Lisboa. Era um gesto banal, como olhar para o relógio.

Infelizmente banal para estas duas adolescentes, banal para milhões de crianças do mundo inteiro. Mas os números parecem sempre números. Apenas percebemos o seu valor se contarmos os casos um a um, se conhecermos cada história, se percebermos cada angústia, se ouvirmos cada sonho que provavelmente ficará por realizar.

Adébora tem uma história, mas continua agarrada a um sonho que acre-

dita que vai ser concretizado. Hoje em dia continua a trabalhar, mas nunca deixou de estudar. «Se eu parar de estudar, nunca vou conseguir sair da roça. Estudando, eu tenho alguma chance», disse em entrevista ao Avante!

Frequenta o 1º ano do Segundo Grau - o que corresponde ao 9º ano -, depois de passar o dia no campo. «Tenho coragem, esforço-me.» Só assim consegue arranjar energia para estar numa sala de aula, noite após noite, fazendo por ignorar o cansaço que lhe pesa nos olhos, nas mãos, nas pernas, nos ombros.

Poucas são as crianças que continuam a frequentar as aulas a partir do momento em que entram no mundo do trabalho. «A maioria abandona a escola. Eu sou uma excepção», explica. Mas, na maioria dos casos, o trabalho entra nas suas vidas antes de terem idade para estudar. Adébora começou aos oito anos, mas conta que normalmente «é muito mais cedo».



Uma história exemplar

Foram as condições económicas da família que determinaram o destino de Adébora. Mora no Estado brasileiro do Paraná com os pais e com oito irmãos, muitos deles já com as obrigações e o esforço de um emprego. Ganham sete reais por dia, a que juntam um pequeno subsídio, que «é muito pouco, não dá para nada».

«A gente não tinha condições de pagar a água, a luz, de comprar as coisas... O meu pai teve de me levar mesmo para trabalhar», diz-nos com a naturalidade de quem conta a história do dia-a-dia da sua comunidade, numa narração do quotidiano que melhor conhece.

A princípio deve ter custado muito... «Sim, muito. Porque eu perdi quase toda a minha infância, não brinquei, aproveitei muito pouco.» Os seus olhos confirmam-no. A sua expressão é triste, mas não se mostra abatida.

O seu trabalho depende da estação do ano. «Tem época que tem de plantar feijão, plantar mandioca, colher algodão, colher milho. Tudo agrícola.» Mas se as culturas variam, as rotinas são sempre as mesmas: «A gente vai de camião ou de ónibus para a roça. Demora uma hora ou duas de viagem. Trabalhamos nove horas por dia e descansamos uma hora no almoço.»

«Os governantes fingem que não vêem»

No Brasil, o trabalho infantil é uma realidade marcante, quase impossível de esconder. Basta viajar pelas cidades, pelos campos. As crianças estão sempre

lá, com vontade de fugir para brincar, mas obrigadas a levar muito a sério as suas obrigações. É que delas depende parte das refeições da família. E, se as tarefas não forem bem cumpridas, há sempre penalizações, castigos, punições.

«Algumas pessoas tentam esconder, mas agora a sociedade brasileira viu esse problema e está a tentar ajudar. Os governantes enxergam mas fingem que não vêem, fingem que não existe. É isso que a marcha está tentando mudar, está tentando mostrar aos governantes e à sociedade que existe a exploração do trabalho infantil», salienta Adébora.

As consequências são muitas: «Dores nas costas, nas pernas. As crianças ficam debaixo de sol, muitas vezes de chuva, carregam coisas na cabeça... É muito ruim.» Mas o desenvolvimento psíquico também é afectado. As preocupações destes meninos são tudo menos inocentes. «Há muitas crianças que ficam pensando no dia de amanhã, como é que ela vai conseguir trabalhar, porque já está cansada hoje, e amanhã e depois...»

Resolver o desemprego dos adultos

Em seu nome e em nome de todas as crianças que se vêem forçadas a trabalhar, Adébora pede uma vida melhor. Uma reivindicação justa, embora não pareça razoável aos olhos de muita gente. E apresenta uma solução.

«Os governantes dêem oportunidade de trabalho para os pais das crianças. Existe muitos adultos desempregados e muitas crianças trabalhando. Se dessem oportunidade de trabalho aos pais, certamente que eles poderiam dar uma educação adequada a essas crianças.»

Adébora Silva tem 15 anos. Tem uma vida para viver e não desiste de fazer frente às dificuldades com que se depara, seja a falta de comida em casa ou o cansaço de dias e dias de trabalho.

Passou por Portugal a semana passada, deixou a sua história, o seu apelo, a sua denúncia, a sua acusação. Mas, acima de tudo, deixou o seu contributo para o despertar da opinião pública para um problema que só no Brasil obriga 4 milhões e 500 mil crianças a abandonar a sua condição de criança.



■ VÍTOR DIAS
Membro
da Comissão Política

Olhando a «festa do euro»

PONDERANDO bem o marmoto propagandístico sobre o euro (encartes, guias e dossiers publicados pela imprensa, editoriais encomiásticos, artigos, declarações, entrevistas e depoimentos devidamente seleccionados, telejornais submergidos nos últimos dias pelo «show-off» da Cimeira de Bruxelas), é caso para dizer que, em matéria de «engenharia das almas», o José que tinha bigodes pode ter ficado com a fama de ter criado a expressão, mas quem tem a sofisticação, o «know-how» e o imbatível proveito são os que, cinquenta anos depois, tudo fazem para modelar as almas em torno dos sagrados dogmas desta «construção europeia».

E, no entanto, apesar de estarmos a falar de uma onda não de debate pluralista e sério sobre uma questão crucial para o nosso país mas de liturgia dos factos dados como consumados, do ostensivo silenciamento das vozes críticas e da tentativa de acormentamento de opiniões, a verdade é que, aqui e além, despontam factos que deviam merecer atenção e convidar ao espírito crítico e a alguma meditação.

Desde logo, é por de mais significativo que gente que, por tudo e por nada, costuma ser tão deslumbrada com sondagens, pareça desta vez não querer reparar que há dados que estão sendo divulgados que, a traduzirem a realidade, estão muitíssimo longe de representarem uma vitória dos que, defendendo a moeda única, até têm tido quase tudo a favor desta sua fundamentalista cruzada.

Já nem falamos da sondagem da Comissão Europeia que, ainda há um ano, mostrava que, no conjunto dos 15 países da União Europeia, o apoio à moeda única (47%) tinha apenas sete pontos de vantagem sobre a atitude contrária (40%), ou seja, a menor diferença dos últimos cinco anos, e que punha também em evidência uma oposição ao euro folgadoamente maioritária em seis países da UE - Alemanha, Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca, Áustria e Finlândia.

Falamos sobretudo das sondagens recentemente publicadas sobre as opiniões «dos portugueses» (é assim que os órgãos de comunicação social costumam dizer), e cujos resultados devem ser lidos tendo sempre presente que a moeda única hoje é apoiada por três partidos - PS, PSD e PP - que, em 1995, recolheram 86% dos votos.

Em concreto, falamos da sondagem da SIC (divulgada em 2/5), segundo a qual só 23% «dos portugueses» achava que o euro vai ser bom para Portugal enquanto 17% achava que vai ser mau, 33% achava que vai ser assim-assim e 27% não tinham opinião.

Falamos também da sondagem do «Público» (3/5), segundo a qual haveria 34,5% a pensar que com o euro a economia vai melhorar, 21,9% a pensar que vai piorar e 43,6% a dizer que não sabia ou a não responder.

E falamos sobretudo da sondagem do «Expresso» (1/5), segundo a qual 54,6% «dos portugueses» preferia continuar a usar escudos em vez de euros, contra 34,2% que preferiam o inverso. Além disso, 46,9% pensa que Portugal vai perder independência económica enquanto 36,6% pensa que não. Acresce que, quanto aos reflexos do euro na sua vida, 20,5% acha que ela vai perder, 18,7% que vai ganhar e 38,2% acha que vai ficar na mesma.

Se nada disto é excepcionalmente animador para os campeões do euro, o pior para eles vem a seguir com as respostas à pergunta sobre quem vai «perder mais» ou «ganhar mais» com o euro. É que, perfeitamente autistas em relação a anos e anos de

doutrinações governamentais e mediáticas e, como diria a Teresa de Sousa do «Público», arcaicamente imbuídos de uma pré-histórica visão classista, «os portugueses» responderam que, com o euro, os mais ganhadores são, por ordem, os ricos (22% das respostas), o Governo (16,8%), as empresas (16,3%) e só a uma imensa distância lá vêm os cidadãos e

os pobres que só recolheram, respectivamente, 5,8% e 0,4% das respostas. E, quanto a quem perde mais com o euro, «os portugueses» responderam, por ordem, que vão ser os cidadãos (33,7%), os idosos (14,4%) e os desempregados (8,9%).

Como já dissemos, se estes dados têm alguma credibilidade (e a SIC, o «Público» e o «Expresso» jurarão que têm toda), então o que eles atestam, em grande medida, é ainda assim uma notável capacidade de resistência de parte significativa dos nossos concidadãos face a uma ofensiva político-ideológica que, terçando armas por esta «construção europeia» e pela marcha para o euro, a tudo tem recorrido, desde a cenoura dos milhões dos fundos comunitários até à lógica infernal das alegadas «inevitabilidades» e «falta de alternativas», passando também pela sabotagem a um real debate nacional digno desse nome.

Aliás, para já não falar na persistente recusa do PS e do PSD em sujeitarem a referendo, em tempo útil, qualquer aspecto fundamental relativo à integração europeia, há uma simples pergunta que pode ser feita e que ilustra exuberantemente como a marcha para a moeda única foi e é um processo friamente concebido de expropriação dos direitos democráticos dos portugueses.

A pergunta é, nem mais nem menos, quantos debates televisivos sobre a moeda única, de composição político-partidária efectivamente pluralista, foram realizados em Portugal nos últimos quatro anos?

Pela nossa parte, não podemos jurar absolutamente que nenhum, mas como se compreenderá, neste caso o ónus da prova pertencerá a quem ache que se fizeram alguns, vários ou muitos. E é muito simples: quem achar que exageramos ou mentimos, faça favor de dar um passo em frente e apresentar a lista dos debates que, com o tema e as características acima referidas, animaram os nossos serões televisivos nos últimos quatro anos.

Em boa verdade e bem vistas as coisas, nem pode causar especial admiração que os debates televisivos sobre a moeda única tenham sido pouco mais que zero.

Com efeito, nunca nos cansaremos de lembrar, até que alguém se atreva a desmentir-nos com factos, que o mesmo aconteceu em relação à adesão de Portugal à

CEE ao longo dos muitos anos que demoraram as negociações, sendo que até ainda nos lembramos que, já à beira da assinatura do tratado de adesão, esteve de facto previsto para a RTP1 um debate com representantes dos quatro principais partidos, mas acabou por ser cancelado a pedido do PSD, em virtude do seu luto pelo falecimento do Prof. Mota Pinto. Só faltando acrescentar que o mesmo, no essencial, se passou em relação ao Tratado de Maastricht, onde, por junto e sem corresponder plenamente às características de que falámos atrás, só nos lembramos de um frente-a-frente entre Rui Machete e Octávio Teixeira e realizado perante o imenso auditório do... Canal 2 da RTP!

A verdade é que todas estas queixas ou críticas não fazem perder o sono nem sobressaltar as consciências dos epígonos desta «construção europeia» pela simples e cristalina razão de que eles são os primeiros a saber que, de um ponto de vista substantivo, a democracia e a soberania popular já não são para aqui chamadas.

De facto, onde estão a democracia e a soberania popular (solidamente consagradas na Constituição) quando um governo, sem consulta em referendo, vincula Portugal a compromissos e constrangimentos duradouros que vão muito para além do mandato temporal sustentado na respectiva legitimidade eleitoral?

Onde estão a democracia e a soberania popular quando o Governo, em mera cimeira dos ministros dos Negócios Estrangeiros, vincula Portugal a um Pacto de Estabilidade que eterniza os critérios de convergência nominal e que, apesar de ter consequências qualitativas e estruturais infinitamente mais graves que o Tratado de Amesterdão, nem sequer será sujeito a ratificação da Assembleia da República?

Onde estão a democracia e a soberania popular quando, em quase tudo o que é importante, o que se ouve é os governantes falarem, não da vontade, aspirações e escolhas dos povos, mas dos humores, reacções e sentenças dos «mercados», essa misteriosa entidade que não consta de nenhuns cadernos de recenseamento eleitoral mas que tudo manda e

comanda?

A terminar, poderá alguém perguntar se vale a pena escrever assim tão contra a corrente dominante de sofismas, de servilismos, de truques e de lavagem aos cérebros que, a respeito da «construção europeia» e do euro, por aí desfilam arrogante e quase impunemente.

Talvez a resposta pudesse ser apenas que, como se viu atrás, há sempre alguém que resiste e que, longe de estarmos a falar sozinhos, não faltam portugueses, a uma escala muito superior à nossa influência eleitoral, capazes de nos entenderem, compreenderem ou darem razão.

Mas, mais rigorosamente, talvez a resposta só deva ser que, mesmo que assim não fosse, há quem não esteja disposto a traficar ou renegar a coerência, as convicções e sobretudo uma sólida visão dos interesses populares e nacionais.

É incontestável que a «festa do euro» fica como uma das mais impiedosas e desavergonhadas operações da verdadeira «engenharia das almas». Mas há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não.

GUIA DO EUR

A nova EURO

Euroexpectativa

Os portugueses estão na expectativa em relação ao euro. Uma sondagem mostra que a maioria continua a usar escudos e considera perder independência económica em relação à...

Os três dias que vão abalar a Europa

246 dias para o Euro

A moeda dos europeus

Automóvel (Opel Corsa) 10.631,7

Salário (mínimo) 290,6

BANCO

SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES

As dificuldades reais e as políticas virtuais

A leitura objectiva do relatório de segurança interna que o Governo, por imperativo legal, apresentou este ano à Assembleia da República desmente de forma categórica o discurso triunfalista do ministro Jorge Coelho quanto às virtudes da política de segurança interna do Governo PS.

O relatório anual de segurança interna, relativo ao ano de 1997, que o Governo apresentou à Assembleia da República, em finais de Março deste ano, não teve ainda o tratamento que a importância dos dados nele contidos justifica. Não foi ainda agendada a respectiva apreciação em Plenário, tendo ficado o conteúdo do relatório sujeito, até à data, às mais capciosas interpretações: de um lado, à demagogia dos discursos do ministro Jorge Coelho que quer ver no relatório bons resultados que lá não estão, como consequência de uma boa política que o seu Governo não faz; de outro lado, à demagogia dos discursos pseudo-oposicionais do PSD que pretendem ver no relatório a desculpabilização impossível dos maus resultados da má política que os seus governos fizeram.

Acontece, porém, que uma leitura rigorosa e objectiva dos dados constantes do relatório de segurança interna retira razão a ambos. Não desculpabiliza os governos PSD, mas também não dá lugar a triunfalismos ou a motivos de congratulação quanto às políticas do Governo PS.

O principal motivo de orgulho que o Governo tem vindo a invocar tendo como base o relatório de segurança interna reside na anunciada redução em 0,4% do índice global da criminalidade. Fraco motivo de satisfação. É que, se este dado parece apontar para a manutenção dos níveis de criminalidade anteriormente registados – o que não devia ser motivo de grande

orgulho – pouco nos diz quanto à evolução relativa aos tipos de crimes que dizem mais directamente respeito à segurança e tranquilidade das populações, para além de servir para esconder o facto de, no âmbito de actuação da PSP e da GNR, a criminalidade registada ter aumentado, respectivamente, 0,4% e 6,6%.

Porém, os dados objectivos mais preocupantes dizem respeito, não tanto à evolução quantitativa, mas sobretudo à evolução qualitativa da criminalidade, se bem que alguns tipos de crimes revelem aumentos quantitativos que justificam especial preocupação.

Estão neste caso os crimes contra as pessoas, que aumentaram expressivamente (5,8% em termos globais, 7,9% na área de intervenção da GNR, 4% na área da PSD e 8,7% no âmbito de acção da Polícia Judiciária). Verificou-se igualmente uma evolução negativa nos tipos mais frequentes de crime contra o património: refere a GNR um aumento de 11,9% nos furtos por esticção, de 27,1% nos furtos de veículos motorizados, de 3,9% de furtos em veículos motorizados, de 10,2% nos furtos em residências, de 5% nos furtos em estabelecimentos de ensino. Os dados da PSP apontam para um aumento de 56% nos roubos armados a estabelecimentos, de 48% nos roubos armados a habitações, de 37% nos assaltos a bancos, de 17% nos furtos e roubos por esticção.

A estes agravamentos quantitativos acresce, porém, a preocupação que resulta do agravamento muito significativo de aspectos qualitativos registada, como a criminalidade violenta e a delinquência juvenil.

Refere a PSP, que o crime violento, «entendido como aquele que, a priori, é mais susceptível de provocar especiais danos físicos e/ou psicológicos à comunidade como um todo e, consequentemente, influenciar significativamente a sensação de insegurança global», sofreu um agravamento na sua globalidade (15%).

«Neste sentido, podemos dizer que, embora quantitativamente a criminalidade esteja a diminuir em Portugal, ela agrava-se em termos qualitativos.» E prossegue o relatório da PSP: «A rubrica criminal que mais contribuiu para o agravamento do crime violento foi, sem dúvida, a dos roubos/furtos por esticção, muito embora os raptos/sequestros, violações, homicídios voluntários e os assaltos a bancos, tenham verificado um agravamento, em termos percentuais, bastante superior.» Este tipo de criminalidade concentra-se especialmente nas zonas urbanas.

Quanto à delinquência juvenil refere a GNR um acréscimo de 62 casos (+6,9%) relativamente a delitos do foro criminal praticados por jovens com menos de 16 anos, sendo o tipo de delito mais praticado o furto em residências com arrombamento, escalamento ou chaves falsas. No relatório da PSP, verifica-se um aumento de 45% da delinquência juvenil, reafirmando a tendência verificada desde 1992. De entre os crimes praticados, destacam-se os furtos por escalamento, arrombamento ou chaves falsas em edifícios, habitações e estabelecimentos de ensino, o furto/roubo por esticção e o furto/roubo de e no interior de viaturas. De destacar igualmente o aumento verificado nos casos de danos voluntários e nas situações em que os autores foram referenciados como consumidores de droga.

Também quanto a este aspecto – o tráfico e consumo de droga – que são responsáveis, como é sabido, por grande parte da criminalidade acima referida, os

dados conhecidos são preocupantes. É que, enquanto a PJ refere um decréscimo de processos da sua responsabilidade (-17% por tráfico e -3,1% por consumo), baseado na transferência da competência de investigação do tráfico de rua para a PSP e a GNR, não se verifica, no tocante a estas forças policiais, um acréscimo de eficácia que tais novas competências fariam supor. Pelo contrário. Os processos por tráfico diminuíram 7,7% no âmbito

da GNR e 5% no âmbito da PSP. Estamos assim perante uma situação paradoxal: todas as polícias reconhecem que o tráfico de droga não diminuiu e todas revelam – no seu conjunto – menor eficácia no seu combate. Ou seja: à sofisticação crescente dos métodos utilizados pelos traficantes não corresponde o aperfeiçoamento da acção e da coordenação policial.

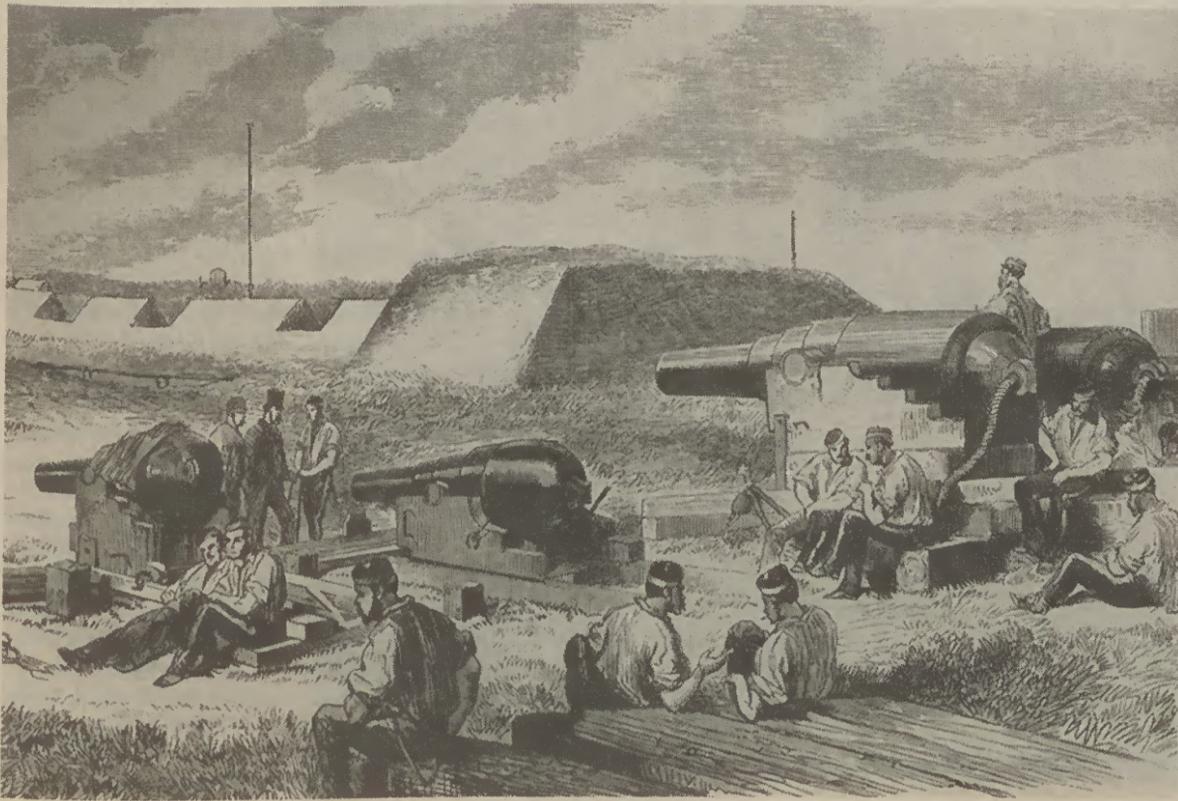
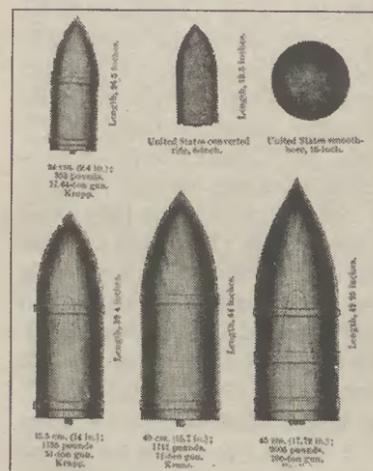
Por outro lado, são manifestamente reconhecidos os bloqueios à capacidade das forças de segurança para o desempenho das suas missões próprias, o mais grave dos quais reside porventura na ocupação dos agentes policiais na realização de diligências processuais. Os números são esclarecedores: em 1997, a PSP foi chamada a realizar 1 272 305 diligências judiciais (+18,3% que em 1996) e a GNR 931 965 (+12% que em 1996).

Resulta com evidência deste quadro que, apesar

da constante presença mediática e do insistente anúncio de investimentos por parte do ministro Jorge Coelho, o Governo PS não tem sido capaz de definir e pôr em prática uma política capaz de melhorar de forma sensível os graves problemas de segurança com que as populações – particularmente das áreas metropolitanas – se confrontam. Não se trata de criar alarmismos injustificados destinados a legitimar soluções mais repressivas. A questão não está em aumentar penas, meter mais gente nas prisões, ou colocar uma polícia a vigiar cada cidadão. Esse foi sempre o discurso da direita trauliteira, adoptado lamentavelmente pelo PS antes das eleições de 1995.

A questão é que não são visíveis, da parte do actual Governo, políticas sociais capazes de atenuar as causas mais profundas da marginalidade e da delinquência. Nem no emprego, nem na educação, nem na inserção social, nem na prevenção da toxicoddependência. Tal como não são visíveis, em matéria de segurança interna, opções claras, que privilegiam a proximidade em vez da concentração policial, que privilegiam a prevenção em vez da repressão, que resolvem bloqueios operacionais existentes, como a falta de coordenação no combate à droga ou a afectação das forças policiais a diligências judiciais que deveriam ser asseguradas, com vantagem, por outros serviços.

Perante tudo isto, o ministro da Administração Interna vai anunciando futuros investimentos de milhões de contos nas forças de segurança, num verdadeiro milagre da multiplicação das verbas – muito mais reduzidas – realmente inscritas no Orçamento do Estado. Só que, indiferentes aos discursos do ministro, os problemas reais permanecem.



Fundos de Pensões

■ Eugénio Rosa

Uma solução cara e insegura

No artigo anterior mostrámos que o governo defende, na proposta que apresentou na Assembleia da República, o estabelecimento de um "plafond" nas contribuições para a segurança social. Isto significaria que a parcela do salário superior a um certo valor, que segundo o ministro Ferro Rodrigues seria 300 contos, deixaria de "descontar" para a segurança social. Tal medida beneficiaria principalmente as empresas, já que os trabalhadores se quisessem obter a parcela da reforma que devido ao "plafonamento" perderiam, teriam de suportar, sozinhos, o seu custo num fundo de pensões. Mas para se poder compreender melhor a origem, os objectivos e as consequências de uma medida desta natureza, interessa recordar alguns factos importantes.

Em 1994, o Banco Mundial apresentou um estudo sobre o financiamento das pensões de reforma. Esse estudo continha um modelo, que ficou conhecido pela teoria dos 3 pilares, o qual, segundo os seus promotores, deveria servir de base à reforma da segurança social nos diferentes países. E esse modelo, que é normalmente repetido e utilizado por todos aqueles que atacam o sistema público da segurança social, tem a seguinte estrutura: - (a) Um primeiro pilar, constituído por uma pensão mínima, de carácter assistencial, destinada a apoiar os idosos pobres, que seria a única garantida pelo Estado; (b) Um segundo pilar, constituído por contas de poupança individual (fundos de pensões), financiadas por contribuições obrigatórias pagas apenas pelos trabalhadores, e não pelas empresas a fim de evitar o aumento dos chamados custos da mão-de-obra, sendo os fundos assim obtidos confiados à gestão de instituições financeiras privadas (as chamadas sociedades gestoras de fundos de pensões); (c) E, finalmente, um terceiro pilar seria constituído por pensões de reforma individuais de constituição voluntária (semelhantes aos PPR em Portugal).

Nesse estudo, o Banco Mundial defendia que o sistema público de segurança social devia-se limitar a pagar pensões mínimas que deviam rondar 20% do salário médio. Por exemplo, para Portugal, onde o salário médio actual deverá rondar os 120 contos por mês, 20% corresponde a uma pensão de apenas 24 contos, ou seja, ainda menos que a pensão mínima do regime geral (31.300\$00).

Por outro lado, o presidente da Associação das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, num debate organizado pelo Forum Social do dr. Medina Carreira, em 1997, afirmou o seguinte: - «O sistema público da segurança social, ao permitir ao trabalhador a obtenção de um benefício potencial generoso, não tem deixado espaço para um crescimento sustentado dos fundos de pensões» (sic). E considerava um «benefício generoso» o facto de mais de 70% dos reformados receberem apenas a pensão mínima (ou menos), que é, repetimos, 31.300\$00.

São estes os antecedentes de muitas das propostas de reforma da segurança social que têm aparecido, e cujo conhecimento é importante para se poder compreender o que está verdadeiramente em jogo, e o que verdadeiramente se visa a médio ou a longo prazo quando se procura destruir o princípio de solidariedade em que assenta todo o sistema público da segurança social.

A falsa solução dos fundos de pensões

Uma das consequências da fixação de um *plafond* nas contribuições para a segurança social, que agora o ministro Ferro Rodrigues fala em 300 contos, mas que depois facilmente poderia ser alterado, é obrigar um número crescente de trabalhadores a recorrerem a fundos de pensões para garantir a sobrevivência na reforma, ou seja, aquela medida cria condições para que se desenvolva um amplo mercado para os fundos de pensões, como reivindicava o presidente da Associação das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, na intervenção já referida. No entanto, esta "solução" é cara e insegura, como seguidamente se provará.



Efectivamente, o valor da pensão a receber de um fundo de pensões depende: - (a) Da série salarial sobre a qual são calculados os descontos; (b) Da taxa de rentabilidade considerada/obtida nas aplicações financeiras dos activos do fundo (contribuições entregues); (c) Do período de desconto para o fundo de pensões; (d) E da situação a nível da bolsa na data de passagem à reforma.

Para provar o que se afirmou anteriormente, vai-se considerar a hipótese de dois trabalhadores que à data de reforma auferem o mesmo salário - 110 contos - mas em que o **Trabalhador A** recebeu durante a sua vida um salário que teve aumentos regulares de 3,5% ao ano, ao longo de 40 anos, alcançando, em 1997, os 110 contos; e um outro trabalhador, a que chamaremos **Trabalhador B**, cujo salário auferido durante os mesmo 40 anos coincidiu com a remuneração média nacional de cada um dos anos, portanto uma série salarial muito mais próxima dos salários auferidos pelos trabalhadores portugueses durante os últimos 40 anos, mas que na data da reforma também recebia 110 contos. Para além disso, considera-se que ambos descontaram o mesmo número de anos para um fundo de pensões - 40 anos; que a taxa de desconto aplicada aos seus salários foi a mesma - 13,5%, que é a percentagem que de acordo com o anexo ao DL 326/93 se destina ao pagamento da pensão de velhice a diferença é para cobrir despesas com outras prestações da segurança social, como é, por ex., o subsídio de desemprego, etc.); que a taxa de rentabilidade dos fundos acumulados foi também a mesma - 6% (as sociedades gestoras de fundos de pensões não garantem qualquer taxa de rendimento, e as companhias de seguro garantem actualmente apenas uma taxa de rentabilidade mínima de 4%), e que, a partir da data de passagem à reforma, as pensões são actualizadas à taxa de 2,5% ao ano, para cobrir a inflação.

Utilizando a metodologia de cálculo usada pelos fundos de pensões, obtemos os seguintes valores:

Pensão paga por um Fundo de Pensões e pela Segurança Social ao trabalhador A:

- Pensão paga pelo Fundo de Pensões: 79.000\$00 por mês
- Pensão paga pela Segurança Social: 131.000\$00 por mês

Pensão paga por um Fundo de Pensões e pela Segurança Social ao trabalhador B:

- Pensão paga pelo Fundo de Pensões: 20.000\$00 por mês
- Pensão paga pela Segurança Social: 81.000\$00 por mês.

As diferenças são tão evidentes que dispensam comentários.

Se a taxa de rentabilidade no lugar de ser 6% ao ano durante os 40 anos, fosse apenas 4%, que é a garantida actualmente pelas as companhias de seguros, as pensões que receberiam de um Fundos de Pensões, após terem descontado durante 40 anos para ele, seriam, respectivamente, de apenas de 44.000\$00 para o trabalhador A e de apenas 14.000\$00 para o trabalhador B. Portanto, é evidente a extrema dependência do valor da pensão a ser paga por um fundo de pensões da taxa de rentabilidade alcançada nas aplicações dos seus activos.

E no cálculo dos valores de pensões a serem pagas por um fundo de pensões não incluímos as diversas comissões cobradas por estes fundos. Se o tivéssemos feito, os valores obtidos ainda seriam mais baixos.

Por outro lado, enquanto na Segurança Social o período de doença e de desemprego (o que se tem direito a subsídio) conta para efeitos de número de anos de carreira contributiva (2% por cada ano), num fundo de pensões isso não sucede, o que determina uma pensão ainda mais baixa a ser paga pelo fundo de pensões.

Finalmente, na data de reforma, quando o fundo de pensões é de contribuições definidas (e é essa proposta da Comissão do Livro Branco), o reformado recebe um capital que deverá utilizar para comprar uma pensão vitalícia, ou seja, a receber enquanto estiver vivo. No entanto, o capital não existe em dinheiro, mas sim em títulos que deverão nessa altura ser convertidos em dinheiro. E o valor a receber pelo reformado nessa data dependerá muito da situação da bolsa: se estiver numa fase de alta receberá muito mais do que se estiver numa fase de baixa. E é com o dinheiro assim obtido que ele terá de adquirir a sua pensão.

Admitindo uma taxa de rentabilidade de 4%, a garantida actualmente pelas companhias de seguros, e sem entrar ainda em linha de conta com as diversas comissões que são cobradas por uma sociedade gestora de fundos de pensões e pelas companhias de seguros, o valor que o futuro pensionista teria de pagar seria o seguinte:

- Por uma pensão mensal de 60 contos (14 meses): 12.550 contos
- Por uma pensão mensal de 80 contos (14 meses): 16.732 contos
- Por uma pensão mensal de 100 contos (14 meses): 20.915 contos.

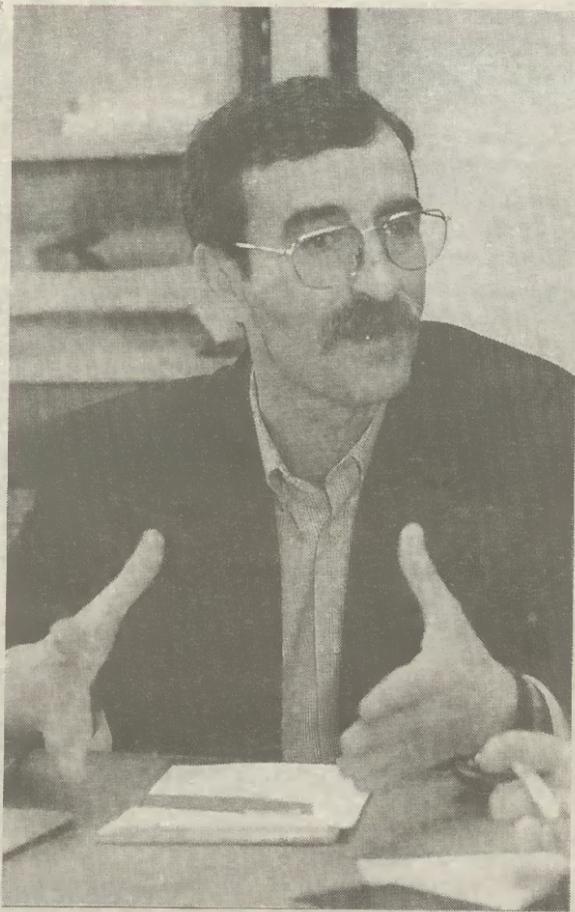
É evidente que quanto maior for a concorrência entre fundos de pensões, com o objectivo de atrair participantes, eles têm de oferecer taxas de rendimento mais elevadas, e para o conseguirem têm de investir em títulos de risco mais elevado, pois, como é facilmente compreensível, quanto maior for a exposição ao risco maior será o rendimento, e, inversamente, quanto mais seguro for o título menor será o rendimento.

A Segurança Social submetida à lógica dos mercados financeiros

Finalmente, e este é um aspecto muito grave da chamada teoria dos 3 pilares, defendida pelo Banco Mundial e pelos seus seguidores, a qual tem servido de base a muitas propostas apresentadas para a reforma da segurança social, de que é exemplo as defendidas pelos chamados maioritários da Comissão do Livro Branco da Segurança Social, é a substituição do princípio da solidariedade, em que assenta o actual sistema público da segurança social, pela lógica dos mercados financeiros, que passa a ser a fonte principal de financiamento das pensões.

Efectivamente, a diminuição do valor das pensões, que o "plafonamento" das contribuições inevitavelmente determina, impulsiona o recurso crescente a fundos de pensões, submetendo, de uma forma progressiva mas inevitável, a vida do reformado à lógica e à insegurança características dos mercados financeiros.

Texto
Margarida Folque
Foto
Jorge Caria



**António Andrez
sobre reunião da DORL**

Reforçar o Partido para melhor intervir

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP reuniu na semana passada para apreciar a concretização das medidas aprovadas em Fevereiro pelo Comité Central e o desenvolvimento da luta social. Sobre as conclusões da reunião, o «Avante!» ouviu António Andrez, membro da Comissão Política responsável por esta Organização Regional.

A marcação da 4ª Assembleia da ORL foi uma decisão importante da vossa reunião?

Sem dúvida. Ela vai culminar todo o debate que entretanto foi lançado em torno do novo impulso na organização, na intervenção e na afirmação política do Partido.

O balanço feito é muito positivo, apontando já para um grande número de iniciativas realizadas e em perspectiva - 72 plenários de militantes de organizações de base, 26 iniciativas de convívio, sete visitas, vários debates temáticos, importantes assembleias de organização (Loures, Vila Franca, Sector Intelectual, Função Pública, Transportes, etc.).

Também a decisão de recrutar 500 novos militantes até à 4ª Assembleia mostrou estar num bom ritmo, sendo de realçar que dos 160 recrutamentos já efectuados, cerca de 50 por cento têm menos de 30 anos.

A reunião analisou ainda as várias iniciativas a realizar em torno do debate «Portugal 2000 - para uma política de esquerda», a intervenção da ORL no referendo pelo «sim» à despenalização da interrupção voluntária da gravidez e a campanha nacional que, sob o lema «Vamos valorizar o trabalho e os trabalhadores - defender e concretizar direitos», terá o seu arranque no dia 12, no CT Vitória, com a presença do camarada Carvalhas.

O que visa, concretamente, essa campanha no distrito?

Pôr no terreno as orientações traçadas na reunião de Fevereiro em relação à nova estrutura do Partido no distrito, ou seja, concentrar energias quer nas organizações locais - movimento associativo, autarquias, etc. - quer na acção do Partido junto dos trabalhadores a partir de sectores profissionais da ORL e de sectores de empresas de âmbito concelhio.

Pretendemos contactar o máximo de empresas - dentro ou à porta, conforme as dificuldades existentes - e intensificar o trabalho junto das novas gerações de trabalhadores e das mulheres. Tanto em relação às novas gerações de trabalhadores como às mulheres, vimos também ter acções concretas junto das empresas onde o seu número seja dominante.

São visíveis já os resultados do trabalho iniciado nesse sentido: tocámos novas empresas e conseguimos reatar ligação com muitos camaradas, reforçando a ideia de que é necessário procurar novas formas para organizar o Partido nas empresas, por um lado, mas também que temos que encontrar formas e experiências de há muitos anos, algumas delas mesmo de antes do 25 de Abril, por outro.

Disseste já várias vezes que «o 25 de Abril hoje não está na maioria das empresas». Importa-te de explicitar?

Estou-me a referir à grande dificuldade que hoje os trabalhadores têm em assumir-se já não digo só como comunistas mas em aceitarem ser delegados sindicais ou membros de comissões de trabalhadores, por tudo o que isso significa para a sua carreira profissional. São feitas hoje

grandes pressões para que os trabalhadores não se destaquem na defesa dos interesses dos seus camaradas de trabalho.

Por isso, procuramos formas de organização que podem até ser de antes do 25 de Abril, não excluindo que eventualmente alguns comunistas não sejam conhecidos como tal. Para permitir que haja mais comunistas e que os trabalhadores defendam os seus interesses.

Bem, isso é uma questão que tem que ver com a precariedade do trabalho?

É evidente que está ligado a esse grave problema que é a precarização do trabalho. Aliás, a dificuldade em tocar as novas gerações de trabalhadores reside no facto de estes, na sua grande maioria, terem vínculo precário.

A precariedade no mundo do trabalho atinge hoje todos os sectores, seja no trabalho menos qualificado, seja no mais qualificado, onde se incluem muitos jovens licenciados.

A título de exemplo, podemos referir o Grupo de Jardim Gonçalves, onde muitos jovens trabalham à hora e a ganhar 350\$00 e, ainda, o sector financeiro, banca e seguros, onde cada um dos seus 70 mil trabalhadores trabalha mais de uma hora não remunerada além do seu horário. Só isto representa a não criação de mais de 10 mil postos de trabalho.

Quando tentamos, pois, organizar melhor o Partido para as empresas é para encontrar formas de ajudar a organizar melhor estes trabalhadores com vínculo precário que, em alguns casos, são a esmagadora maioria.

A informação é outro aspecto que consideramos fundamental, daí estarmos a tentar a saída, durante a campanha, de boletins de empresas e sectores profissionais e, a partir de Junho, implementar a saída regular de um jornal distrital do Partido para os trabalhadores do distrito.

Também a partir desta campanha, passará a funcionar diariamente nas empresas e locais de trabalho um estúdio móvel do Partido.

Enfim, uma reunião que definiu, como era seu objectivo, o plano de trabalho para este ano...

É certo. Definiu todo um conjunto de campanhas e acções com que pensamos reforçar a afirmação política do Partido.

Podemos inclusive informar a realização este ano de várias iniciativas da DORL em torno da Segurança Social e direitos dos trabalhadores, da Educação e Ensino e da Saúde. No caso da Segurança Social, vamos ter já a iniciativa no dia 8 de Maio na Praça da Figueira.

Sobre a IVG, e tendo em conta o referendo de 28 de Junho, vimos algumas ideias para a realização de uma campanha serena e esclarecedora, que permita a concretização do «sim» à despenalização do aborto.

Vão-se também realizar alguns debates ligados à nova ofensiva legislativa do Governo em torno das leis laborais, ou seja, sobre aquilo de que há pouco falámos: nas dificuldades que hoje há de exercer os direitos nas empresas.

É o caso da lei do trabalho parcial, que afecta sobretudo as mulheres e as novas gerações de trabalhadores, e o das férias, em que se pretende voltar ao antigamente, com dez dias certos e os outros de acordo com o «comportamento».

Face à fusão a que de novo estamos a assistir entre o capital financeiro e a política, disse uma vez, e

não sei se fui bem interpretado, que considero haver um certo «imediatismo» por parte destes grandes grupos, quando pretendem impor os dez dias úteis de férias. Trata-se de um problema que vai afectar fundamentalmente as mulheres que, por terem uma criança ou por darem assistência à família, não terão direito aos 22 dias. Sendo uma forma de não reconhecer a função social da maternidade e de assim impedir a renovação da força de trabalho (que o capital precisa de explorar), é nesse sentido - sob o seu próprio ponto de vista - que estão a ser «imediatistas». Não estão a ver o futuro.

Uma ofensiva que implica um maior apetrechamento ideológico dos quadros, não é?

Exacto. Por isso a nossa preocupação de melhorar o funcionamento das células, dos organismos do Partido e da informação. Esta ideia do jornal distrital, com grande tiragem, dirigido aos trabalhadores - pode ser de 70, 80 mil nos primeiros números, mas queremos que chegue aos 100 mil -, é mais uma tentativa para que a opinião do Partido chegue a mais trabalhadores e os ganhe para as nossas posições e para defenderem melhor os seus interesses.

Resumindo, por um lado, o reforço da organização; por outro, o reforço da ligação do Partido às massas?

Sim, mas com a perspectiva de organizar o Partido no sentido de reforçar-se para melhor intervir. Aliás, todas as medidas que vimos de alterações na própria estrutura da DORL é nessa perspectiva de concentrar energias em duas linhas de trabalho: na acção local e na acção junto das empresas e outros locais de trabalho.

Para além do recrutamento - que como disse está bem encaminhado - decidimos também a realização do máximo de assembleias, até à Assembleia da ORL, por parte das organizações de base que em 97 e durante estes meses não as realizaram.

Repito, o primeiro balanço que se faz às medidas de alteração, nomeadamente para as empresas apresenta já resultados muito significativos: organismos a funcionar em todos os concelhos, reatadas ligações a muitas empresas e a camaradas desligados há vários anos e recrutamento para o Partido.

Na reunião da DORL foi ainda referido por vários sectores como um aspecto muito positivo a vinda a iniciativas de camaradas que não apareciam há muitos anos, nomeadamente em torno das iniciativas do 25 de Abril, ou seja, a reaproximação de muita gente.

Foi também analisada a situação social no distrito?

Claro. E constatada a resistência e a luta de milhares de trabalhadores por aumentos salariais, pela salvaguarda dos direitos e dos postos de trabalho, pelas 40 horas. São os casos da Carris, Metro, CP, TAP, EPAC, Cabos d'Ávila, Administração Pública, Banca, Saúde, entre outros. Para não falar das importantes lutas estudantis e dos professores contra a lei do financiamento do Ensino Superior.

Foi também analisada a onda de protestos e a luta contra a taxa de activação e o injustificado aumento das tarifas telefónicas e a luta pela resolução de problemas locais de algumas populações (Sacavém, Moscavide, Carnaxide, Carcavelos, S. Domingos de Rana, etc.).

Hoje, cresce em todos os sectores a consciência da necessidade da luta pela dignidade dos trabalhadores: há direitos que não podem ser comprados por salários.

Com a nossa intervenção pretendemos que mais e mais trabalhadores ganhem consciência que têm direito aos direitos. Que é longa e dura a caminhada pela liberdade nos locais de trabalho mas que os trabalhadores e o seu Partido vão conseguir.

E todas estas campanhas inserem-se no nosso objectivo estratégico de atingir o reforço político, social, ideológico e consequentemente eleitoral.

“São visíveis já os resultados do trabalho iniciado nesse sentido: tocámos novas empresas e conseguimos reatar ligação com muitos camaradas”

Vou... mas fico!

«Preciso de arrumar ideias», explicou Nuno Abecasis ao bater com a porta do seu grupo parlamentar do PP, pedindo a suspensão de mandato para «permanecer de consciência tranquila». Como tais explicações eram manifestamente vagas e confusas, Abecasis rematou que «a minha especialidade nunca foram os jogos políticos». Consumada assim esta jogada política de um homem que afirma não serem os jogos políticos a sua «especialidade», Abecasis ainda levou o jogo mais longe, advertindo: «Suspenderei apenas o mandato de deputado por Setúbal, que me cabe de pleno direito. Poderei voltar a qualquer momento. É bom que o meu sucessor, seja ele quem for, tenha a noção disto.» Quer dizer, Abecasis vai, mas fica, e a sua presença pairará, qual espada de Dâmocles, sobre a cabeça do seu sucessor. Está nisto o PP: umas «Portas» giratórias onde já ninguém sabe se entrou ou se saiu, se está fora ou se ainda continua dentro...

Confianças e analfabetos

Há também grande reboiço nas eleições para a presidência da Federação do PS/Beja, com uma das candidaturas, a de Francisco George, a acusar a outra, encabeçada por Gavino

PONTOS CARDEAIS

Paixão, de apresentar listas com assinaturas de apoiantes analfabetos pertencentes às secções socialistas de Cuba e Castro Verde, com a agravante de esses mesmos apoiantes analfabetos já terem «manifestado o seu apoio [à candidatura de Francisco George] através de uma impressão digital». Gavino Paixão afirma-se «tranquilo» e desafia os opositores a «provarem o que dizem». Ora como o tira-teimas deste imbróglio assentará, naturalmente, na análise e identificação das impressões digitais dos analfabetos alegadamente envolvidos, resultará daqui que se terá de recorrer aos serviços de identificação nacionais, os únicos habilitados para tal averiguação, o que transforma estas eleições para a presidência da Federação do PS/Beja num caso... de polícia. Enquanto estes acontecimentos se desenrolam, o primeiro-ministro, António Guterres, gaba-se nas Jornadas Parlamentares do PS de o seu executivo ter construído «uma relação de confiança entre governantes e governados». «Confiança entre governantes e governados»?!... Pelos vistos, nem entre os próprios correligionários...

O «mega-inquérito»

Um pomposamente chamado «mega-inquérito» promovido pela revista alemã *Der Spiegel* nos 15 países da União Europeia resultou num «top-mais» das universidades europeias, estabelecendo a «primeira lista jamais realizada» das melhores instituições universitárias europeias. A notícia encheu as primeiras páginas dos jornais com o espalhato dos grandes acontecimentos mas, amiudados os pormenores da iniciativa, chega-se à conclusão que o «mega-inquérito» assentou nos testemunhos de 1090 professores universitários dos 15 países da União, acrescentados de mais uns milhares produzidos por alunos, todos respondendo à linear pergunta de qual era a universidade europeia que «achavam melhor».

Além de tão escassos números constituírem uma duvidosa «amostragem representativa» e de o universo abordado – professores e alunos das instituições em análise – configurar o rigor dum julgamento em causa própria, convenhamos que não é com perguntas assentes no «gosto» de alguns protagonistas que se

averiguará a qualidade do ensino universitário europeu. Se se quiser uma resposta séria sobre a qualidade do ensino nas universidades europeias terão que se apurar coisas um pouco mais objectivas, como a quantidade e a qualidade das licenciaturas, as aplicações profissionais que têm, os níveis de acesso que praticam, os universos sociais que abrangem, os meios de que dispõem, os custos que exigem aos candidatos, etc., etc. Mas, certamente, não era bem disso que o *Der Spiegel* andava à procura, pelo que o seu «top-mais» da qualidade é capaz de não passar de um «mini-mais» do auto-elogio. Corporativo e em circuito fechado... Ou, como diria Antero, uma «escola do elogio mútuo».

E o resto?!

Resta dizer que neste «concurso europeu das universidades» saiu vencedora a de Cambridge, na Grã-Bretanha, com os seus 33 colégios ultra-elitistas e há séculos reservados à nata socioeconómica da velha Albion.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

A estrada

Não costuma um soneto petrarquiano ir além do bater do coração. Se algum falasse de prostituição logo o acusariam de profano.

Pois fulano levante-se, ou cicrano que contra este deponha acusação: não vai ele perder a ocasião de se tornar um pouco mais humano.

A prostituta à beira da estrada esperava os seus clientes. Resignada perdidos na distância os olhos de anjo

queixo nas mãos, volta-os pra mim. Talvez na dúvida de um bôfia ou de um freguês. «Que me quer – pensa ela – este marmanjo?»

O lanche

Sou jornalista – digo-lhe afinal. «É da televisão?» – pergunta ela pergunta excitadíssima, com aquela ocasião de ir ao telejornal.



Obviamente, ninguém estranhou o resultado. Só que, a par desta vitória da vetusta universidade de Cambridge (que em 2009 vai fazer 800 anos), outro dados vieram a lume neste princípio de ano, radiografando o estado do ensino em terras de Sua Majestade britânica. Assim, logo a 16 de Janeiro um relatório indicava que oito milhões de adultos britânicos (20% da população adulta) tinham dificuldade em ler, escrever ou compreender resumos, em Março outro estudo mostrava que 33% dos britânicos com mais de 16 anos têm dificuldade em contar e 15% lêem ou escrevem mal/muito mal (sem contar com os analfabetos) e em Maio o ministro da Educação revelou uma lista de 18 escolas cujos resultados são considerados «insuficientes».

Pois é. Aqui temos «o resto» da realidade. Cambride pode ter a melhor universidade europeia, mas o povo da Grã-Bretanha, no seu conjunto, não parece beneficiar muito com isso...

Tem trinta anos. Conta, em voz de luto, que a empres acabou por encerrar. Tinha em casa dois filhos pra criar. O homem? Também desempregado. E um bruto.

«Tu queres só conversa, é? Depois quer saber, já de pé. Eu rio. «Trouxe duas sandes, maçãs, café, um sumo, um doce. Sente-se aqui. Chega para nós dois.»

Agarra a sande e come vorazmente. Simples, enfim. Enfim fraternalmente.

O mapa

Com a sua ajuda ponho-me a traçar o mapa da região. Por ali fora de cada fábrica encerrada, agora há, iluminado e agitado, um bar.

Ou uma discoteca, ou uma boate. Mais falta de trabalho, dia a dia. As ex-operárias dão-lhes serventia fixas ou alternando ou por biscate.

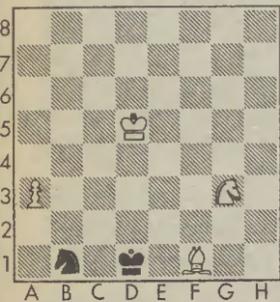
No mapa estão marcados os retiros com um ponto a vermelho. Esburacado corpo que jaz no chão, crucificado de pregos, facas, punhaladas, tiros angústia, fome, solidão, desdém.

A economia do país vai bem.

XADREZ

DCLVI – 7 DE MAIO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X19

Por: V. Tyavlovsky
1ª Menção Honrosa «New Statesman», 1962
Pr.: [2]: Cb1 – Rd1
Br.: [4]: Pa3 – Cg3 – Bf1 – Rd5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X19 [V. T.]

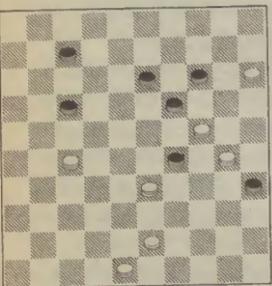
1. a4!, Cc3+; 2. Rd4, Ca4; 3. Bb5, Cb2; 4. Rc3, Rc1; 5. Ce2+, Rb1; 6. Rd2, Ra2; 7. Rc2, Ra3 [a1]; 8. Cc3 [c1] e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

DCLVI – 7 DE MAIO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D19

Por: Pierre Garlopeau
Au Coeur du Problème, França, s/d
Pr.: [7]: 7-13-14-17-19-29-34
Br.: [7]: 15-24-27-30-33-43-48



Branças jogam e ganham

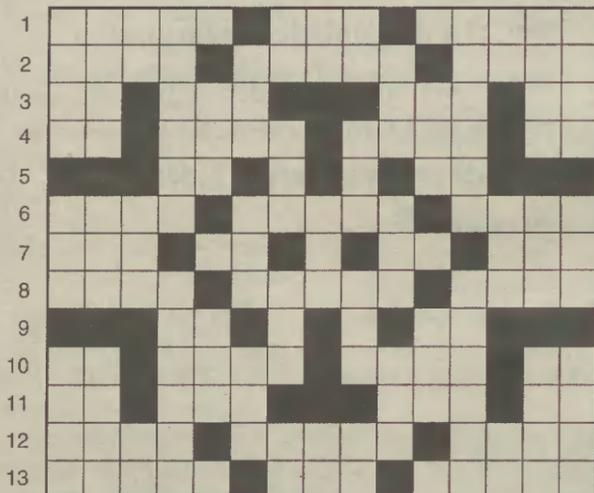
SOLUÇÃO DO Nº 1998D19 [P.G.]

1. 15-10! (29x49=D); 2. 10-5=D, (49x16); 3. 48-43, (16x49); 4. 30-25, (19x30); 5. 5x44; 49x40; 6. 25x45 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Refresco em que entram água, açúcar, bicarbonato de sódio e ácido tartárico (pl.); palhoça de índios; nome vulgar de uns peixes teleosteos pertencentes a algumas espécies da fam. dos pleuronectídeos, de corpo sensivelmente achatado. 2 – Discursar; escarmentar; gén. comp. de sup. de mau. 3 – Neste momento; designação corrente e abreviada do imposto sobre o valor acrescentado; joieira; graça. 4 – Alumínio (s.q.); falará; tombar; rio costeiro de França. 5 – Também (arc.); nota musical. 6 – Órgão da planta desprovido de folhas, em regra de posição inferior, e com a dupla função de fixar a planta no solo e executar a absorção de alimentos; vegetação, constituída especialmente por fungos, que se desenvolve na matéria orgânica em decomposição; cada uma das nove dividades que, segundo a mitologia romana, presidem às letras, ciências e artes liberais. 7 – Íntima; nome de letra; Índio (s.q.); condimento. 8 – Órgão glandular que segrega o leite, na mulher e nas fêmeas dos outros mamíferos; nome vulgar de uma planta, própria das regiões quentes e semidesérticas; agulha de pinheiro. 9 – Bário (s.q.); base. 10 – Campeão; de forma geral, nome vulgar de umas plantas da fam. das ericáceas, mais ou menos frequente em Portugal; trabalho literário, científico ou artístico; sim, no dialecto provençal. 11 – Espécie de escumilha; irmã do pai; ar (prof.); compareça. 12 – O m. q. armadilha; trepar; condutor de palanquin na Índia. 13 – Governar; braço de rio; planta vivaz e medicinal.

VERTICAIS: 1 – Planta da fam. das leguminosas, muito cultivada, cujas sementes fornecem óleo e proteínas de alto valor nutritivo; víscera dupla; prover de asas. 2 – Relativo à boca; patroa; parte inferior de uma encosta. 3 – Doa; caminhavam para lá; Prata (s.q.). 4 – Secura; ave de rapina, diurna, da fam. dos vulturídeos. 5 – Regressar; apelido de poeta português. 6 – Grande extensão de água salgada; nome de letra (pl.); interj. de pancada. 7 – O sono das crianças; ferro temperado; encolorizado; antiga cidade da Caldeia. 8 – Califórnia (s.q.); o m.q. lírio; prefixo de origem latina que entra na formação de palavras para exprimir a ideia de dois, duas. 9 – Igual (farm.); manifestação do apetite sexual, nos animais, nas épocas próprias da reprodução; a barlavento (náut.); aparecia. 10 – Via dentro de uma povoação; rim (ant.); lugar onde se guardam as bebidas. 11 – Sinal ortográfico para indicar que é nasal a vogal sobre a qual se coloca; quantia que outrora um soldado recebia diariamente. 1 – Incharam; sementeiras. 13 – Lírio (s.q.); emprega; nociva. 14 – Período correspondente à vigésima quarta parte do dia civil; o tio americano; concelho do distrito de Aveiro. 15 – Cantiga; flanco; experiência (fig.).

SOLUÇÃO:
11 – Tili; 12 – Oparum; 13 – Lírio; 14 – Seda; 15 – Cantiga; 1 – Refresco em que entram água, açúcar, bicarbonato de sódio e ácido tartárico (pl.); palhoça de índios; nome vulgar de uns peixes teleosteos pertencentes a algumas espécies da fam. dos pleuronectídeos, de corpo sensivelmente achatado. 2 – Discursar; escarmentar; gén. comp. de sup. de mau. 3 – Neste momento; designação corrente e abreviada do imposto sobre o valor acrescentado; joieira; graça. 4 – Alumínio (s.q.); falará; tombar; rio costeiro de França. 5 – Também (arc.); nota musical. 6 – Órgão da planta desprovido de folhas, em regra de posição inferior, e com a dupla função de fixar a planta no solo e executar a absorção de alimentos; vegetação, constituída especialmente por fungos, que se desenvolve na matéria orgânica em decomposição; cada uma das nove dividades que, segundo a mitologia romana, presidem às letras, ciências e artes liberais. 7 – Íntima; nome de letra; Índio (s.q.); condimento. 8 – Órgão glandular que segrega o leite, na mulher e nas fêmeas dos outros mamíferos; nome vulgar de uma planta, própria das regiões quentes e semidesérticas; agulha de pinheiro. 9 – Bário (s.q.); base. 10 – Campeão; de forma geral, nome vulgar de umas plantas da fam. das ericáceas, mais ou menos frequente em Portugal; trabalho literário, científico ou artístico; sim, no dialecto provençal. 11 – Espécie de escumilha; irmã do pai; ar (prof.); compareça. 12 – O m. q. armadilha; trepar; condutor de palanquin na Índia. 13 – Governar; braço de rio; planta vivaz e medicinal.

AGENDA

O PCP com os
Trabalhadores

Mais emprego com direitos

O PCP com os
Trabalhadores

Valorizar o trabalho e os trabalhadores, defender e concretizar direitos.



O PCP com os Trabalhadores sessão com Carlos Carvalhas

no lançamento da Campanha Nacional do PCP
Valorizar o trabalho e os trabalhadores, defender e concretizar direitos
Terça-feira, 12, às 18h, no CT Vitória

O PCP com os
Trabalhadores

Por salários dignos

O PCP com os
Trabalhadores

Por melhor segurança social

O PCP com os
Trabalhadores

Pela redução do horário de trabalho



SEIXAL

Plenário de ORT's e trabalhadores, aberto a não militantes do PCP
Dia 16, às 15h - CT do Seixal

LISBOA

Iniciativas várias das células e organizações da cidade integradas na campanha,
agendadas a partir de 14 de Maio:

- Distribuição do documento nacional na Rua do Carmo - dia 14, 8h30/10h
- Contacto com as empresas da Construção Civil - dia 14, hora do almoço
- Com os trabalhadores da Coop. Resistência (Ameixoeira) - dia 15, 12h
- Com os trabalhadores das principais unidades hoteleiras de Lisboa - dia 18
- Distribuição e outras acções de propaganda nos concelhos de Amadora e Oeiras - dias 18, 19 e 20
- Distribuição e outras acções de propaganda junto de empresas dos sectores Energia e Telecomunicações de toda a cidade - dias 14, 15, 18, 19 e 20

Plenários de células e outras organizações do PCP

S. JORGE DE ARROIOS - LISBOA

IV Assembleia da Organização de Freguesia

Sábado, 9, às 15h, no CT Vitória. Lanche-convívio no final

Amadora

Buraca - Plenário de militantes da freguesia: hoje, dia 7, às 21h, no salão da Junta de Freguesia da Buraca.

Falagueira - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, dia 8, às 20h30, no salão da Junta de Freguesia local.

Mina - Plenário de militantes da freguesia: sábado, dia 9, às 15h, no CT da Amadora.

Évora

Assembleia da Organização Concelhia - Plenários de militantes preparatórios da Assembleia (a realizar dia 23 de Maio): de Vendinha, Valverde, Torre de Coelheiros - todos no dia 8 e às 21h; do Sector Intelectual - dia 9, às 21h, no CT de Évora; das freguesias do Centro Histórico - dia 9 às 15h, no CT de Évora; de S. Miguel de Machede - dia 9, às 16h30, na Casa do Povo de N.º. Sra. de Machede - dia 10, às 16h30, na Casa do Povo.

Lisboa

Plenário da célula da Caminho: hoje, dia 7, às 13.

Reunião do OD do Sector de Empresas de Lisboa: dia 7 de Maio, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Seixal

Trabalhadores da CM (Sector Administrativo) - Plenário da célula: dia 13, às 17h30, no CT do Seixal.

Trabalhadores da CM (Sector Oficinas, Águas, Higiene e Limpeza) - Plenário da célula: dia 14, às 16h30, no refeitório dos Trab. da CM.

Sintra

Almargem do Bispo - Plenário da organização da freguesia: sexta-feira, dia 8, às 21h30.

Montelavar - Plenário da organização da freguesia: sábado, dia 8, às 21h30, no CT de Montelavar.

Pero Pinheiro - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, dia 8, às 21h30, na garagem do cam. Ernesto.

Rio de Mouro - Plenário de militantes da freguesia: sábado, 9, às 16h, no CT.

Debates

CASTELO BRANCO - O Manifesto Comunista e a Actualidade

Com a participação do camarada Álvaro Cunhal realiza-se um debate sobre «A actualidade do Manifesto Comunista» no Auditório da Escola Superior de Educação, em Castelo Branco: terça-feira, dia 12, às 21h.

QUELUZ - O Manifesto Comunista e o projecto do PCP

Também com a participação de Álvaro Cunhal realiza-se sábado, dia 16, um debate sob o tema «O Manifesto Comunista e a Actualidade do Projecto do PCP» na Escola Primária do Monte Abraão, antecedido por almoço-convívio no mesmo local (Inscrições pelos tels. 4353667 e 9142336).

ALMEIRIM - Regularização dos rios Tejo e Sorraia

- debate promovido pela DORSA, com a participação de Armindo Pinheiro, do Executivo a DORSA, Manuel Brandão, Presidente da CM de Coruche, Eng. José Alfaiate, técnico da EDP, Eng. Fernando Serafim, representante da CGT no Cons. Nac. Agrário, Amândio Freitas, presidente da Fed. dos Agric. do Distrito de Santarém, e Agostinho Lopes, do CC do PCP: terça-feira, 12, às 21h, na Biblioteca Municipal de Almeirim.

ALHOS VEDROS - A despenalização da IVG

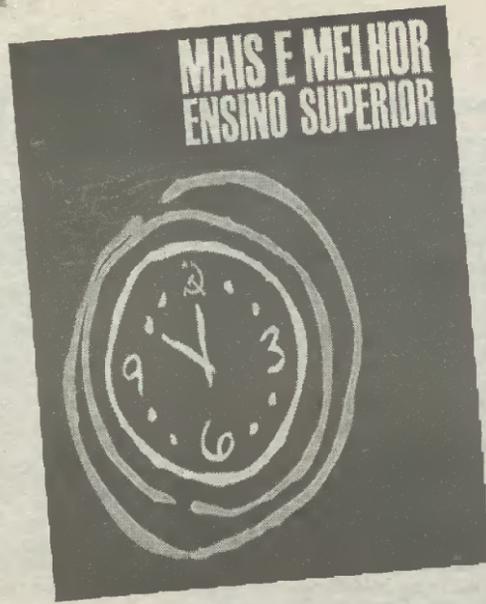
- debate promovido pela Comissão de Freguesia de Alhos Vedros do PCP com a participação de Odete Santos: sexta-feira, 8, às 21h, na Velhinha, em Alhos Vedros.

AMADORA - Solidariedade com Cuba

- debate com a Embaixadora de Cuba no Centro de Trabalho da Brandoa, sexta-feira a partir às 20h30. No final (cerca das 23h), realiza-se no mesmo local um convívio de solidariedade, com música cubana.

ALGÉS - Segurança Social

- debate sobre o Segurança Social e Rendimento Mínimo Garantido, com a participação de Maria do Carmo Tavares e Técnicos de Segurança Social, promovido pela Comissão Concelhia de Oeiras: na sede da Cooperativa de Consumo de Algés, dia 12, às 21h30.



Encontro Nacional do PCP

sobre o Ensino Superior
9 de Maio, às 10 horas
no Instituto Superior
Técnico
Lisboa
Abertura dos trabalhos por
Edgar Correia
Encerramento com a
intervenção de
Carlos Carvalhas

FORUM

Droga, branqueamento de capitais em questão

Lisboa - Hotel Metropolitan,
R. Soeiro Pereira Gomes / Sala Londres - 7 de Maio, às 14h30
com intervenção de
Carlos Carvalhas

Mais Segurança Social!

É necessário que todos os trabalhadores, que todos os cidadãos conheçam os seus direitos no domínio da Segurança Social e se informem e debatamos perigos que existem de redução desses direitos e de privatização parcial do sistema público.

PARTICIPA na iniciativa que a DORL do PCP promove
amanhã, dia 8, às 17h, na Praça da Figueira
com a presença de CARLOS CARVALHAS

Jornadas Parlamentares do PCP

Santarém - Hotel Alfageme
Sexta-feira, dia 8, a partir das 11h
O Secretário-geral do PCP intervirá na sessão de abertura

Porto

Sábado, às 15h Jardim da Cordoaria

CONTRA O BLOQUEIO

EM SOLIDARIEDADE COM O POVO DE CUBA

participa no

CORDÃO HUMANO

na passagem da caravana de solidariedade pelo Porto
vinda de Setúbal e com destino a Vigo
a caminho de Cuba

EXCURSÃO A BALEIZÃO

por ocasião da
Homenagem a
Catarina Eufémia
Domingo, 17 de Maio
(Excursão promovida pela
Direcção da Cidade de Lisboa
do PCP,
com inscrições
nas Organizações da cidade
e no CT Vitória)

Sector de Empresas do Concelho de Oeiras

Almoço-convívio
com Domingos Abrantes
Sábado, 9, às 13h, no CT de Algés



JCP Lisboa
Organização do Ensino Superior
debate com LUÍS SÁ
sobre "Questões do Socialismo"
Dia 14, às 21h30, no CT Vitória

Encontro Distrital de Évora da JCP
«O Portugal em que vivemos o Alentejo que queremos»
Vila Viçosa - Cine-Teatro Florbela Espanca
10 de Maio, pelas 14h30
com a participação de
JOSÉ SOEIRO

TELEVISÃO

Quinta, 7

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.15 Consultório
- 15.15 Concurso 1, 2, 3
- 17.45 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.10 Direito de Antena
- 21.45 Terra Mãe
- 22.40 Maria Elisa
- 00.30 24 Horas
- 01.30 Especial Musical - «Simply Red»

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.35 Musical: Água
- 21.05 Cidade Louca
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 O Banquete de Casamento (de Ang Lee, EUA/Taiwan/1993, com Mitchell Lichtenstein, Winston Chao, May Chin, Ah-Lea-Gua. Ver Destaque)
- 00.40 Falatório

SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo



Semana "sim" para o programa quinzenal de Maria Elisa, na RTP1. Dos Alunos de Apolo, com "O Tango".

- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vídas Cruzadas
- 15.50 Buéréré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor / Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Anjo Mau / Por Amor
- 22.15 Ai os Homens
- 23.30 Esta Semana
- 00.30 Último Jornal
- 00.55 Flash
- 02.10 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.35 Império de Cristal
- 17.20 S.O.S. Urgências
- 18.10 Edição Especial
- 19.05 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Terra: Conflito Final
- 23.00 Encontros Imediatos do 3º Grau (de Steven Spielberg, EUA/1977, com Richard Dreyfus, Teri Garr, François Truffaut, Melinda Dillon. Ver Destaque)
- 01.20 Seinfeld
- 01.45 Ponto Final

Sexta, 8

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.20 Consultório
- 15.15 A Banqueira do Povo
- 16.25 No Tempo em que Você Nasceu
- 18.05 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.40 Cais do Oriente
- 20.55 Futebol: Sporting-Belenses
- 23.00 Terra Mãe
- 24.00 24 Horas
- 01.00 Máquinas
- 01.35 Bullet, Droga e Morte (de Julien Temple, EUA/1995, com Mickey Rourke, Tupac Shakur, Ted Levine, Adrien Brody, John Enos. «Thriller»)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.35 Musical: Alejandro Sanz
- 21.05 Quem Sabe, Sabe...
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 O Rei de Nova Iorque (de Abel Ferrara, EUA/Itália/1989, com Christopher Walken, David Caruso, Larry Fishburne, Victor Argo. Policial)

SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 11.45 Baila Comigo

Sábado, 9

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 11.40 Companhia dos Animais
- 12.15 Fórmula 1 - GP Espanha
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top +
- 15.00 Simpsons
- 15.35 Amor Fraternal
- 16.05 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
- 17.10 Jet 7
- 18.50 Há Horas Felizes
- 19.00 Telegiornal
- 19.25 Cais do Oriente
- 20.00 43º Festival Eurovisão da Canção
- 23.00 Serviço de Urgência
- 24.00 24 Horas
- 00.55 Fantasias Íntimas (de John Travers, EUA/1995, com George Segal, Tanya Roberts, Chris Young, Kristoffer Taborl. «Thriller» erótico)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Música Maestro - Sinfonia nº 40, de Mozart
- 12.55 Horizontes Selvagens
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 18.30 Festival Pop (Baden-Baden) 19.30 2001
- 20.15 Jogo do Alfabeto
- 21.00 Onda Curta
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.25 Tempos Modernos (de Charlie Chaplin, EUA/1936, com Charlie Chaplin, Paulette Goddard. Comédia)
- 01.15 A Ciência do Sexo

SIC

- 08.00 Buéréré
- 11.30 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.45 Imagens Reais
- 14.10 Norte e Sul
- 16.00 Xena, a Princesa Guerreira
- 17.00 Walker
- 18.00 História Interminável - II (de George Miller, EUA/Alem./1990, com Jonathan Brandis, Kenny Morrison, Clarissa Burt. Fantasia / Infantil)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Mundo VIP
- 21.25 Corpo Dourado
- 22.25 Big Show Sic
- 01.30 Último Jornal
- 01.55 Dois Homens, Uma Mulher (de Phil Karlson, EUA/1963, com Robert Mitchum, Elsa Martinelli, Jack Hawkins, Sabu. Aventuras)

TVI

- 10.00 Animação
- 12.40 Gémeas
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.00 Feed Back
- 15.55 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
- 16.50 Danielle Steel - Álbum de Família
- 18.30 FX: Efeitos Mortais
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Justiça Violada (de John Patterson, EUA/1990, com Veronica Hamel, Lee Grant, Ray Baker, Judd Hirsh. Drama)
- 01.00 A Última Saída para Brooklyn (de Uli Edel, RFA/1989, com Stephan Lang, Jennifer Jason-Leigh, Burt Young. Ver Destaque)

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 15.55 Império de Cristal
- 17.20 S.O.S. Urgências
- 18.10 Edição Especial
- 19.05 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pretender
- 23.00 A Esquadra de Brooklyn
- 24.00 A Última Dose (de Sandra Locke, EUA/1992, com Richard Thomas, Tess Harper, Glynnis O'Connor, Gray Frank. Drama)
- 02.00 Seinfeld
- 02.40 Fora de Jogo

Domingo, 10

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 12.30 Jornal da Tarde
- 12.55 Fórmula 1 - GP Espanha
- 15.00 Made in Portugal
- 16.10 Kung Fu
- 17.25 Emoções Fortes
- 17.50 Casa Cheia
- 18.25 Riscos
- 19.25 Domingo Desportivo
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Cais do Oriente
- 21.00 Major Alvega
- 21.45 Assalto à Televisão
- 23.15 Domingo Desportivo
- 00.30 24 Horas
- 01.10 Nos Limites do Terror

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.20 Sobrevivência
- 12.30 Sinais do Tempo
- 13.05 O Povo das Ilhas
- 13.30 Jornal d'África
- 14.00 Grandes Ursos Pardos da Sibéria
- 15.00 Desporto 2
- 18.10 Chaimite (de Jorge Brun do Canto, Port./1953, com Jacinto Ramos, Jorge Brun do Canto, Augusto de Figueiredo, Silva Araújo, Emílio Correia. Histórico)
- 19.35 Bombordo
- 20.00 Artes e Letras - História da Arte Americana (II)
- 21.00 Orgulho e Preconceito
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Horizontes da Memória
- 23.05 Ópera: «Os Sete Pecados Capitais»
- 00.05 Vídas do Século - «O Último Czar»

SIC

- 08.30 Buéréré
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.50 S.O.S.
- 14.15 Príncipe de Bel Air
- 15.30 Viper
- 16.30 Stargate
- 17.45 Eternamente Jovem (de Steve Miner, EUA/1992, com Mel Gibson, Jamie Lee Curtis, Elijah Wood, Isabel Glasser, George Wendt. Comédia Romântica / Fantástico)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Camilo na Prisão
- 21.20 Corpo Dourado
- 22.15 Surprise Show
- 23.30 Sem Perdão Possível (de Bob Mistorowski, EUA/1995, com Rutger Hauer, Thomas Ian Griffith, John Rhys-Davies. Acção)
- 01.30 Último Jornal
- 01.55 Gémeas

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.10 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
- 15.00 O Céu Como Horizonte
- 16.00 Uma Família às Direitas
- 16.40 Danielle Steel - Álbum de Família
- 18.30 Nightman
- 19.30 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.30 Directo XXI
- 22.30 Causa Justa
- 23.00 Noite na Cidade (de Irwin Winkler, EUA/1992, com Robert De Niro, Jessica Lange, Cliff Gorman, Jack Warden. Drama)
- 01.15 Futebol (Campeonato Italiano)



Música Maestro (ao sábado na RTP2) regressa esta semana às grandes sinfonias - esta semana com a 40ª de Mozart

Segunda, 11

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Mundial de Futebol
- 14.15 Consultório
- 15.30 Perdidos de Amor
- 16.15 Top +
- 17.40 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 20.55 Futebol: Estr. Amadora-Benfica
- 23.00 Terra Mãe
- 24.00 24 Horas
- 00.50 Horizontes da Memória

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Espaço Vital - Açores
- 18.00 Informação Religiosa
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.45 Hugo
- 20.10 Tudo em Família
- 20.35 Musical: «Mike Oldfield»
- 21.10 Sarilhos com Elas
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Acontece
- 22.45 Jogo Falado
- 23.45 O Pai Foi em Viagem de Negócios (de Emir Kusturica, Jugoslávia/1985, com Moreno D' Bartolli, Miki Manojlovic, Mirjana Karanovic. Ver Destaque)
- 01.35 Duckman, o Trapalhão

SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 12.10 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vídas Cruzadas
- 15.50 Buéréré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor / Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Anjo Mau / Por Amor
- 22.00 Roda de Milhões
- 24.00 Toda a Verdade
- 01.00 Último Jornal
- 01.45 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.20 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Edição Especial
- 19.00 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pensacola
- 23.00 Linha de Fundo
- 00.50 Seinfeld

Terça, 12

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Mundial de Futebol
- 14.15 Consultório
- 15.30 Perdidos de Amor
- 16.15 Made in Portugal
- 17.40 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.00 Terra Mãe
- 22.00 Oferecer Uma Canção
- 23.45 Millennium
- 00.45 24 Horas
- 02.05 Cerimónias Religiosas de Fátima

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Jogo Falado
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.10 Tudo em Família
- 20.35 Musical - «Elton John»
- 21.05 Ellen
- 21.40 Remate
- 22.30 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Sexo, Mentiras e Vídeos (de Steven Soderbergh, EUA/1989, com James Spadler, Andie MacDowell, Peter Gallagher, Laura San Giacomo. Ver Destaque)
- 00.40 Falatório
- 01.40 Desejos Proibidos

SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.10 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 12.10 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vídas Cruzadas
- 15.50 Buéréré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor / Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Médico de Família
- 21.50 Anjo Mau / Por Amor
- 23.20 A Força em Alerta (de Andrew Davis, EUA/1992, com Steven Seagal, Tommy Lee Jones, Patrick O'Neal, Gary Busey. Ver Destaque)
- 01.30 Último Jornal
- 01.55 Em Nome do Pai
- 03.15 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.20 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Edição Especial
- 19.00 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Cerimónias Religiosas em Fátima
- 23.00 Perfil
- 24.00 PSI Factor
- 00.10 Seinfeld
- 00.30 Ponto Final

Quarta, 13

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Mundial de Futebol
- 14.15 Consultório
- 15.00 Perdidos de Amor
- 15.45 Concurso 1, 2, 3
- 18.10 Maria do Bairro
- 18.40 País País
- 19.10 País Regiões
- 19.25 Futebol: Estugarda-Chelsea
- 21.30 Telegiornal
- 22.15 Cais do Oriente
- 22.30 Terra Mãe
- 23.30 Fátima (de Fabrizio Costa, Port./It./1997, com Diogo Infante, Catarina Furtado, Joaquim de Almeida, Omero Antonutti, Vanessa Staiss. Drama)
- 01.30 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Confissões de Adolescente
- 20.35 Musical - «Madredeus»



Os Simpsons ainda resistem às alterações de fim de tarde na RTP2

- 21.10 Os Simpsons
- 21.40 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Adeus, Minha Concubina (de Chen Kaige, R.P.China/1993, com Leslie Cheung, Zhang Fengyi, Gong Li, Lu Qi. Ver Destaque)
- 00.45 Falatório
- 01.45 Musical: «The White Room»

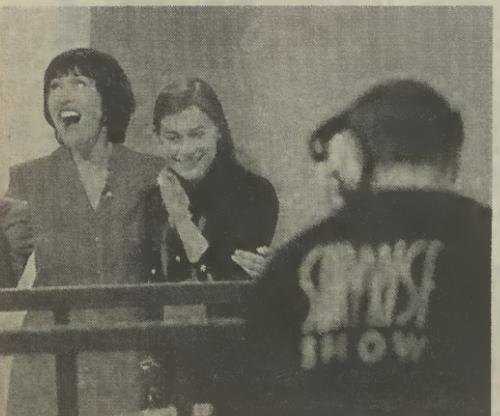
SIC

- 08.10 Buéréré
- 10.00 Receitas do Dia
- 10.10 Fátima Lopes
- 12.10 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.50 Vídas Cruzadas
- 15.45 Buéréré
- 17.00 Fátima Lopes
- 19.00 Por Amor / Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Malucos do Riso
- 21.20 Anjo Mau / Por Amor
- 22.30 Programa do Além
- 23.35 A Grande Viagem
- 00.30 Último Jornal
- 00.55 Conversas Secretas
- 01.55 Noites Longas - Especial Maio 68
- 03.55 Portugal Radical

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.20 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Edição Especial
- 19.00 Savannah
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Picar o Ponto
- 22.30 Venha Ver o Paraíso (de Alan Parker, EUA/1990, com Dennis Quaid, Tamlyn Tomita, Sab Shimond. Ver Destaque)
- 01.05 Seinfeld
- 01.35 Lanterna Mágica
- 02.15 Fora de Jogo

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



E o "espectáculo" continua...



Por isto e por aquilo...



Richard Dreyfus numa conhecida cena de «Encontros Imediatos do Terceiro Grau», de Steven Spielberg

O Banquete de Casamento

(Quinta, 22.50, RTP2)

«Num belo apartamento de Nova Iorque vivem Wai Tung, jovem "yuppie" bem sucedido originário de Taiwan, e Simon, o seu amante americano. Wai julga ter encontrado em Nova Iorque a liberdade e os meios para viver feliz, e sobretudo uma distância prudente da família que o pressiona constantemente no sentido de casar e arranjar família. Simon julga encontrar uma hábil solução para os problemas de Wai convencendo-o a fazer um matrimónio de conveniência com a sua vizinha Wei-Wei, uma artista chinesa que necessita de casar com um cidadão americano para conseguir "carta verde" de residência. A ideia parece agradar a todos e resolver todos problemas. Porém, os grandes problemas começam quando os pais de Wai chegam de Taiwan para assistir ao casamento e se instalam no seu apartamento.» Eis o argumento, bem resumido pela RTP, desta truculenta e hilariante comédia realizada pelo cineasta de Taiwan Ang Lee e pela primeira vez transmitida na televisão. A descobrir.

Encontros Imediatos do 3.º Grau

(Quinta, 23.00, TVI)

Que mais se pode dizer a propósito da enésima passagem deste filme no pequeno ecrã? Sem dúvida que Steven Spielberg sabe, como poucos, explorar ao máximo a relação maravilhosa que se estabelece entre as personagens e os acontecimentos da ficção, por um lado, e a massa anónima de espectadores, por outro. *Encontros Imediatos do Terceiro Grau* é o seu terceiro filme e, claramente, um dos que mais sofrem com a transposição para o pequeno ecrã. Entre os intérpretes principais (Richard Dreyfus e Teri Garr) a surpresa de encontrarmos o cineasta francês François Truffaut. Quanto ao resto, estamos perante mais um espantoso exemplo da bem oleada «máquina de sonhos» que continua a ser a indústria cinematográfica americana.

A Última Saída para Brooklyn

(Sábado, 01.00, TVI)

As misérias físicas e morais de Brooklyn, um dos mais degradados bairros de Nova Iorque, cruamente tratadas por Uli Edel, um realizador alemão, a partir de um romance de Hubert Selby, Jr. As referências ao filme não deixam de ser contraditórias, destacando a talvez incontrolada violência com que esta história, situada em inícios dos anos 50, é posta em cinema. Com Stephen Land e Jennifer Jason-Leigh nos principais papéis.

O Pai Foi em Viagem de Negócios

(Segunda, 23.50, RTP2)

Premiado com a Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes de 85, este filme do cineasta Emir Kusturica retrata, em tom de comédia, as contradições políticas existentes na Jugoslávia no tempo do marechal Tito. Estreia em televisão.

Sexo, Mentiras e Vídeo

(Terça, 22.50, RTP2)

Jovens liberais americanos, cheios de angústias existenciais - entre os quais uma jovem que adora os prazeres do amor e trocar sobre isso intensas impressões; a sua sofisticada irmã que, em relação a este aspecto, prima pela reserva; o marido desta que, lúbrico, não desdenha atraí-la com a primeira; e um antigo colega da universidade que, incapaz de isto fazer, tudo prefere filmar em vídeo - estas são as pessoas que povoam este filminho com ar de «novidade», realizado por Steven Soderbergh, e que parece ter caído no goto, arrebatando com alguma controvérsia a Palma de Ouro do Festival de Cannes de 89.

A Força em Alerta

(Terça, 23.20, SIC)

Baseado na mesma estética que tornou famoso *O Assalto ao Arranha-Céus*, este filme é, sem dúvida, um vertiginoso espectáculo, contando ainda com o poderoso trunfo de este assalto criminoso se desenrolar, desta vez, em pleno mar alto, sem que seja tão fácil desencadear-se o indispensável auxílio do exterior. É o caso de um grupo de «músicos», sob a «batuta» de um antigo



Um fotograma de «O Banquete de Casamento», filme em estreia de Ang Lee

responsável da CIA (Tommy Lee Jones), contratados para animar a última viagem de um navio de guerra americano e que (vem a perceber-se tarde de mais) formam um punhado de vis criminosos chefiados que pretendem apoderar-se do armamento nuclear ali transportado, para tal dominando a tripulação... mas esquecendo-se do chefe de cozinha! E aqui nasce, como se compreenderá, a aventura isolada do herói (Steven Seagal, pois claro!) contra as forças do mal. Um filme que não é para pensar mas para entreter.

Adeus, Minha Concubina

(Quarta, 22.50, RTP2)

Trata-se da premiada e celebrada obra de um dos maiores representantes do actual cinema da República Popular da China - Cheng Kaige. Em *Adeus, Minha Concubina*, cujo argumento abrange mais de meio século da história moderna do país - desde as vésperas e a eclosão da II Guerra Mundial até aos nossos dias, passando pela tomada do poder pelos comunistas chineses e pela Revolução Cultural - este movimentado e contraditório pano de fundo da História reflecte-se admiravelmente no aparentemente fechado mundo da Ópera de Pequim. Aqui, ao longo dos anos, desde a sua entrada como rapazes órfãos para a sua escola de representar, vamos encontrar dois artistas - um deles, homossexual, especializado no papel de travesti da Concubina, o outro, heterossexual, especializado no papel do Rei - dois dos principais protagonistas de uma clássica obra chinesa. Fotografado com particular esplendor - recorde-se que, em Xangai,



As personagens (e intérpretes) principais de «Sexo, Mentiras e Vídeo», de Steven Soderbergh

existe ainda em funcionamento o último laboratório do sistema *Tech-nicolor* em todo o mundo - e realizado com enorme sensibilidade, *Adeus, Minha Concubina*, que conheceu algumas tropelias quanto às condições de exibição na própria China, foi premiado com o Grande Prémio do Festival de Cannes de 93.

Venham Ver o Paraíso

(Quarta, 23.30, TVI)



Jennifer Jason-Leigh é a principal intérprete de «A Última Saída para Brooklyn», filme do cineasta alemão Uli Edel

Uma jovem japonesa casada com um sindicalista norte-americano é enclausurada com a sua família num campo de internamento nos EUA para prisioneiros de guerra de ascendência japonesa. Com acção situada após o bombardeamento de Pearl Harbour pelo Japão, durante a II Guerra Mundial, este dramático filme de Alan Parker debruça-se sobre aspectos menos conhecidos e não menos polémicos da história recente dos EUA e retrata a luta do cidadão americano para libertar a sua mulher.

CABO & SATÉLITE

Um mágico do cinema

Busby Berkeley foi um dos maiores criativos da «máquina dos sonhos» de Hollywood, particularmente num momento em que os anos da Depressão impunham a realização de filmes que servissem de contraponto ao quotidiano dramático dos espectadores. O canal *Odisseia* apresenta hoje, em dois horários diferentes, um documentário sobre a arte daquele que foi um dos magos do cinema musical norte-americano. (*Odisseia*, Quinta, às 12 ou às 20 horas)



«My Name is Joe», do britânico Ken Loach, é um dos fortes concorrentes a Cannes

O Festival de Cannes '98

Com a aproximação da edição deste ano deste importante certame cinematográfico, alguns canais começam a dedicar-lhe programas especiais. É o caso da *TV5* que vai ocupar praticamente toda a noite de hoje com uma emissão na qual poderemos ver um documentário-retrospectiva sobre meio século de **Festivais de Cannes**. Serão transmitidos, ainda, dois filmes franceses ali premiados: *La Bataille du Rail* (René Clément, 1945) e *La Symphonie Pastorale* (Jean Delannoy, 1946). (*TV 5*, Quinta, entre as 19.00 e as 23.30).



Festival sem cortes

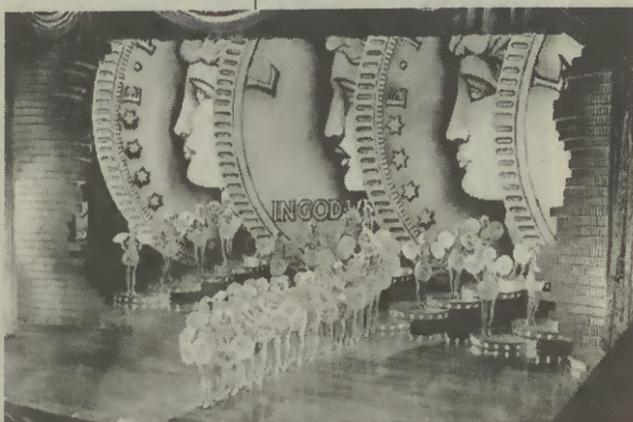
No próximo sábado 9, às 20 horas, começa mais um

Festival Eurovisão da Canção. Normalmente, as canções não valem por aí além. Mas são os números especiais que costumam preencher o espaço que medeia entre o final da apresentação das canções e o começo da votação que merecem alguma atenção - e é precisamente nessa altura que a **RTP** interrompe a emissão para publicidade! A alternativa é, por exemplo, a **BBC Prime**, que também transmite esta maratona musical a partir da **National Indoor Arena**, em Birmingham. (*BBC Prime*, Sábado, a partir das 20.00).



Portugal em destaque

Num momento em que o nosso país está a despertar as atenções internacionais (*Expo '98*, etc.), o canal **Travel** transmite, a partir do próximo dia 11 e todos os dias úteis às 20 horas, uma série de documentários sobre aspectos culturais, históricos e turísticos do nosso país, em paragens tão variadas como as do Minho, Alentejo, Beiras, Algarve ou Trás-os-Montes. (*Travel*, de Segunda a Sexta, às 20.00).



Um ballado de «Gold Diggers of 1933», de Busby Berkeley

O crepúsculo de uma ideia

Para sentir a pulsação de uma cidade começa-se pelo alvorecer. No Porto, a Praça da Liberdade, pontuada pelo histórico cavalo de D. Pedro, é o interlace natural que há gerações cose linhas de autocarro. Outros, entretanto, se foram povoando de multidões espessas e apressadas: Campanhã, Rotunda, Bolhão e outros mais. A Ponte da Arrábida, a Ponte de D. Luís, S. Roque da Lameira, as vias apertadas da cintura, enchem-se com filas de autocarros, carros e carrinhas, conduzidos por gente nervosa, impaciente por chegar, trabalhadores, muitos travestidos de empresários em nome individual, com sua viatura e telemóvel, óculos escuros e gel no cabelo, pisando traços contínuos e ultrapassando pela direita, ansiosos por cumprir e ultrapassar as metas do sucesso, e chegar ao fim-de-semana.

Ao fim do dia, vamos encontrá-los mais saturados, ainda afoitos alguns, repontões como de manhã. Mas em certos rostos, sobretudo de mulheres, nas paragens dos autocarros, há olhos inundados de fadiga e uma sombra de melancolia e lassidão, 12 horas depois do começo, com um saco de compras, filhos e muitas vezes pais para tratar, dar de comer, um gesto fugaz de afecto e venha a santa novela para um momento de fantasia.

A noite chega, e nos últimos transportes viajam os estudantes dos cursos nocturnos, as raparigas dos *shoppings* que o Rui Veloso tão bem cantou, os retardatários.

Ficam ninhos: de luz, de magia, de sonho, de apaziguamento, ou de sordidez, que se vão apagando um a um até ao frémito da manhã seguinte.

Há também o rumos dos cafés – cada vez mais pequenos e iguais – as conversas pausadas a meio da manhã ou à tarde – que para muitos representa um espaço de confronto e convivialidade que não encontram em casa. Não dos espaços nobres das Antas ou Nevo-

gilde, onde se encontram simpáticos *caniches* que trazem *mesdames* pela trela a passear, mas de

tantos bairros municipais e muitas das 600 ilhas e das casas degradadas, onde milhares de famílias mal se acomodam.

Através da pulsação da cidade, mesmo assim medida em breves imagens, se detectam os seus problemas nodais – a habitação (que, apesar dos juros europeus atira para a periferia uma boa parte da população activa), o desemprego (3 pontos acima da média nacional), os acessos (apesar dos fundos comunitários), a desertificação urbana e o envelhecimento da população (reduzida 10% em 10 anos), a atracção de investimento do terciário superior (que se revelou um imenso *flop*), a animação cultural (que, apesar do talento e iniciativa de criadores e produtores, deixa a anos luz a actual *movida* lisboeta).

O Porto, grande centro de turismo e negócios do eixo atlântico, anunciado há uma década pela actual maioria, ficou no papel.

Quatro túneis, duas pontes (de S. Francisco e do Infante), o *boulevard* da Circunvalação, a via de Nuno Álvares (tão apressados eles são a baptizar os nascituros...), a via de Azevedo, o Parque Oriental de Campanhã (a «La Villete do norte»), a Biblioteca do Palácio de Cristal («o Centro Pompidou do Porto»), o Ordenamento Urbanístico da Marginal do Douro, o Metro ligeiro (já com 6 anos de idade sem passar da fase de maquete).

Uma cidade virtual esta.

Que ficou então de todo este tempo consumido na prestidigitação de enganos e ilusões?

Um dos túneis prometidos já começou, é certo. A despoluição do rio Douro continua incipiente. A declaração do Porto como Património da Humanidade, que muito nos honra mas pouco tem significado para o Centro Histórico. Alguns *hamburguers* urbanísticos, que ferem a harmonia do tecido urbano, e servem sobretudo os interesses dos seus construtores. A Cimeira Ibero-Americana de Outubro, e ainda bem que o Porto foi escolhido. O Centenário da Descoberta do Brasil, que há-de vir. A declaração de Capital Europeia da Cultura, que talvez venha.

Mas as grandes obras estruturantes continuam por realizar e um cortejo de promessas por cumprir.

Os investimentos públicos são insuficientes, os projectos importantes continuam a patinar, apesar de protocolos solene e festivamente assinados.

Que tem ficado então? Alguns obras úteis, sem dúvida.

Mas também uma nebulosa de Fundações, Associações e Agências que o município financia, cuja actividade é mal conhecida.

A notória felicidade de alguns grupos empresariais que têm prosperado nos últimos mandatos.

E mais projectos de contornos ainda mal definidos, mas que suscitam justificada preocupação. Como o necessário e

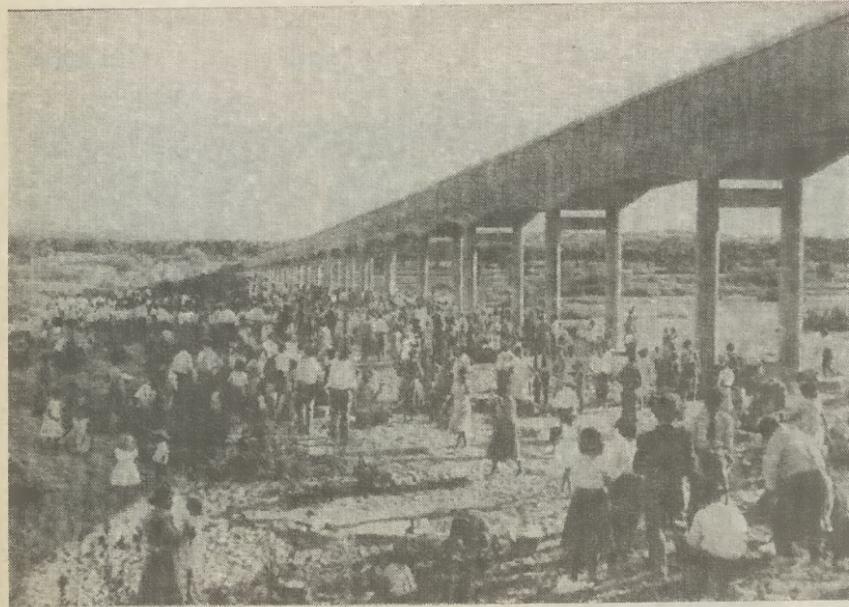
útil Parque Lúdico Tecnológico de Campanhã, por cuja construção é responsável a APOR – Agência de Modernização do Porto, SA. Para este empreendimento, os jornais noticiaram que o grupo Sonae Turismo, SA apresentou um projecto que inclui um parque? E o que terá «La Villete» portuense a ver com o comércio de víveres?

Com governos laranjas ou róseos, o Porto tem sido empurrado para a periferia, tem visto muitos projectos paralisados e muitos problemas agravados.

Ao fim de quase 10 anos de mandatos, a actual maioria mostrou-se incapaz de romper os bloqueios há muito impostos pelo poder central e integrar o Porto num ciclo de modernidade e progresso.

É a falência de uma estratégia de desenvolvimento e o descrédito de um certo estilo de fazer política.

O crepúsculo de uma ideia.



A Aldeia Vermelha

«Vila do Couço. Como que contagia-das pela alegria da abundância que consigo a água traz, as gentes trabalham melhor e todos (até as crianças!) querem ajudar. A cultura do arroz é difícil e morosa, mas cada pé mergulhado nas águas lodosas representa um acréscimo de riqueza e ninguém se furta ao trabalho.»

«Nós éramos completamente... uns bichos! Abalávamos às 5 da manhã, outras vezes às 4 da manhã, para estar ao nascer do sol no local, para trabalhar!»

Contraste significativo, este, entre duas formas de retratar uma mesma realidade. A primeira, em locução

off, era a versão salazarenta através da qual as bafiantas palavras do texto comentavam os velhos *clichés* das imagens do «bom povo», descalço, a trabalhar de sol a sol, na dureza dos campos, quais escravos em pleno século XX! As imagens de arquivo, que víamos ou revíamos, eram as da televisão fascista; e certamente que todos nós, espectadores de hoje, mesmo aqueles que naqueles tempos sinistros éramos já maduros e conscientes, esfregávamos agora os olhos, em gesto de estupefacção perante tão gigantesca manipulação. «Como era possível? O que a gente viu e ouviu, durante tantos anos!» - foi, sem dúvida, o comentário de muitos de nós, ao ver tais imagens e ouvir tal texto.

A segunda frase, montada logo a seguir à anterior e também aproveitada em *off*, viríamos a perceber pouco depois pertencer a uma mulher, já nos seus 60 e tal anos, com a revolta assumida e controlada na voz pausada mas firme («... éramos completamente... uns bichos!»), dando-nos conta do real sofrimento de toda uma vida, na labuta diária pelo pão que o diabo sempre amassou.

Era este um dos momentos-chave do documentário, para a compreensão de um período histórico que ensombrou o nosso país e, ao mesmo tempo, para a denúncia da opressão e da miséria que a ditadura impusera ao nosso povo, ali simbolicamente retratados no microcosmos de uma localidade particularmente heroica na luta contra o fascismo: o Couço, no conceelho de Coruche, na confluência das ribeiras do Sor e do Sorraia.

Mais do que abusar da palavra e do comentário (própria de outros contextos), era aqui a montagem de elementos visuais e sonoros captados ao real (em épocas diferentes) que se mostrava objectivamente didáctica em ordem à compreensão desse mesmo real. Por um lado, num primeiro nível auditivo, fazendo suceder na banda sonora duas «leituras» opostas de uma mesma sucessão de imagens; depois,

reforçando essa contradição pela manutenção, num segundo nível auditivo, da «bucólica» sonoplastia de origem, desta forma tornada absurda e repelente; finalmente, contribuindo implicitamente para a tomada de consciência do espectador, assim disponível para a recepção simultânea destes três níveis visuais e auditivos e, portanto, desperto para o essencial daquilo que se pretendia demonstrar de forma

simbólica: a hipocrisia da exaltação da falsidade e do embuste, em contraste com a postura de resistência e oposição à opressão e à ditadura que esse embuste pretendia obviar.

Era este, igualmente, um momento de televisão que ajudava a definir lapidarmente a qualidade humana e profissional do repórter. Mas o contraste dialéctico entre duas visões de uma mesma realidade nunca deixou de ser uma constante neste admirável documentário: no reflexo das imagens iniciais a preto e branco (apenas salpicadas pelo vermelho forte do cravo) projectadas nas paredes da prisão; nas fotos das grandes lutas da população do Couço contra as imagens de arquivo de Salazar; nas sequências hoje filmadas na revisitação das masmorras do Aljube, Caxias e Peniche, comentadas em pessoa pelos heróicos homens e mulheres que por ali passaram, dando-nos recatado testemunho da violência das torturas sofridas. Foi uma catadupa de relatos e imagens de todo um trajecto de resistência heroica ao longo do século, transmitido de geração em geração, desde a criação dos primeiros sindicatos, ainda anteriores à implantação da República, até à gloriosa conquista da jornada de 8 horas de trabalho e, mais além, da Reforma Agrária já em liberdade, passando pelas imaginativas formas de distribuição do «Avante!» e de outra imprensa antifascista, pela criação das primeiras células partidárias organizadas, pela laboriosa preparação dos 1º de Maio, pelos rigores da clandestinidade, violência policial, prisões em massa, separação de maridos e mulheres, de pais e filhos.

Tudo isto se pôde ver nesse tão notável quanto comovente trabalho de Jacinto Godinho que a RTP em boa hora resolveu incluir há uma semana, na rubrica «Enviado Especial». Dois dias antes do 1º de Maio. Não hesitando em fazê-lo no Canal 1, em vez de escondê-lo no canal ao lado. E, ainda por cima, às 22.30, em vez de escorraçado para o princípio da madrugada. Por uma vez, não deixou o serviço público de ser bem nobre no horário escolhido. Pela originalidade, honra lhe seja!

TVISTO

Francisco Costa

MOTES & VOLTAS

Jorge Sarabando



ESCAPARATE

CINEMA



Mais dois filmes restaurados de Hitchcock

Depois de «A Mulher Que Viveu Duas Vezes» («Vertigo», 1958), estrearam-se novamente em salas portuguesas mais duas obras essenciais na cinematografia de Alfred Hitchcock, também estas em cópias restauradas na imagem e na banda sonora. Trata-se de «Intriga Internacional» («North by Northwest», 1959) com Cary Grant, Eva Marie Saint e James Mason nos principais papéis, e «Psico» («Psycho», 1960) interpretado por Anthony Perkins, Janet Leigh e Vera Miles. A não perder.



EXPOSIÇÕES

Os anos 80 na Culturgeste

É inaugurada na próxima quarta-feira 13, nas Galerias 1 e 2 da Culturgeste (Lisboa), uma grande exposição internacional intitulada «Os Anos 80» comissariada por Maria Corral, especialista dos anos 80 e directora da colecção de arte contemporânea da Fundação «La Caixa». Segundo esta comissária, «a minha proposta para esta exposição é apresentar um resumo das tendências que, claramente, definem a renovação artística que se produz nos anos 80. Tendências que, de resto, têm sido objecto de exposições individuais mas que, reunidas, podem estabelecer um diálogo, mostrando o que nelas existe de homogéneo e de heterogéneo, de afinidade e de confronto».

Pintura de Maria João Franco

Continua patente ao público até 20 de Maio na Galeria Municipal Gymnásio (ao Chiado, em Lisboa) uma exposição de quadros de Maria João Franco intitulada genericamente «Novos Fragmentos». Segundo afirma Rocha de Sousa no programa da exposição, «a pintura abstracta de Maria João Franco vai buscar às raízes expressionistas e líricas a massa para um novo começo das coi-



sas, terras, gelos, rochas, a misteriosa simbiose da mistura dos materiais inorgânicos com os orgânicos, água deslizando, sangue a anunciar os sacrifícios iniciais, perante um deus feito à imagem e semelhança do homem pretérito». Segunda a sexta, das 13 às 20 horas; sábados, das 14 às 19 horas.

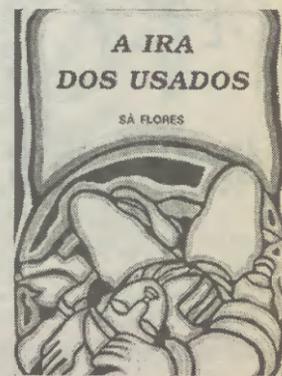
1ª Feira de Projectos Educativos na Moita

Realiza-se pela primeira vez no concelho da Moita a 1ª Feira de Projectos Educativos levada a cabo por uma Comissão Organizadora em cuja constituição figuram a Câmara Municipal, o Centro de Saúde, a Delegação Escolar e o Centro de Formação de Docentes daquela cidade, bem como a Associação Pólos Ribeirinhos, Jardins de Infância e Escolas Básicas de várias localidades do concelho, com o apoio de Juntas de Freguesia. Segundo a Comissão Organizadora, esta Feira «é resultado de um processo de construção colectiva. (...) Organizadores, destinatários e protagonistas, não sendo rigorosamente os mesmos, ligados a condição de pertença a uma comunidade, que também se afirma no domínio da educação, dando a conhecer o que se faz e o que se é, contribuindo para a construção de um momento que se pretende de partilha e de possibilidades de entendimentos entre diferentes pessoas e organi-

zações». Pelo Palco do Pavilhão Municipal de Exposições e em vários Ateliers constituídos para o efeito, desfilarão uma série de projectos artísticos, educacionais e de ocupação de tempos livres cuja organização estará a cargo de externatos, escolas, estações de rádio locais, lares, centros sociais e de convívio, etc. Estas actividades desenrolar-se-ão entre hoje e amanhã, das 9 às 18 horas, culminando com um serão que se realizará das 21 às 24 horas de sexta-feira. Através desta realização, a Comissão Organizadora espera contribuir para a construção das respostas e das soluções para os problemas que nestas áreas são comuns. «Respostas que se afirmam pelas características locais e colectivas do viver, sentir e agir de cada comunidade. Sinais e significados que certamente estarão presentes neste acontecimento.»



LIVROS



A Ira dos Usados

Hoje mesmo tem lugar, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Trinova Editora, o lançamento de mais um livro de um autor cujas obras têm, de forma geral, abordado a questão da guerra colonial e as sequelas do conflito que ainda hoje mostram as suas marcas na sociedade portuguesa. Havendo quem queira escondê-las, todos os testemunhos são importantes e o do escritor que aqui recensamos, Sá Flores, por maioria de razão o será. Muita gente o conhecerá pelos livros já publicados. Muito mais gente pelo labor cívico que este autor tem desenvolvido. Além de haver dado à estampa deze livros - com esta peça de teatro, A Ira dos Usados - Sá Flores, que perdeu a vista na guerra em Moçambique, é actualmente Conselheiro Nacional na Associação dos Deficientes das Forças Armadas e membro da Assembleia dos Representantes da ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal. É ainda Director da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes e pertence ao corpo redactorial dos jornais ELO e O Deficiente.

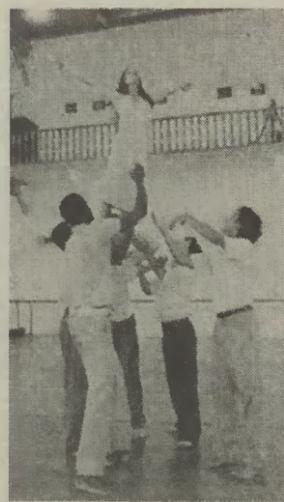
ÓPERA E BAILADO

D. Giovanni no CCB

Um dos espectáculos a cargo de artistas nacionais mais aguardados na programação do Festival dos 100 Dias é a representação, em três récitas (9, 10 e 11, às 21.30), no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém, da ópera «D. Giovanni» composta por W. A. Mozart. A curiosidade vai para o facto de ela ser apresentada com a colaboração de um pequeno conjunto instrumental em vez de uma grande orquestra. É o próprio António Wagner Diniz, cantor e coprodutor desta realização, que nos elucida: «A ideia de fazer este D. Giovanni surgiu já há alguns anos, quando Miguel Ivo Cruz encontrou em Madrid um arranjo para quarteto de cordas da partitura da célebre ópera de Mozart, realizado pela casa N. Simmrock nos inícios do século XIX. (...) Esta estrutura ligeira, à qual nós acrescentámos um contrabaixo e um piano, permite-nos não só uma maior mobilidade futura de apresentação do espectáculo mas, sobre tudo, propor uma encenação mais experimental, realçando a conflitualidade interior dos diversos personagens.» Com encenação de Pedro Wilson, cenografia de Ana e Pedro Silva Dias, figurinos de Inês Simões e Richard Lecki e desenho de luzes de Luís Lopes, os cantores serão António Wagner Diniz, António Salgado, Luís Rodrigues, Rui Taveira, Anna Ferraz, Sílvia Mateus e Lia Altavilla.



Tanztheater Wuppertal de Pina Bausch. Segundo a apresentação do programa, «a concepção artística teve início num "wokshop" realizado pela coreógrafa em Lisboa e no qual participaram cerca de 30 elementos da sua companhia. (...) Pina Bausch e os seus colaboradores (bailarinos e técnicos) deambularam pela



capital, assistiram a uma touxada no Campo Pequeno, ouviram fado, percorreram as ruas do Bairro Alto, conheceram pessoas como Amália, que Pina queria há muito encontrar, entraram em restaurantes sofisticados e tradicionais, descobriram as "fantasias loucas e profundas" de Paula Rego». Assim nasceu este bailado cujas representações terão lugar em 11, 12 e 13 no Grande Auditório do CCB sempre às 21.30.

Um bailado de Pina Bausch sobre Lisboa

Outro espectáculo rodeado de grande expectativa é o bailado «Mazurca Fogo» pelo

A mão tingida sobre o espelho

Chão prisão do Mundo

A Mão Tingida Sobre o Espelho

Deveríamos escrever também Chão Prisão do Mundo, pois este livro é dois. O autor, Emerenciano, desdobra-se também em duas artes - a do pintor de nome feito e obra que se vem desenvolvendo e mostrando desde os anos 70, e agora o artista da palavra que publica em estreia na Campo das Letras, não sem incluir desenhos seus a ilustrar-se. Destas duas maneiras de se expressar, diz em prólogo Arnaldo Saraiva que «os que conheçam a pintura de Emerenciano receberão sem grande estranheza a estreia do poeta Emerenciano», «sempre Emerenciano quis a sua pintura explicitamente relacionada com a escritura». E quantas outras dualidades e espelhos poderemos encontrar nos seus versos, apesar de «extremamente elípticos e metafóricos»? Ao leitor cabe investigar.



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Realidades

«Todos os partidos defendem um Estado laico, a solidariedade social, o combate ao desemprego. Até na economia as divergências acabaram» - a afirmação é de Zita Seabra, personagem agora arvorada em efeméride pelo jornal «Público», por quem se fica a saber que passaram ontem dez anos que foi afastada da Comissão Política do PCP. Não fora esta iniciativa editorial, que serve de pretexto a meia dúzia de páginas sobre os comunistas, e lá se nos escapava o evento. A julgar pela insólita fatura de espaço dedicado ao assunto, forçoso se torna reconhecer que tal esquecimento representaria certamente uma imperdoável lacuna com imprevisíveis consequências no porvir colectivo.

Avivada a memória, eis que a nova estrela do firmamento do PSD nos brinda com as suas profundas reflexões políticas, cujas passagens pela constatação de que já não faz sentido falar de esquerda e direita. Oportuna afirmação, sobretudo quando se assiste na Europa a novo recrudescimento das manifestações xenófobas e racistas protagonizadas por organizações neonazis, que em Portugal têm também o seu reflexo, como é o caso das recentes missas em memória de Salazar, onde em plena igreja se fez a saudação nazi e gritou 'viva o fascismo'.

Neste universo seabrano onde 'todos defendem a solidariedade social e o combate ao desemprego', há obviamente uns mais defensores do que outros, já que o Governo PS, segundo diz, «governa mais à direita que o PSD», o que leva Seabra a indignar-se com os alegados favorecimentos a grandes grupos económicos. Uma indignação de peso vinda de quem vem, sobretudo tendo em conta que, enquanto responsável pelo IPACA no Governo de Cavaco - um brinde pela veneração à tal direita que não existe -, não vislumbrou um único favorecimento susceptível de crítica.

Curioso é também registar que, nesta ausência de direita e esquerda, Seabra considere «muito importante» a criação da nova AD, como se sabe uma inócua aliança entre PSD e PP sem laivos de ideologia e cujo único objectivo, uma vez alcançado o poder, será sem dúvida a tal defesa do Estado laico - mesmo se a Igreja insiste em imiscuir-se nas terrenas questões, como é o caso do aborto -, da solidariedade social - apesar de se aprofundar o fosso entre ricos e pobres -, e do combate ao desemprego - embora os números do flagelo não parem de aumentar.

Esta pensadora, que há dez anos clamava aos quatro ventos desejar apenas «a democratização do PCP, a revisão do seu programa e dos estatutos», e hoje nutre pelo muito democrático PSD a mais profunda admiração, é a mesma desinteressada pessoa que, por uma questão da mais pura auto-solidariedade, exigiu por inteiro a reforma de deputada em vez de contribuir, como é prática corrente, para os fundos partidários. Admirar uma pessoa assim, que muito democraticamente ocupa um pelouro na Câmara de Vila Franca, onde por acaso representa a terceira força política, enquanto a segunda força - a CDU - não dispõe de nenhum, não é difícil para os que têm da vida este conceito de amálgama de interesses, onde as palavras servem para escamotear o que não se tem coragem de assumir. São pessoas, como diz Zita Seabra falando de si própria, que se «adaptam rapidamente ao mundo real». A realidade deles, claro.

■ Anabela Fino

Iniciativas por todo o País PCP com os trabalhadores

«Valorizar o trabalho e os trabalhadores, defender e concretizar direitos» é o lema da campanha nacional que o PCP lança na próxima terça-feira, dia 12, numa sessão com camaradas membros de ORT's em que intervirá Carlos Carvalhas.

A primeira iniciativa da campanha tem lugar no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, e visa tomar posição e apresentar propostas sobre a situação e direitos dos trabalhadores.

O PCP considera que «neste final de século quando se impõe a melhoria das condições de vida e o avanço para mais elevados patamares de direito, os trabalhadores são confrontados com uma forte ofensiva que pretende pôr em causa conquistas alcançadas e conduz ao agravamento da exploração e à acentuação das desigualdades sociais».

A campanha, que decorre até meados de Junho, é promovida «no quadro da impor-

tância estratégica da organização, acção e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores, das orientações do XV Congresso, da Conferência Nacional e das medidas apontadas na reunião do CC de Fevereiro».

Neste sentido, a par da definição de «grandes áreas de propostas políticas e consignas reivindicativas» serão realizadas iniciativas legislativas e várias acções envolvendo quadros e dirigentes do Partido.

Concretamente, a campanha tem como temas principais o emprego; horário de trabalho (continuação da redução); valorização e defesa dos direi-

O PCP com os Trabalhadores

Mais emprego com direitos

Salários dignos
Redução do horário
Melhor segurança social



A esquerda
que faz a diferença

tos alcançados; o combate à ofensiva governamental e a conquista de novos direitos; os salários/poder de compra e a Segurança Social.

Entre os vários materiais de suporte, destaca-se a edição de um jornal que inclui um destacável para adesão ao Partido, um MUPI, uma faixa, uma casete áudio e um tempo de antena.

No período da campanha

estão previstos contactos à porta das empresas - linha de trabalho que é considerada fundamental para fazer chegar as ideias do Partido aos trabalhadores.

Nos vários pontos do País, as organizações realizam reuniões partidárias, sessões e assembleias públicas abertas aos trabalhadores por localidade, concelho, empresa ou sector.

Jornada de venda do «Avante!»

O arranque na rua da campanha do Partido sobre os direitos dos trabalhadores é marcado, no próximo dia 14, com uma grande jornada de venda militante do «Avante!» à porta das empresas e locais de trabalho.

Esta acção, que envolverá um grande número de quadros e militantes comunistas, tem como objectivo promover a difusão e venda do «Avante!» e divulgar as ideias apresentadas pelo PCP sobre a defesa dos direitos dos trabalhadores que terão destaque na próxima edição do nosso jornal.

Neste momento, a DORAV já anunciou que, no próximo dia 14, vão funcionar postos de venda do «Avante!» nos concelhos de Ílhavo, junto das empresas Vista Alegre (12 horas) e Quinta Nova (17 horas); Ovar, junto à Yazaki (16.30 horas), F. Ramada (dia 15, 14.30 horas), Philips (dia 15, 16.30), Mercado Municipal de Ovar (dia 16, 9 horas); Oliveira de Azeméis, junto à Silamos (das 12.30 às 13.30 horas), Osvaldo Pinto (17 horas); Aveiro, junto à Renault (13.30 horas).

Por seu lado, a DORSA vai ter, pelas 17 horas, uma banca de venda do «Avante!» instalada na zona centro de Santarém. No Entroncamento, o posto de venda funciona junto à Estação da CP, entre as 8 e as 18 horas, do mesmo dia.

Em Lisboa, o «Avante!» é vendido a partir das 7 horas, junto da Estação sul e sueste, e às 16 horas no Marquês de Pombal. Ainda na capital, haverá pontos de venda no INETI, em Entrecampos, junto ao Centro Nacional de Pensões (12 horas), Centro Regional da Segurança Social (Areeiro) e Ministério das Finanças (Terreiro do Paço) e na Duque de Loulé, entre as 8.30 e 10.30 horas.

No mesmo dia, no concelho de Oeiras, o órgão central do PCP é vendido junto das empresas de Queluz de Baixo, entre as 12 e as 15 horas, em Algés entre as 7 e as 9 horas, e em Valejas, das 16 às 20 horas.

Estão igualmente previstas iniciativas semelhantes no concelho de Cascais, designadamente, pelas 16.30 horas, frente à empresa Eurondel.

De acordo com os termos acordados, a organização deve fazer os seus pedidos suplementares até às 12 horas de dia 12 de Maio, terça-feira, para a Editorial «Avante!», Avenida Almirante Reis, nº 90, 7ªA - tel. 8153487 - fax. 8153495. De modo a evitar complicações, é preferível centralizar a entrega das encomendas em locais onde é normalmente garantida pela distribuidora.

Droga e branqueamento de capitais em debate em Lisboa

Está hoje a decorrer, no Hotel Metropolitan, em Lisboa, um Forum sobre "Droga, branqueamento de capitais em questão", organizado pelo PCP.

A realização deste Forum tem como objectivo reunir opiniões e contribuições para uma mais profunda caracterização da situação e das medidas para fazer frente a este problema.

Estarão em debate aspectos como:

- tráfico de drogas e branqueamento de capitais, o seu peso na economia actual;
- o sistema financeiro e o branqueamento;

- as conexões com o poder económico e político;

- a situação na Europa e em Portugal;

- a legislação existente e o grau do seu cumprimento;

- estratégias mais eficazes e novas medidas no plano nacional e da Europa, no âmbito da Assembleia Geral da ONU dedicada aos problemas da droga que este ano se realiza.

Esta iniciativa conta com a presença de deputados, quadros, técnicos, especialistas e representantes de instituições nacionais, nomeadamente representantes da Inspeção Geral de

Jogos e da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária.

Participam igualmente deputados do Parlamento Europeu, representantes de instituições internacionais, destacados intervenientes nesta problemática, designadamente de França e Itália.

Carlos Carvalhas intervém também neste Forum.



5 603199 000445

12798